

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

A DINÂMICA DO FINANCIAMENTO DA AGROPECUÁRIA : CRÉDITO RURAL
E AGROINDUSTRIALIZAÇÃO NAS REGIÕES DE MARÍLIA E DO
VALE DO PARANAPANEMA-SP

POR
JADER BIANCO

Parecer

Este exemplar corresponde a redação final da dissertação de Mestrado defendida por Jader Bianco e aprovada pela Comissão Julgadora em 10 de agosto de 1995. Campinas, 11 de setembro de 1995.

Presidente da Banca



CAMPINAS, SP
AGOSTO DE 1995

950136

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

A DINÂMICA DO FINANCIAMENTO DA AGROPECUÁRIA : CRÉDITO RURAL
E AGROINDUSTRIALIZAÇÃO NAS REGIÕES DE MARÍLIA E DO
VALE DO PARANAPANEMA -SP

POR

JADER BIANCO

Orientador :

Prof. Dr.  JOÃO LUIZ CARDOSO

Dissertação apresentada em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Engenharia Agrícola, Área de concentração : Planejamento Agropecuário.

Campinas, SP

Agosto de 1995

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA - BAE - UNICAMP

B47d Bianco, Jader
A dinâmica do financiamento da agropecuária: crédito rural e agroindustrialização nas regiões de Marília e do Vale do Paranapanema-SP / Jader Bianco.--Campinas, SP: [s.n.], 1995.

Orientador: João Luiz Cardoso.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Crédito agrícola. 2. Agricultura - Finanças.
3. Agroindústria. 4. Cooperativismo. I. Cardoso, João Luiz. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. III. Título.

À Eulália (*in memoriam*) e ao Luiz
À Ana, Vanessa, Fabio e Renato

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor João Luiz Cardoso pela orientação firme e criteriosa e pelas contribuições que, com clareza de raciocínio e precisão de julgamento, proporcionou durante a elaboração deste trabalho.

Aos Professores Doutores Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco e Evaristo Marzabal Neves pela colaboração como membros do Comitê de Orientação.

Ao Engenheiro Agrônomo Sigismundo Bialoskorski Neto que, como membro da banca de exame de qualificação, apresentou valiosas sugestões.

Aos Engenheiros Agrônomos José Sidnei Gonçalves e Nelson Batista Martin pela colaboração e sugestões apresentadas.

Aos professores, funcionários e amigos da Faculdade de Engenharia Agrícola que contribuíram de alguma forma durante o curso de pós-graduação, em especial aos do Departamento de Planejamento e Produção Agropecuária e da Coordenadoria de Pós-Graduação.

À Divisão Regional Agrícola de Marília e à Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, pelo afastamento concedido.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelo auxílio financeiro.

Ao José Lázaro Aguiar Silva da Comercial de Cereais Paulista de Assis, aos funcionários da Cargill Agrícola S.A do Escritório de Palmital, aos funcionários da Cooperativa de Crédito Rural de Marília e aos Diretores e funcionários da Cooperativa dos

Cafeicultores da Região de Marília, cuja colaboração foi fundamental para o desenvolvimento e a realização deste trabalho.

A todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram com a realização desta dissertação.

SUMÁRIO

	Página
PÁGINA DE ROSTO	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
SUMÁRIO	v
LISTA DE FIGURAS	vii
LISTA DE TABELAS	viii
RESUMO	xii
1- INTRODUÇÃO	1
2- OBJETIVOS	5
3- REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	6
4- MATERIAL E MÉTODOS	19
5- RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
5.1- O CRÉDITO RURAL NO BRASIL	23
5.1.1- A oferta de crédito rural e a dinâmica da agropecuária	29
5.1.2- A oferta de crédito rural e a evolução das compras da agropecuária	36
5.1.3- O crédito rural nas regiões em estudo	39
5.2- O AGRIBUSINESS NO BRASIL	49
5.2.1- Caracterização	49
5.2.2- Relações do agribusiness com o setor agropecuário de produção	51

5.3- FINANCIAMENTO DO SETOR RURAL NO ÂMBITO REGIONAL ...	56
5.3.1- As indústrias fornecedoras de insumos e produtos para a agropecuária, os agentes financeiros e a Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Marília-SP (Coopemar)	57
5.3.1.1- As condições dos financiamentos	62
5.3.1.2- As garantias dos financiamentos	64
5.3.1.3- O repasse dos produtos aos cooperados	66
5.3.2- A agroindústria processadora de alimentos: Cargill Agrícola S.A	68
5.3.2.1- A área de atuação da empresa na região	69
5.3.2.2- As condições dos contratos	75
5.3.2.2.1- O repasse do numerário	75
5.3.2.2.2- O repasse dos insumos ("troca-troca").....	76
5.3.2.2.3- Os limites dos contratos	77
6- CONCLUSÕES	79
7- ANEXOS	83
8- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
9- ABSTRACT	100
APÊNDICE	101

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Valores dos contratos de financiamentos concedidos a produtores cooperativas, de 1969 a 1993.....	25
FIGURA 2. Comparativo dos financiamentos concedidos por finalidade, no período de 1987 a 1993.....	28
FIGURA 3. Número médio anual de contratos de custeio agrícola na Divisão Regional Agrícola do Vale do Paranapanema. 1990-1993.....	41
FIGURA 4. Número médio anual de contratos de custeio agrícola na Divisão Regional Agrícola de Marília. 1990-1993.....	43
FIGURA 5. Valor médio dos contratos de custeio agrícola, a preços de 1993, por município da Divisão Regional Agrícola do Vale do Parana panema. 1990-1993.....	47
FIGURA 6. Valor médio dos contratos de custeio agrícola, a preços de 1993, por município da Divisão Regional Agrícola de Marília. 1990 - 1993.....	48
FIGURA 7. Comparativo dos faturamentos anuais e dos financiamentos para aquisição de insumos e repasse aos cooperados, a preços de 1993. Período de 1984 a 1993.....	60
FIGURA 8. Participação porcentual dos cinco grupos de produtos com maior parcela no faturamento anual da Coopemar, período de 1985 a 1993.....	67

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Brasil: valores dos contratos de financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, de 1969 a 1993.....	24
TABELA 2. Brasil: financiamentos concedidos a produtores e suas cooperativas por finalidade, comparativo de 1987 a 1993.....	27
TABELA 3. Brasil : produção de grãos (em milhões de toneladas)	29
TABELA 4. Financiamentos de custeio de lavouras por área financiada, concedidos a produtores e cooperativas. Grandes Regiões. 1991-93.....	31
TABELA 5. Índices de evolução do número de contratos, valores e áreas financiadas. Grandes Regiões. 1991-93.....	31
TABELA 6. Financiamento de custeio agrícola de algumas culturas selecionadas, por número de contratos, valores e áreas financiadas para o Brasil. Período 1991-1993.....	33
TABELA 7. Evolução brasileira da produção, área cultivada e rendimento de algumas culturas selecionadas. Período de 1991-1993.....	33
TABELA 8. Índices de evolução dos financiamentos, por valor, número de contratos e áreas financiadas, de algumas culturas selecionadas...	35
TABELA 9. Índices de evolução das variáveis físicas de produção, área cultivada e rendimento de algumas culturas selecionadas.....	35
TABELA 10. Brasil:vendas de fertilizantes, máquinas e sementes melhoradas..	37

TABELA 11. Índices de vendas de fertilizantes, máquinas e sementes.....	38
TABELA 12. Número de contratos de financiamentos de custeio agrícola concedidos a produtores e cooperativas, por município da Divisão Regional Agrícola do Vale do Paranapanema. 1990 a 1993.	40
TABELA 13. Número de contratos de financiamentos de custeio agrícola concedidos a produtores e cooperativas, por município da Divisão Regional Agrícola de Marília. 1990 a 1993.....	42
TABELA 14. Valores dos financiamentos de custeio agrícola concedidos a produtores e cooperativas, por município. Divisão Regional Agrícola do Vale do Paranapanema. 1990 a 1993.....	45
TABELA 15. Valores dos financiamentos de custeio agrícola concedidos a produtores e cooperativas, por município. Divisão Regional Agrícola de Marília. 1990 a 1993.....	46
TABELA 16. Evolução e projeção do faturamento do "agribusiness" no mundo (em US\$ bilhões).....	52
TABELA 17. Índices de faturamento do "agribusiness" no mundo.....	52
TABELA 18. Agribusiness brasileiro: 100 maiores empresas. CR\$ milhões. 1993	53
TABELA 19. Índices de patrimônio e vendas das 100 maiores empresas do agribusiness brasileiro. 1993.....	54
TABELA 20. Setores de atividades: 100 maiores do "agribusiness", 1994.....	55
TABELA 21. Características da Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Marília-Coopemar.....	58
TABELA 22. Financiamentos da Coopemar para aquisição de insumos para repasse a cooperados e faturamentos anuais. 1984 a 1993.....	60

TABELA 23. Financiamentos concedidos a produtores e suas cooperativas custeio de café e soja e investimento para trator, para o Estado de São Paulo. Período de 1987 a 1993.....	61
TABELA 24. Coopemar : financiamentos de custeio agropecuário. Período de 1988 a 1993.....	63
TABELA 25. Coopemar : garantias oferecidas nos contratos de crédito. 1988 a 1993.....	65
TABELA 26. Participação porcentual dos diversos grupos de produtos no faturamento da Coopemar, no período de 1985 a 1993.....	67
TABELA 27. Municípios, somatória das áreas dos municípios, número de propriedades e população por Delegacia Agrícola, Dira do Vale do Paranapanema, 1990.....	70
TABELA 28. Área e produção das principais culturas, Dira do Vale do Paranapanema, Ano Agrícola 93/94.....	71
TABELA 29. Compras efetivadas pela Cargill Agrícola S.A, Palmital (SP). 1985 a 1994	72
TABELA 30. Produção regional e compras a futuro de soja pela Cargill Agrícola S.A, Divisão Regional Agrícola do Vale do Parana nema. (em toneladas).....	73
TABELA 31. Cargill Agrícola S.A : compras de soja em grãos e compras a futuro. (em toneladas).....	74
TABELA 32. Coopemar : financiamentos para aquisição de insumos para repasso aos cooperados. Ano 1988.....	84
TABELA 33. Coopemar : financiamentos para aquisição de insumos para repasso aos cooperados. Ano 1989.....	85

TABELA 34. Coopemar : financiamentos para aquisição de insumos para repasse aos cooperados. Ano 1990.....	87
TABELA 35. Coopemar : financiamentos para aquisição de insumos para repasse aos cooperados. Ano 1991.....	89
TABELA 36. Coopemar : financiamentos para aquisição de insumos para repasse aos cooperados. Ano 1992	92
TABELA 37. Coopemar : financiamentos para aquisição de insumos para repasse aos cooperados. Ano 1993.....	94

RESUMO

Os objetivos deste trabalho foram avaliar as mudanças ocorridas na dinâmica regional da produção agropecuária, em especial nas regiões de Marília e do Vale do Paranapanema-SP, enquanto consequência das alterações do crédito rural institucional, bem como examinar os efeitos dessas mudanças para o agribusiness brasileiro e identificar as formas e fontes alternativas de financiamento à agropecuária.

A elaboração de índices e a determinação de taxas de crescimento complementadas pela análise gráfica das séries temporais e pelas análises qualitativas, permitiram caracterizar as alternativas de financiamento rural encontradas pelos produtores e suas cooperativas junto às instituições bancárias e indústrias produtoras e fornecedoras de insumos, bem como em relação às empresas do setor agroindustrial processador de matérias-primas agrícolas.

A interação da Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Marília e das indústrias fornecedoras de insumos junto às instituições financeiras, garantiu os recursos necessários para os agropecuaristas continuarem a produzir e assegurou para as indústrias a regularidade e continuidade das vendas. Para os bancos possibilitou novas fontes de recursos e garantias adicionais com menor risco de inadimplência.

A dinâmica de trabalho da agroindústria processadora de matérias-primas agrícolas analisada, Cargill Agrícola S/A-Palmital-SP, mostrou a dependência entre os setores agrícola e agroindustrial, no seu relacionamento do dia-a-dia. Esse relacionamento, efetivado através dos contratos de compra a futuro da produção agrícola, permite atender,

de um lado os produtores com os recursos necessários para continuar a produzir e de outro, manter a continuidade e regularidade de recebimento de matéria-prima por parte da agroindústria, sem interferências governamentais.

Finalmente, deve-se salientar que o financiamento à produção rural continua a ser importante para o desenvolvimento da economia agrícola e da agroindústria brasileira.

1-INTRODUÇÃO

A dinâmica do crescimento brasileiro teve como base, até meados da década de 1960, a política de substituição de importações, induzida por um forte dirigismo governamental sobre taxas de câmbio, tarifas e controles sobre exportações, investimentos públicos, subsídios e incentivos, com prioridade para determinados setores, tais como indústria do aço, automobilística e petroquímica.

Posteriormente, com essa fase praticamente completada, a década de 1970 foi orientada com estratégias voltadas às exportações, com ajustamentos na taxa de câmbio e na política financeira.

Para que esse processo de crescimento econômico do Brasil se desencadeasse, a participação da agricultura foi fundamental. Com o crescimento da agricultura ocorrido pela expansão da fronteira agrícola e pelos ganhos de produtividade, gerou-se excedentes de renda dentro do setor que, deslocados para outras atividades econômicas, propiciaram as condições do desenvolvimento. O setor agrícola, além da geração de renda, desempenhou e desempenha funções básicas de abastecimento da necessidade crescente de alimentos, fornecimento de matéria prima para a indústria, liberação de mão de obra para outros setores da economia, além da contribuição na produção de energia renovável.

No processo de desenvolvimento são ampliadas as funções do setor agrícola, induzido a modificar sua estrutura e seu sistema de produção. Em estreita ligação com o setor industrial, o aumento da produtividade agrícola passa a oferecer novas oportunidades às indústrias "a montante e a jusante" da produção agropecuária, fornecedoras de insumos e processadoras de produtos, respectivamente (CARDOSO, 1983).

O principal instrumento de política econômica utilizado para viabilizar o desenvolvimento da agricultura brasileira e sua conseqüente modernização, de forma a coadjuvar e acompanhar o desenvolvimento do Brasil, foi a política de crédito rural (MENDONÇA de BARROS, 1979).

O processo de modernização e industrialização da agricultura, caracterizado tanto pelo aumento do uso de insumos modernos (fertilizantes, defensivos, sementes, rações, medicamentos, maquinários, embalagens, entre outros), como pela estruturação das agroindústrias processadoras de alimentos e fibras, deveu-se em grande parte à criação e implantação, a partir de 1965, do Sistema Nacional de Crédito Rural.

Desde então, a política de crédito rural tem passado por modificações marcantes, principalmente quanto aos volumes de recursos concedidos e quanto aos níveis praticados das taxas de juro.

Pode-se distinguir diversos períodos no que se refere às concessões de crédito rural no País. Primeiramente, de 1969 a 1979, apesar de pequenas variações, houve um crescimento acentuado na oferta de crédito. A segunda fase, de 1979 a 1984, caracterizou-se por um queda drástica no volume de recursos destinados à agropecuária. Em outra etapa (de 1984 a 1986), ocorreu ligeira recuperação nas dotações creditícias. Por último, após 1986, nova tendência acentuada de decréscimo de recursos aos produtores constituiu a característica marcante. Portanto, sobretudo na década de oitenta, a orientação da política agrícola se baseou na diminuição dos montantes concedidos e concomitante redução dos subsídios através do crédito (CARDOSO, 1994).

Houve, portanto, uma redução brusca no volume disponível de recursos financeiros de crédito para a agropecuária e as taxas de juro passaram a ser praticadas em níveis próximos aos das taxas de mercado.

Dessa forma, as mudanças ocorridas no ambiente econômico e na política agrícola brasileira nos últimos anos, pela baixa capacidade do governo em sustentar as condições e os volumes de recursos necessários aos financiamentos para a agropecuária, levaram esse

setor, como também as instituições financeiras e as empresas do sistema agroindustrial (que também sentiram os reflexos dessas mudanças pela diminuição do uso de insumos modernos) à busca de novas alternativas de financiamentos, de mecanismos compensatórios de taxas de juro e de incremento dos investimentos privados, em um processo de diminuição da dependência dos recursos financeiros do crédito rural oficial.

De parte dos produtores, houve a necessidade de racionalização no uso dos recursos disponíveis e cada vez mais caros, do avanço na busca da produtividade, como forma de recuperar a competitividade, e da busca de novas alternativas agrícolas economicamente mais rentáveis. De parte dos setores industriais e agroindustriais que relacionam-se com a agricultura, houve a conscientização de que o agricultor não é apenas o fornecedor da matéria-prima, ou o comprador cativo da fase de produção.

Portanto, a necessidade de ajustes, ocorridos em função das mudanças no ambiente econômico, fez emergir novas formas de atuação das cooperativas de produção, das empresas multinacionais produtoras de insumos para produção e das agroindustrias processadoras, como fontes alternativas ao aporte de capital requerido pela agropecuária.

Dentro desse contexto, são analisadas as alternativas de financiamento rural encontradas pelos produtores e suas cooperativas, junto às instituições bancárias e às indústrias produtoras e fornecedoras de insumos, bem como em relação às empresas do setor agroindustrial processador de matérias-primas agrícolas. São avaliados, também, os impactos dessa situação na dinâmica da produção agropecuária, no âmbito regional, correspondente às regiões do Vale do Paranapanema e de Marília, no Estado de São Paulo.

A pesquisa enfoca o modo como as mudanças ocorridas no financiamento do setor rural repercutem na realidade regional e como os diversos segmentos ajustam-se na prática do dia-a-dia, através da abordagem das peculiaridades do crédito rural e do "agribusiness" no Brasil. Aborda também, os reflexos na dinâmica da produção agropecuária regional, tomando-se por base a atuação de uma cooperativa de produção (Cooperativa dos

Cafeicultores da Região de Marília-Coopemar) e de uma agroindústria processadora de alimentos (Cargill Agrícola S.A - Palmital-SP).

2-OBJETIVOS

Avaliar as mudanças ocorridas na dinâmica da produção agropecuária, no âmbito regional (em especial nas regiões de Marília e do Vale do Paranapanema-SP), através da análise das modificações do crédito rural institucional e identificar as formas alternativas de financiar a produção agropecuária foram os objetivos principais do trabalho.

Para tanto, pretendeu-se:

a) A partir da atualização das análises da evolução dos recursos de crédito rural para custeio agrícola, examinar os reflexos para a produção agropecuária e para as indústrias voltadas à agricultura;

b) Conceituar e avaliar o crescimento do "agribusiness" brasileiro, além de sua relação de interdependência com o setor agropecuário propriamente dito;

Especificamente o trabalho teve por objetivos :

c) Examinar a evolução das atividades da Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Marília-Coopemar, com matriz na cidade de Marília, Estado de São Paulo, como agente de ligação entre as indústrias produtoras de insumos agrícolas e os agentes financeiros oficiais e privados, e as formas encontradas para garantir a continuidade do fluxo de recursos necessários para manter os negócios dos cooperados.

d) Avaliar a atuação, no âmbito da Divisão Regional Agrícola do Vale do Paranapanema-SP, da Cargill Agrícola S.A, agroindústria processadora de alimentos, e os mecanismos encontrados para suprir de capital de giro os produtores de soja da região, em substituição às fontes institucionais de crédito rural.

3-REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica foi direcionada a estudos que enfocam as questões e aspectos relativos à evolução do crédito rural institucional, bem como aos assuntos relacionados à evolução do "agribusiness" e suas particularidades, sendo apresentada em ordem cronológica da publicação dos respectivos trabalhos.

ARAÚJO e MEYER (1979) descreveram os objetivos da política brasileira de crédito rural e avaliaram os efeitos do crédito sobre a agricultura, utilizando os dados do Censo Agrícola de 1970 para as análises agregadas e dados de levantamentos ao nível de propriedades agropecuárias para evidências adicionais sobre a distribuição do crédito. Analisando o volume de crédito institucional, a produção agrícola e a distribuição dos financiamentos, os autores concluíram que o crédito institucional tornou-se peça central de toda a estratégia de desenvolvimento agrícola do Brasil, na época. Destacaram que os diversos incentivos e controles utilizados para viabilizar a política de crédito rural geraram distorções no fluxo e no custo social do crédito. O crédito subsidiado, como objetivo implícito da política de crédito rural, funcionou como mecanismo de compensação no quadro geral das políticas econômicas voltadas para acelerar a industrialização e controlar a inflação via preços administrados nos mercados de produtos agrícolas. Para os autores, o crédito institucional cresceu a taxas formidáveis em relação ao produto líquido da agricultura, sugerindo que o uso mais intensivo de fertilizantes e a crescente mecanização estavam positivamente associados aos deslocamentos na oferta de crédito, mas que, apesar dessas evidências, o fluxo de crédito rural revelou efeito distributivo muito limitado. Os autores colocaram, também, que um dos problemas mais sérios foi o resultante do controle

sobre taxas de juro dos empréstimos rurais, que tornaram-se excessivamente negativas gerando distorções em relação à política de crédito geral. Finalizando, os autores concluíram que o crédito rural provocou desvios da política monetária em relação aos seus objetivos, possibilitou que uma parte expressiva do crédito fosse capitalizada pelos agricultores, valorizando o preço da terra e que o crédito rural no Brasil perdeu a sua função alocativa e se constituiu em efeito regressivo na distribuição da renda.

MUNHOZ (1982), analisou a política de crédito agrícola no Brasil e procurou comprovar que as taxas de juros reduzidas não se constituíram em benefícios aos produtores, uma vez que esses benefícios não foram retidos no setor agrícola, mas transferidos para o setor urbano, via preços. Analisando a expansão do crédito rural, o autor, através dos dados de financiamentos do Banco Central e dos relatórios anuais do Banco do Brasil, mostrou que o desenvolvimento das operações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, criada em 1937, foi lento, até o início dos anos 50. Entre 1960 e 1965, os contratos praticamente triplicaram. Para os quinquênios seguintes, a expansão foi de 50%, 70% e 70%, respectivamente para 1965/70, 1970/75 e 1975/80, quando o número de contratos chegou a 1.087,2 mil. Esse crescimento se deu, no entanto, no mesmo momento em que as autoridades enfrentaram dificuldades para suprir recursos novos para atender ao crédito rural, principalmente diante das altas taxas de inflação. Utilizando o valor médio dos contratos, o autor mostrou que houve uma redução de 32,70% quando comparados os anos de 1973 e 1980, o mesmo ocorrendo com o financiamento médio por hectare, que recuou praticamente 30,90% no mesmo período, evidenciando aplicação cuidadosa do crédito, com redução dos recursos reais emprestados por unidade de área e o atendimento de um universo maior de produtores rurais.

Analisando a evolução dos saldos dos empréstimos ao setor rural, o autor registrou expansão na década de 70 e redução a partir de 1980, por causa de políticas restritivas ligadas às questões de meios de pagamento, base monetária, orçamento monetário, sem se atentar para as peculiaridades da economia agrícola. Tendo em vista a avaliação dos

subsídios e as mudanças nas condições de crédito, a partir do final dos anos 70, com a elevação das taxas de juros e redução dos volumes de financiamento, observou que as decisões restritivas ao crédito rural, não estavam ligadas à agricultura em si, nem a excessos no volume dos créditos ao setor - que encolheram em termos reais - mas sim a dificuldades surgidas junto às autoridades monetárias, em decorrência de decisões outras, que por um lado reduziram os recursos e por outro introduziram novas prioridades, como por exemplo, recursos destinados ao financiamento das exportações.

Quanto à evolução do volume de crédito rural comparada à evolução do produto da agricultura, uma das principais críticas à política de crédito rural, o autor, baseado nos dados de créditos concedidos e do produto interno agrícola, do Banco Central do Brasil e da Fundação Getúlio Vargas, argumentou a falta de sentido lógico nessa comparação, uma vez que produto agrícola é a somatória do valor adicionado na produção do setor rural (salários, rendas, juros, aluguéis, arrendamentos) e não o valor da produção agrícola propriamente dita. A demanda proveniente da agricultura, que responde por parcela considerável do mercado de bens industriais, mais o processamento e comercialização de produtos agrícolas na área urbana, é que dá base econômica à vida de todo o interior do país.

Em suas conclusões finais, o autor posicionou-se por um reexame do tema crédito agrícola, tendo por base a comprovação da não-retenção dos benefícios creditícios pela agricultura e a impossibilidade do setor de absorver custos financeiros integrais, bem como da impossibilidade de transferi-los para os preços finais.

CARDOSO (1983) analisou a importância do crédito rural no processo de desenvolvimento agrícola e alguns fatores que podem determinar a necessidade do crédito. Abordando o crescimento agrícola, considerou que o aumento da produtividade agrícola acarreta o aumento da renda, o que oferece novas possibilidades às indústrias " à montante e à jusante " da produção agropecuária, fornecedoras de insumos e processadoras de produtos. No entanto, dada a baixa capacidade de poupança das famílias rurais, que nem sempre podem arcar com os investimentos necessários, o financiamento torna-se necessário.

Observando a relação entre os montantes de créditos concedidos e a renda interna do setor agrícola, durante o período de 1969-80, com dados do Banco Central do Brasil e da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o autor constatou a grande importância do crédito rural no período considerado. Finalizando, o autor considerou alguns fatores que podem modificar as posições das curvas de oferta e demanda do crédito, como: aversão ao risco por parte do agente financeiro e do tomador de empréstimos, erros de investimento e excessos, incertezas climáticas e procedimentos bancários.

CARDOSO (1984) averiguou de que forma ocorreu a distribuição, no espaço rural brasileiro, dos financiamentos para o sub-setor de culturas, através do relacionamento dos dados do crédito rural provenientes do Banco Central, com os de estrutura produtiva, provenientes da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, referentes a 1977 e 1979. Os resultados permitiram concluir sobre a existência de acentuadas heterogeneidades nas relações entre financiamento e estrutura produtiva no sub-setor de culturas, para regiões geo-econômicas do Brasil. Finalizando, o autor observou que para uma distribuição mais uniforme dos financiamentos convém considerar, no planejamento creditício, as condições da estrutura fundiária, as superfícies exploradas com as atividades, a quantidade e o valor dos produtos, os indicadores tecnológicos e o número de pessoas ocupadas no setor agrícola das unidades geográficas.

ACCARINI (1987) discutiu as peculiaridades e funções do setor rural e seu inter-relacionamento com os demais setores da economia, uma vez que a agricultura integra-se no mercado como supridora de produtos para consumo, processamento industrial ou exportação e como consumidora de insumos modernos e dos demais bens e serviços de que necessita. Em sua análise retrospectiva, no contexto macroeconômico de desenvolvimento, o autor destacou a participação declinante da agricultura na renda nacional e seu inter-relacionamento com os outros setores, acentuando que nem por isso o setor rural se tornou menos importante no contexto global da economia, uma vez que segmentos integrantes do setor urbano, tais como indústrias processadoras de matérias-primas, fornecedoras de

insumos modernos, fabricantes de máquinas e equipamentos, empresas prestadoras de serviços de armazenagem, comercialização e transporte de bens, dependem direta ou indiretamente da produção rural. Acrescentou que a agricultura representava 10% da renda nacional, mas que no conjunto das atividades dependentes do setor rural ("agribusiness") esse percentual chegava a atingir algo em torno de 40%.

No contexto da transformação estrutural da economia brasileira (industrialização como meta prioritária), a partir dos anos 60, o autor destacou que a política agrícola continuou limitada aos instrumentos de subsídio ao crédito, preços mínimos e controle de preços. A partir do final dos anos 70, com o recrudescimento do processo inflacionário e do endividamento externo e da necessidade de controlar meios de pagamento e o déficit público, levaram à diminuição do crédito disponível e o subsídio nele embutido passou a declinar de modo persistente. Em suas conclusões finais, o autor observou que o baixo poder aquisitivo dos consumidores, a ineficiência do sistema de comercialização, a falta de apoio governamental em áreas como transporte, armazenagem, pesquisa, assistência técnica, seguro rural, educação e treinamento e a falta de uma política agrícola consistente e estável, bem como os recursos financeiros suficientes para viabilizá-la, constituem entraves ao processo de transformação (avanços tecnológicos e ganhos de eficiência) que caracteriza um setor rural dinâmico e desenvolvido.

FAGUNDES (1987) procedeu a análise da evolução dos financiamentos rurais, entre 1969 e 1985, concedidos pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, através dos dados dos relatórios do Banco Central, objetivando caracterizar o perfil dos empréstimos quanto à sua distribuição geoeconômica, tipo e porte do beneficiário, bem como o seu impacto na produção agrícola e o montante de subsídios implícitos nas taxas de juros reais negativas. A autora concluiu que o crédito rural foi utilizado principalmente por produtores rurais de médio e grande porte, com a tendência de exclusão dos mini e pequenos produtores. Observou que a concentração do crédito tornou-se duplamente injusta devido à canalização dos subsídios para o segmento de produtores com melhor situação econômica.

Ao longo do período estudado, a autora destacou que as mudanças ocorridas nas taxas de juros foram tentativas de acompanhar as taxas de inflação da economia e refletiram os aspectos conjunturais da política econômica implementada. Constatou que, entre 1965 e 1983, as taxas de juros foram prefixadas abaixo da taxa de inflação observada, ocasionando elevados volumes de subsídios, que só foram minimizados pela redução dos financiamentos para investimento a partir de 1979, do crédito rural em geral a partir de 1980/81 e dos limites de adiantamento do custeio rural a partir de 1981/82. A partir do ano de 1983 foi estabelecida taxa de juros pós-fixada, equivalente à correção monetária mais 3% ao ano, com vigência em 1984 e 1985. Em 1984, o volume dos subsídios implícitos na taxa de juros foi o menor de todo o período estudado.

CHABARIBERY e MELLO (1988) analisaram as normas oficiais referentes ao custeio agrícola, comparando as reais necessidades dadas pelas estimativas do custo operacional efetivo, elaboradas pelo Instituto de Economia Agrícola, para o Estado de São Paulo, para as principais culturas do estado contempladas pela política de valores básicos de custeio (instituídos em 1979 e fixados pelo Conselho Monetário Nacional). Os autores analisaram, também, a evolução da participação dos encargos financeiros nos custos de produção das culturas de algodão, amendoim, arroz de sequeiro, feijão, mandioca, milho e soja, no período de 1979/80 a 1986/87, através de simulação com base na variação do Índice de Preços Recebidos pelos Agricultores relativamente às correções dos encargos pelas variações das Obrigações do Tesouro Nacional.

Os autores concluíram que a política de valores básicos de custeio não foi compatível com as necessidades de determinadas culturas, principalmente para os alimentos básicos. Observaram, também, que a política de crédito foi mais direcionada para o custeio agrícola e que seus valores e limites de adiantamento foram utilizados como elementos de estímulo ou desestímulo a determinados produtos. Finalmente, sugeriram que a política de crédito agrícola não é suficiente para incentivar a produção, devendo estar acoplada a uma política

de preços realista, de modo a tornar os produtores menos dependentes do crédito de custeio.

CARDOSO (1989) analisou as características dos financiamentos institucionais no Brasil, sobretudo durante o período de 1983 a 1985, com dados do Banco Central do Brasil e da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando os financiamentos para o conjunto de produtores rurais e cooperativas de produtores, as regiões geoeconômicas e as unidades da Federação.

Considerou três períodos de análise, sendo que o primeiro, de 1969 a 1976 mostrou uma expansão acentuada de oferta de crédito. Um segundo período, de 1976 a 1979, de tendência irregular, com variações de acréscimo e de queda da oferta de crédito. Assinalou que o ano de 1979 apresentou os maiores valores reais de financiamentos durante todo o período 1969 a 1985. A etapa seguinte, de 1979 a 1985, foi caracterizada por uma restrição acentuada de crédito. Em 1984, os níveis reais dos montantes de financiamentos chegaram a posições muito baixas, comparáveis às do início da década de 1970. Ao contrário, em 1985 o volume real dos empréstimos para o setor agrícola voltou a aumentar, sendo, no entanto, comparável aos verificados por volta de 1973 e de 1974.

O autor concluiu que os bancos oficiais foram a principal fonte de financiamento para o setor agrícola e que, no período de 1983 a 1985, houve reduzida cobertura dos financiamentos para os custos de produção e insuficiente atendimento às necessidades financeiras dos agricultores. Relacionando o número de contratos de financiamento e o número de estabelecimentos agrícolas, verificou que grande parcela de agricultores não tiveram acesso ao crédito.

O autor constatou que, no período estudado (1983 a 1985), os produtos destinados ao mercado externo (como a soja) foram mais estimulados que os destinados ao consumo interno (feijão e mandioca) e que as culturas de arroz e milho tiveram participações ascendentes no recebimento de crédito.

Com relação às cooperativas de produtores, concluiu que representaram parcela muito pequena do volume total de empréstimos, além de apresentar uma distribuição regional muito desigual, concentrado-se, principalmente, nas regiões Sul e Sudeste.

Finalmente, o autor observou uma acentuada desigualdade na distribuição do crédito no Brasil, seja a nível de regiões, de unidades da Federação ou mesmo para um único tipo de produto.

KAGEYAMA et al (1990) procederam a análise das principais modificações na dinâmica da agricultura brasileira, do complexo rural aos complexos agroindustriais, a partir de seu papel no processo histórico de desenvolvimento do mercado interno. Esse processo consistiu na substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, à intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, à especialização da produção agrícola e à substituição das exportações pelo mercado interno como elemento central das alocações dos recursos produtivos no setor agropecuário. O processo de modernização da agricultura (transformação na base técnica da produção agropecuária), pode ser caracterizado pela elevação do consumo intermediário da agricultura e a crescente dependência de compras industriais, que incluem sementes, defensivos, fertilizantes, rações e medicamentos, máquinas, embalagens, entre outros. A partir de meados dos anos 60, o processo de modernização evoluiu para a industrialização da agricultura, que passou a ser um elo da cadeia, desembocando na constituição dos complexos agroindustriais, a partir da implantação da indústria para a agricultura e da estruturação da agroindústria processadora, cuja dinâmica requereu a existência de um sistema financeiro constituído (Sistema Nacional de Crédito Rural), fundamental na consolidação dos complexos agroindustriais.

Os autores dividiram a análise da política de crédito agrícola em dois momentos. Da criação do Sistema até o final da década de 70, correspondente ao movimento de implantação e consolidação do padrão de crescimento da agricultura, durante o qual a disponibilidade de crédito cresceu 329% em termos reais. A partir de 1979 definiram o segundo momento, quando as mesmas variáveis que permitiram a expansão do volume de

recursos, determinaram sua retração. As tentativas de diminuir o deficit público, diante dos desequilíbrios macroeconômicos, de um lado, reduziram as possibilidades de financiamento pelo Tesouro Nacional; de outro, as altas taxas de inflação e de juros dos anos 80 levaram a mudanças na composição dos depósitos bancários, afetando também a oferta de crédito pelo sistema bancário privado. O volume de crédito rural em 1984 foi 46% inferior ao crédito concedido em 1979 e as taxas de juro cobradas tornaram-se positivas pela primeira vez, significando que o capital produtivo aplicado na agricultura passou a enfrentar as mesmas dificuldades do capital produtivo em geral.

Os autores sugeriram que o setor agrícola é formado por quatro segmentos diferenciados: a) complexos agroindustriais completos, compostos pela indústria a montante, a produção agropecuária e a agroindústria processadora; b) complexos agroindustriais incompletos, compostos da produção agropecuária, das indústrias processadoras, sem vínculos específicos com as indústrias a montante; c) conjunto de atividades modernizadas, cuja produção depende do fornecimento de máquinas e insumos extra-setoriais, sem vínculos a montante e a jusante (não tomam a forma de complexos); e, d) conjunto de atividades agrícolas onde prevalece a produção artesanal, não modernizada e sem ligações intersetoriais fortes.

Concluindo, os autores destacaram que a política de crédito rural foi instrumento fundamental para a consolidação do padrão agrícola, baseada fortemente nos subsídios dos anos 70 e que os segmentos modernos da agricultura capitalista brasileira dos anos 80 poderiam dispensar tratamentos preferenciais, uma vez que a integração aos círculos industriais e financeiros internos e externos, transcendiam os instrumentos clássicos de políticas agrícolas. Concluíram, também, ter sido fundamental o financiamento do desenvolvimento da agroindústria processadora no Brasil, que teve lugar a partir de meados dos anos 60, bem como o papel do Estado no processo de internalização das indústrias de fertilizantes, defensivos e máquinas agrícolas. Finalmente, os autores observaram que estabeleceu-se um novo padrão agrícola no Brasil, a partir do qual não se poderia pensar

mais a agricultura em si mesma, como um setor, mas apreender-se sua dinâmica levando-se em conta as indústrias a ela vinculadas, tanto no fornecimento de equipamentos e insumos, como no processamento de matérias-primas de origem agrícola. A agricultura deixou de ser um conjunto de atividades ou produtos, para estruturar-se sob a forma de complexos agroindustriais.

GRAZIANO DA SILVA (1991), fez uma síntese das noções de "agribusiness", "filières", complexos industriais e sistemas agroalimentares, através de uma sistematização histórica e de revisão crítica desses conceitos e do caminhar das relações da indústria com a agricultura e suas consequências, até chegar nos dias atuais. O autor destaca o conceito de "agribusiness" como sendo um sistema agregado de subsistemas interrelacionados por fluxos de troca. Abordou também, os conceitos de sistema agroalimentar, compreendendo os subsetores que fornecem produtos à agricultura, a agricultura propriamente dita e as indústrias de processamento e transformação de produtos agrícolas, bem como o subsetor de distribuição de alimentos. Para o autor o uso que se faz do termo complexo agroindustrial é derivado de um lado da noção de "agribusiness" e sistema agroalimentar e de outro do conceito de complexo rural, referindo-se aos vários complexos agroindustriais (CAIs). Ambos enfatizam as mudanças nas interações entre o setor agrícola e o restante da economia. Concluindo, abordou a questão dos complexos como "orquestração de interesses", onde é fundamental a noção de que os complexos são resultado de um processo histórico específico, ou seja, é essa interação entre produtores, às vezes competitiva, às vezes cooperativa, às vezes imperativa, em um nível intermediário entre o micro e o macro, que cria as condições e sustenta a estrutura básica da economia.

SIMON (1992), tomando como referencial o processo de formação e consolidação do complexo agroindustrial, analisou o sentido real do direcionamento do crédito rural no Brasil e avaliou seu papel no processo de modernização e produção da agricultura, utilizando-se de séries históricas do Banco Central do Brasil e da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através da determinação das taxas geométricas de

crescimento e dos coeficientes de correlação, para o período de 1970 a 1985. Para o autor a queda dos recursos de crédito rural no período 1979/1985 criou sérios problemas de se continuar financiando a agricultura, tanto pela não definição rigorosa de fontes e volumes de recursos, como pela abrangência de sua institucionalização. Os resultados mostraram que o crédito farto e barato no período 1970/79 foi voltado para a expansão de áreas plantadas e de produção e não da produtividade, sendo que no período de 1979/1985, com a escassez dos recursos, a evolução da área, produção e rendimento foi independente da evolução do crédito. Para o período 1979/85 a retração do crédito foi significativa para as regiões Norte, Nordeste e Sudeste, com aumentos no Centro-Oeste e Sul. Quanto à análise do crédito e a utilização de insumos modernos, verificou que a expansão da utilização desses insumos e tratores foi acentuada no período 1970/79, havendo retração do seu uso quando o crédito foi restrito. Finalizando, o autor concluiu que o crédito promoveu apenas o crescimento das áreas, deixando de contribuir com o aumento da produtividade, sendo necessário redefinir a abrangência do crédito, para incorporar no processo de modernização os setores excluídos.

GATTI et al (1993) procederam uma análise da distribuição do crédito rural, nas décadas de 70 e 80, por região e unidade da federação e por grupo de produtos, segundo vários níveis de agregação de crédito total e distribuídos por finalidades, de custeio, investimento e comercialização. Utilizando-se de dados básicos do Sistema Nacional de Crédito Rural e do cálculo de índices de Redundância, os autores constataram que na década de 80, contrariamente à década de 70, os recursos financeiros destinados ao crédito rural foram decrescentes, restritos e de custo elevado. As distorções, do ponto de vista da concentração regional, apontada por diversos autores nos anos 70, mantiveram-se na década de 80, com piora no perfil distributivo do crédito no âmbito regional. Para o estudo da distribuição do crédito de custeio, os autores consideraram dois grupos de produtos, Grupo I (produtos bastante integrados ao complexo agroindustrial - CAI) e Grupo II (produtos pouco integrados ao CAI). No final dos anos 80, do total do crédito ofertado, 70% foram para o primeiro grupo, contra 60 % de participação na década de 70. A

distribuição do crédito entre os produtos foi mais equilibrada no Grupo I e mais concentrada no Grupo II. Finalizando, os autores indicaram ser necessário pensar em mecanismos complementares, ou mesmo alternativos de financiamento, como a criação de um fundo de financiamento agropecuário para compensar eventuais déficits de empréstimos com cláusula de equivalência-produto, que possam ter autonomia e capacidade de auto-sustentação.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS (1993) e colaboradores analisaram a questão da segurança alimentar, dentro de uma visão do sistema do "agribusiness", principalmente da cadeia de alimentos e fibras, seus potenciais e problemas. Com dados da Fundação Getúlio Vargas, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Banco Central do Brasil e Agrocerec, analisaram a situação da agricultura brasileira, no período de 1980 a 1992.

Concluíram que apenas 0,50% do aumento da produção se deveu à expansão das áreas de cultivo, mostrando eficiência do produtor no crescimento da produtividade. De outro lado, o valor da produção no mesmo período caiu à uma taxa de 5,46% ao ano e os preços médios pagos ao produtor caíram à taxa média de 8,76%, ou seja, a produção cresceu 33% e a renda caiu 42%. As causas apontadas para essa situação, em especial a partir de 1986, foram a redução do volume e o aumento do custo do crédito rural, a deterioração da infraestrutura e o enorme custo dos fretes e, principalmente, o abusivo aumento da carga tributária no Brasil.

Com relação ao crédito rural, os autores observaram que a crise fiscal da década de oitenta eliminou o subsídio explícito, fixando taxas de juros reais positivas e limitando os valores totais a níveis claramente insuficientes e que o modelo agrícola intervencionista da década de setenta, baseado no crédito rural farto e subsidiado e nos estímulos à modernização tecnológica, com suas virtudes e defeitos, faliu.

Com relação ao conceito de "agribusiness", observaram que a agricultura modernizou-se, passando a inserir-se na economia de mercado, com mudanças nas relações

do agricultor com os demais agentes econômicos. Da porteira para dentro, revelou uma tendência à especialização na sua atividade-fim. Da porteira para fora, estruturou-se um moderno parque industrial, fornecedor de bens de capital e insumos que abastece o campo. Dessa forma, o conceito engloba os fornecedores de bens e serviços para a agricultura, os produtores rurais, os processadores, os transformadores e distribuidores e todos os envolvidos na geração e fluxo dos produtos de origem agrícola até o consumidor final.

Quanto ao enquadramento das instituições e organizações do "agribusiness", os autores distribuíram em três categorias. Na primeira, estão as operacionais (produtores, processadores, distribuidores). Na segunda, as que geram e transmitem energia ao sistema (suprimentos de insumos e fatores de produção, agentes financeiros, pesquisa e experimentação, fomento e assistência técnica). Por último, os mecanismos coordenadores (governo, contratos comerciais, mercados futuros, sindicatos, associações).

Concluindo, observaram que a agricultura passa a ser vista não mais como uma atividade isolada do produtor rural dentro da porteira, nem mesmo como um sistema produtor de "commodities", mas integra-se ao "agribusiness", inserindo-se num sistema mais amplo, que são as cadeias agroindustriais.

4-MATERIAL E MÉTODOS

Para a análise da evolução do crédito rural os estudos foram desenvolvidos utilizando-se os dados de crédito rural a nível de Brasil, Grandes Regiões, Estados, Regiões Administrativas e Municípios do Estado de São Paulo, obtidos dos ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DO CRÉDITO RURAL do BANCO CENTRAL DO BRASIL (1987-1993) e dos BOLETINS do BANCO CENTRAL DO BRASIL (1994).

Os dados relativos à área plantada e produção foram coletados nos ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DO BRASIL da FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-FIBGE (1985-1993). Os dados regionais foram coletados nos levantamentos subjetivos das DIVISÕES REGIONAIS AGRÍCOLAS DO VALE DO PARANAPANEMA (1992-1994) e de MARÍLIA (1987-1994).

Quanto aos dados referentes ao consumo de fertilizantes, sementes e tratores, foram pesquisados nos ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DO SETOR DE FERTILIZANTES da ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA DIFUSÃO DE ADUBOS E CORRETIVOS AGRÍCOLAS-ANDA, nos ANUÁRIOS da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE SEMENTES-ABRASEM, e nos dados divulgados pela ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS-ANFAVEA.

Os dados referentes à atuação da Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Marília e da Cargil Agrícola S.A - Palmital-SP, foram obtidos nos RELATÓRIOS DA DIRETORIA-BALANÇOS ANUAIS (1985-1993) e em RELATÓRIOS da empresa, respectivamente.

As análises dos dados, para as duas instituições estudadas, foram complementadas com entrevistas e levantamentos a nível local para evidências adicionais.

Devido à grande diversidade de fontes de pesquisa as análises foram feitas tomando-se como base diversos períodos, com ênfase no período de 1986 a 1993, com detalhamento em períodos mais curtos, dependendo da disponibilidade dos dados.

O ano de 1986 foi tomado como início do período, dada a facilidade de delimitação com períodos anteriores, em função da edição do Plano Cruzado e do início de uma série de mudanças na condução da política de crédito rural no Brasil. O ano de 1993 foi tomado como final do período, por ser o último ano com dados oficiais de crédito rural disponíveis.

A atualização das análises da evolução da concessão de recursos de crédito rural para custeio agrícola está mais detalhada no período de 1991 a 1993. Em 1991, o BANCO CENTRAL DO BRASIL passou a publicar dados referentes às áreas financiadas e efetivamente plantadas, correspondentes aos créditos concedidos, possibilitando ampliar e aprofundar os estudos nessa área.

Para as análises da evolução das atividades da Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Marília-SP, o detalhamento é feito a partir de 1988, ano em que os dados dos contratos de financiamento examinados estão disponíveis. O detalhamento da avaliação da atuação da Cargill Agrícola S.A- Palmital-SP, é feito a partir de 1989, ano em que a empresa iniciou o procedimento de compras futuras.

Para o tratamento dos dados secundários, a nível geral, são apresentadas séries históricas, cuja evolução é analisada pela determinação de taxas de crescimento e pela apresentação gráfica das séries temporais. De acordo com NEGRI NETO, COELHO e MOREIRA (1993) " a apresentação gráfica pode muito bem se transformar em uma das melhores técnicas disponíveis para algumas análises exploratórias, possibilitando um meio de se perceber mudanças complexas das relações entre duas ou mais variáveis entre si ou através do tempo "(p. 99).

Em alguns casos a evolução dos indicadores foi analisada utilizando-se a construção de índices simples.

A operacionalização dos dados, por meio de construção de índices, ou por meio de determinação de percentuais, ou ainda, pela construção de gráficos, permite a atualização das análises da evolução da concessão de recursos de crédito rural para custeio agrícola, bem como auxilia no exame dos reflexos para a produção agropecuária propriamente dita, para as indústrias que produzem insumos para a agricultura e para as agroindústrias que processam matérias-primas agrícolas.

Para o estudo de caso da Cargill Agrícola S.A - Palmital-SP, os dados primários obtidos também são avaliados estabelecendo-se relações entre as variáveis e determinando-se as taxas de crescimento, complementadas com a análise qualitativa do relacionamento contratual entre a empresa e os produtores, cooperativas e cerealistas.

Para se avaliar a evolução das atividades da Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Marília-SP, além dos procedimentos anteriormente citados, os dados dos valores de crédito rural são atualizados para a mesma base monetária utilizada pelo Banco Central do Brasil.

Quando se utilizam séries de valores monetários torna-se necessário uniformizar a unidade de medida.

As técnicas para obter valores medidos em moeda do período-base podem ser consultadas em diversas obras, dentre as quais a de HOFFMANN (1980).

Segundo HOFFMAN (1980), "...quando se calculam valores reais, a finalidade é apenas uniformizar a unidade de medida. Então, por facilidade de cálculo, são obtidos os valores reais medidos em moeda do período-base...Frequentemente se usa, como deflator, o índice geral de preços referente a produtos e serviços em disponibilidade no país, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e publicado mensalmente como "índice 2" da revista *Conjuntura Econômica*".(p. 330).

No presente trabalho foi utilizado o índice geral de preços - disponibilidade interna da Fundação Getúlio Vargas (Base : dezembro 1992 = 100), tomando-se o cuidado de efetuar a transformação dos valores originais (com os devidos cortes de zeros, de acordo com a Resolução 1.100 de 28 de fevereiro de 1986, Resolução 1565 de 16 de janeiro de 1989 e Resolução 2.010 de 28 de julho de 1993, do Banco Central do Brasil), a fim de se obter valores reais a preços de 1993.

5-RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1- O CRÉDITO RURAL NO BRASIL

A política econômica global brasileira, baseada no modelo de substituições de importações e na promoção das exportações, característico das décadas de 60 e 70, requereu mudanças para que a agricultura pudesse continuar desempenhando suas funções, que foram fortemente direcionadas pelo Estado, como meio de estimular a expansão da capacidade produtiva agropecuária mediante os benefícios da evolução tecnológica.

Havia a necessidade premente de que a agricultura desse resposta rápida ao processo de desenvolvimento urbano-industrial que se sedimentava no Brasil, naquela época. Para tanto o principal instrumento utilizado foi a implementação da política de crédito rural, com a criação em 1965 do Sistema Nacional de Crédito Rural.

Os dados referentes ao Sistema permitem analisar a evolução dos financiamentos destinados para o conjunto dos produtores rurais e suas cooperativas. Os números da Tabela 1 e a Figura 1 correspondente possibilitam distinguir vários períodos da política de crédito rural no período de 1969 (início da disponibilidade dos dados) até 1993 (últimos dados disponíveis).

O primeiro período, de 1969 a 1976, mostrou uma expansão acentuada da oferta de crédito, a despeito do endividamento do Tesouro Nacional, ocorrido principalmente a partir de 1973, como consequência da forte elevação dos preços de petróleo e demais matérias primas estratégicas (TAVARES e BELLUZZO, 1978).

Tabela 1. Brasil : valores dos contratos de financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, de 1969 a 1993.

ANO	VALORES CONSTANTES (Cr\$ 1,00) *	VARIAÇÃO ANUAL (%)
1969	6,48	-
1970	7,74	19,31
1971	8,95	15,66
1972	11,07	23,68
1973	15,66	41,41
1974	19,36	23,62
1975	28,22	45,80
1976	28,92	2,45
1977	25,81	(10,72)
1978	26,25	1,67
1979	32,71	24,62
1980	31,28	(4,37)
1981	27,13	(13,27)
1982	26,27	(3,17)
1983	19,83	(24,52)
1984	12,11	(38,92)
1985	17,27	42,60
1986	25,76	49,11
1987	20,31	(21,17)
1988	14,33	(29,44)
1989	13,08	(8,69)
1990	7,47	(42,88)
1991	7,71	3,14
1992	8,55	10,91
1993	7,29	(14,12)

Fonte : Banco Central do Brasil, Departamento de Cadastro e Informações.
Anuário Estatístico do Crédito Rural - 1993.

(*) A preços de 1969 - Deflator = Média IGP/DI - FGV

CRÉDITO RURAL: EVOLUÇÃO DOS RECURSOS

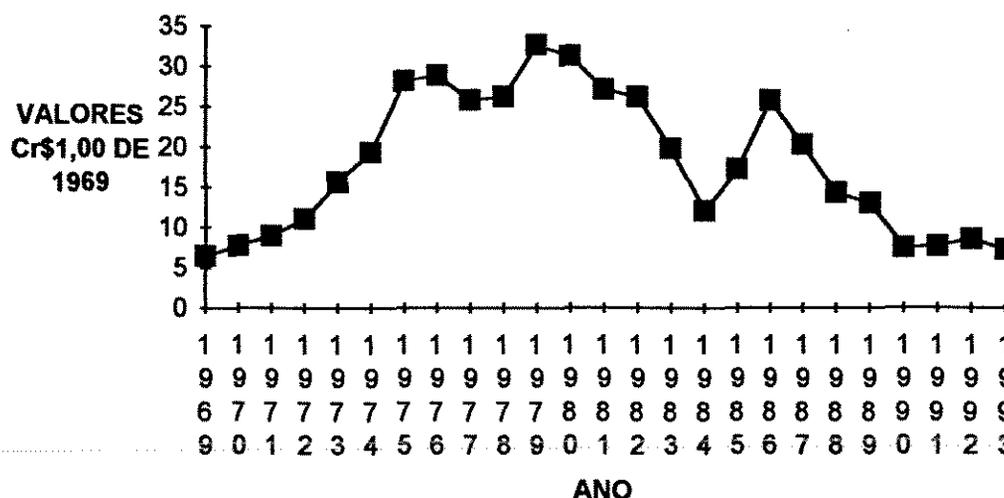


Figura 1. Brasil : Valores dos contratos de financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, de 1969 a 1993 (A preços de 1969).

Um segundo período, de 1976 a 1979, foi de tendência irregular, com variações de acréscimos e decréscimos da oferta de crédito, com volumes mantidos em um patamar bastante alto, apresentando em 1979, ano em que ocorreu o segundo choque do petróleo (IDRC, 1992), os maiores valores reais de financiamentos durante todo o período.

A crise mundial que se desencadeou após os choques do petróleo em 1973 e 1979/80, seguidos da moratória do México em 1982, desembocou na chamada "crise de débito dos países em desenvolvimento" (MEDHORA, 1992), afetando o modelo de crescimento brasileiro, que foi duramente atingido pela crise de liquidez e pelas altas taxas de juro do mercado internacional, que já haviam levado o Brasil a contratar novos empréstimos, elevando drasticamente a dívida externa e comprometendo parcela significativa do Produto Interno Bruto com o serviço dessa dívida.

A etapa seguinte (de 1979 a 1984) foi caracterizada por uma restrição contínua e acentuada de crédito. Como reflexo dessa situação, houve a necessidade de fortes ajustes na economia, com claros efeitos recessivos, ocasionando contração da liquidez interna e mudanças na política de juros do sistema financeiro e conseqüentemente nas taxas de juro do crédito rural, que a partir de 1979 começaram a ser aumentadas, chegando próximo aos níveis das taxas de mercado a partir de 1983.

Em 1984, os níveis reais dos montantes dos financiamentos chegaram a posições muito baixas, comparáveis às do início da década de 1970. Em 1985 o volume real dos empréstimos ao setor agrícola começou a aumentar, sendo no entanto, próximo aos verificados em 1973 e 1974.

Nos anos seguintes, 1986 e 1987, ocorreram aumentos no volume de recursos do crédito rural institucional por ocasião do Plano Cruzado, numa tentativa de aumentar a produção de alimentos, importante para a estabilização da economia na ocasião.

A partir dessa época os sinais do esgotamento da capacidade do Estado de injetar recursos substanciais em crédito rural ficam evidentes e os recursos financeiros em 1988 e 1989 continuam a cair, passando a ter uma tendência contínua de declínio, mantendo-se praticamente estável de 1990 a 1993, no mesmo patamar do ano de 1970.

O detalhamento sobre o volume de recursos para custeio agrícola, Tabela 2 e a correspondente Figura 2, mostra declínio em praticamente todos os anos analisados, menos 1989 e 1991. Para comercialização, a tendência também foi declinante, exceção feita a 1992. No caso dos investimentos, verificou-se uma retomada no volume de recursos nos anos de 1992 e 1993, insuficientes para alterar o panorama geral constante no resumo.

Alterou-se, portanto, o ciclo de crédito rural subsidiado à agropecuária brasileira, com reflexos no volume das safras agrícolas e no comportamento das vendas das indústrias voltadas à agricultura, principalmente dos setores petroquímico (fertilizantes e defensivos), automotivo (tratores) e de produção de sementes melhoradas.

Tabela 2. Brasil : financiamentos concedidos a produtores e suas cooperativas por finalidade. Período de 1987 a 1993.

FINALIDADE	VALORES CONSTANTES	VARIAÇÃO
ANO	CR\$ 1,00*	ANUAL(%)
CUSTEIO		
1987	1.314.112.530.063	-
1988	899.081.233.140	(32)
1989	965.406.872.448	7
1990	516.192.973.822	(47)
1991	584.908.092.521	13
1992	496.865.527.748	(15)
1993	376.629.227.853	(24)
INVESTIMENTO		
1987	320.249.146.126	-
1988	211.789.523.478	(34)
1989	126.892.525.976	(40)
1990	75.572.583.816	(40)
1991	60.444.767.658	(20)
1992	94.271.052.475	56
1993	139.249.365.427	48
COMERCIALIZAÇÃO		
1987	238.750.153.211	-
1988	210.895.734.882	(12)
1989	114.702.485.155	(46)
1990	97.793.896.474	(15)
1991	66.069.422.549	(32)
1992	197.522.868.722	199
1993	161.556.371.955	(18)
RESUMO		
1987	1.873.111.829.401	-
1988	1.321.766.491.500	(29)
1989	1.207.001.883.579	(9)
1990	689.559.454.112	(43)
1991	711.422.282.726	3
1992	788.659.448.945	11
1993	677.434.965.235	(14)

(*) A preços de 1993 - Inflator = média IGP/DI-FGV

Fonte: Banco Central do Brasil: Anuários Estatísticos do Crédito Rural. 1987 a 1993

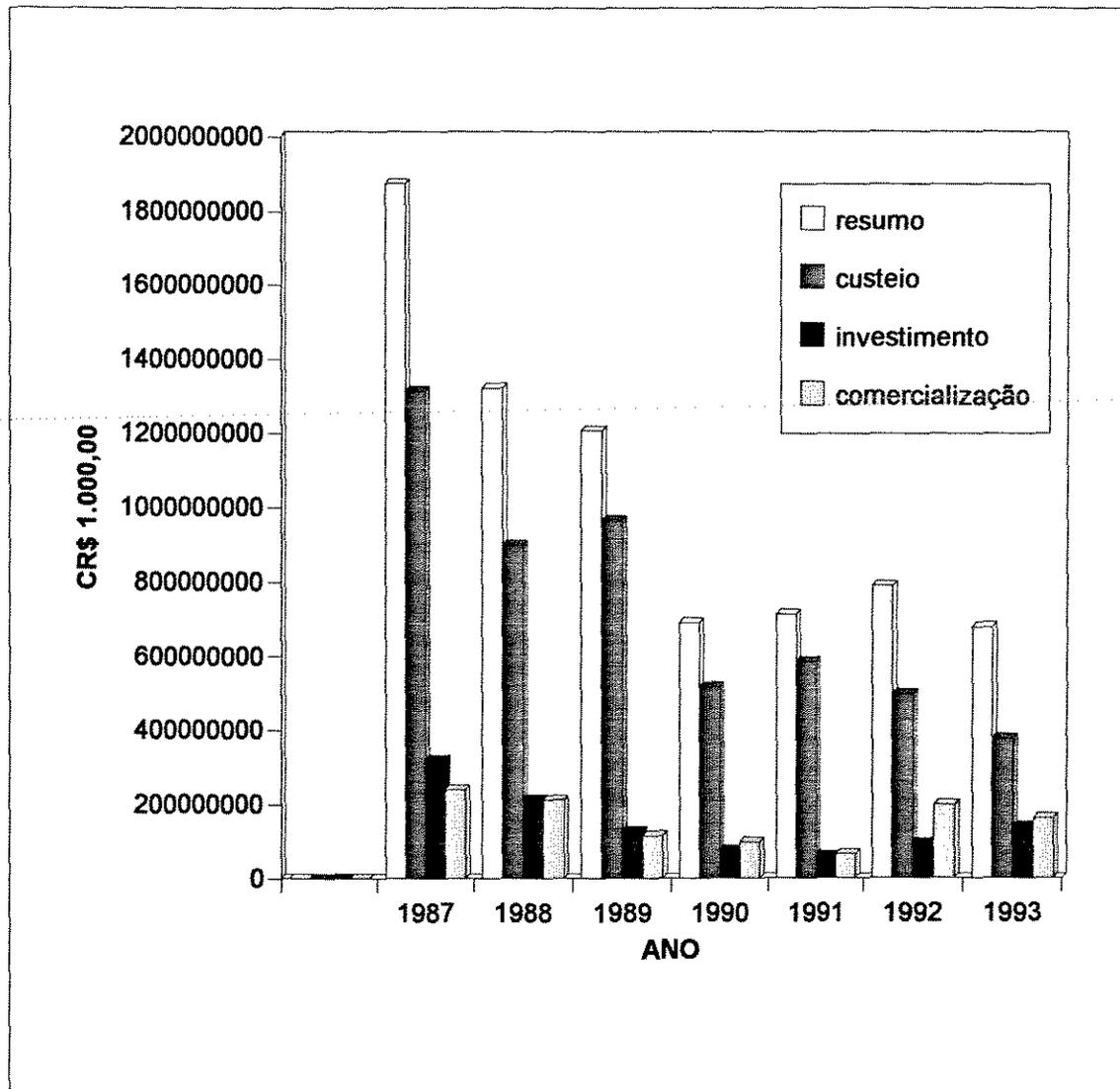


Figura 2. Comparativo dos financiamientos concedidos por finalidade, no período de 1987 a 1993.

5.1.1- A oferta do crédito rural e a dinâmica da agropecuária

A análise do comportamento dos volumes das safras brasileiras nos últimos 10 anos pode ser acompanhada a partir dos dados da Tabela 3. Os índices calculados mostram que o comportamento das safras não foi uniforme no decorrer do período. Além dos aspectos climáticos, possíveis inconsistências da política agrícola brasileira afetaram o crescimento sustentável e compatível com o aumento populacional.

Tabela 3. Brasil : produção de grãos. Em milhões de toneladas.

ANO	PRODUÇÃO	ÍNDICE(1985=100)
1985	59,57	100,00
1986	54,92	92,19
1987	64,52	108,31
1988	65,78	110,42
1989	71,83	120,58
1990	56,13	94,22
1991	56,04	94,07
1992	67,63	113,53
1993	69,20	116,17
1994	75,23	126,29

Fonte : FIBGE-Anuário Estatístico do Brasil(1985/1993), Banco Central do Brasil-Boletim mensal (1994)

A partir de 1991 o Banco Central do Brasil passou a publicar no seu Anuário Estatístico do Crédito Rural, além dos dados dos financiamentos tradicionalmente publicados, os números sobre os créditos de custeio concedidos a produtores e cooperativas por área financiada. Possibilita, portanto, ampliar e aprofundar os estudos a respeito deste instrumento de apoio à produção, com os dados de área financiada e respectiva produção, coletados diretamente dos financiamentos concedidos, o que não estava disponível para os anos anteriores. Assim, tratam-se de informações de grande confiabilidade. A análise seguinte abordará os dados a partir da referida data, atendo-se aos objetivos específicos do presente trabalho.

Os dados da Tabela 4 permitem analisar a caracterização dos financiamentos para o Brasil, de acordo com as regiões geoeconômicas, evidenciando que os recursos foram sempre concentrados.

Dentre as regiões brasileiras, a região Sul, tanto em número de contratos como em volume de financiamentos é a que foi melhor aquinhoadada, chegando em 1993 com 71,00 % do número de contratos, 43,39 % do valor do financiamento e 33,65 % da área financiada.

Em seguida aparece a região Sudeste, cujo número de contratos caiu de 18,37 % em 1991 para 12,76 % em 1993 e o volume de recursos de 28,16 % para 25,11 %, sendo que a área financiada aumentou de 29,84 % para 36,14 %, no mesmo período, indicando aumento do valor médio dos contratos.

A região Nordeste aparece como a terceira em número de contratos, com 16,00 % em 1991, caindo no entanto para 11,98 % em 1992 e 9,04 % em 1993. O valor dos financiamentos e a área financiada também decresceram chegando em 6,74 % e 6,62 %, respectivamente, em 1993.

Em um movimento inverso aparece a região Centro-oeste que ficou praticamente estável, variando de 6,98 % a 6,40 %, em relação ao número de contratos, de 1991 a 1993, enquanto que o volume de recursos passou de 21,19 % para 24,32 %.

Tabela 4. Financiamentos de custeio de lavouras por área financiada, concedidos a produtores e cooperativas, segundo as Grandes Regiões do Brasil. Período 1991-1993

GRANDES REGIÕES	CONTRATOS - ANO 1991						CONTRATOS - ANO 1992						CONTRATOS - ANO 1993					
	NÚMERO		VALOR (*)		ÁREA		NÚMERO		VALOR (*)		ÁREA		NÚMERO		VALOR (*)		ÁREA	
	No.	%	CR\$1000*	%	1000 HA	%	No.	%	CR\$1000*	%	1000 HA	%	No.	%	CR\$1000*	%	1000 HA	%
NORTE	8.747	1,23	1.859.125	0,35	122	0,36	4.221	0,90	1.070.320	0,24	84	0,37	3.226	0,80	1.473.401	0,44	56	0,25
NORDESTE	113.659	16,00	48.273.033	9,15	3.084	9,08	56.122	11,98	40.132.377	9,02	2.274	9,93	36.462	9,04	22.440.736	6,74	1.502	6,62
SUDESTE	130.499	18,37	148.488.527	28,16	10.140	29,84	62.560	13,35	114.729.208	25,78	6.134	26,79	51.433	12,76	83.643.603	25,11	8.196	36,14
SUL	407.833	57,41	216.975.997	41,14	12.570	36,99	314.349	67,10	185.789.876	41,74	8.317	36,32	286.245	71,00	144.543.685	43,39	7.631	33,65
C - OESTE	49.603	6,98	111.770.448	21,19	8.066	23,74	31.247	6,67	103.391.996	23,23	6.091	26,60	25.816	6,40	81.020.983	24,32	5.293	23,34
BRASIL	710.341	100,00	527.367.130	100,00	33.982	100,00	468.499	100,00	445.113.777	100,00	22.900	100,00	403.182	100,00	333.122.408	100,00	22.678	100,00

Fonte : BACEN : Anuários Estatísticos do Crédito Rural, 1991 a 1993.

(*) Valores constantes a preços de 1993 - Média IGP/DI - FGV.

Tabela 5. Índices de evolução do número de contratos, valores e áreas financiadas, segundo as Grandes Regiões Brasileiras. 1991 a 1993. (Base : 1991=100)

GRANDES REGIÕES	FINANCIAMENTOS								
	NÚMERO DE CONTRATOS			VALOR DOS CONTRATOS			ÁREA FINANCIADA		
	1991	1992	1993	1991	1992	1993	1991	1992	1993
NORTE	100,00	48,26	36,88	100,00	57,57	79,25	100,00	68,85	45,90
NORDESTE	100,00	49,38	32,08	100,00	83,14	46,49	100,00	73,74	48,70
SUDESTE	100,00	47,94	39,41	100,00	77,26	56,33	100,00	60,49	80,83
SUL	100,00	77,08	70,19	100,00	85,63	66,62	100,00	66,17	60,71
C - OESTE	100,00	62,99	52,05	100,00	92,50	72,49	100,00	75,51	65,62
BRASIL	100,00	65,95	56,76	100,00	84,40	63,17	100,00	67,39	66,74

Fonte : Dados básicos da tabela 4.

A área financiada manteve-se, também, praticamente estável, de 23,74 % para 23,34 %, no mesmo período de 1991 a 1993.

A região Norte continua sendo a menos atendida, atingindo apenas 1,23% do número de contratos no ano de 1991. Nos outros indicadores estudados não atingiu 1,0 % do total nos anos de 1991 a 1993.

Analisando-se os dados de número de contratos, valores e áreas financiadas, cujos índices estão na Tabela 5, verifica-se diminuição nos três indicadores, para todas as regiões do País. A queda mais acentuada no número de contratos, de 1991 a 1993, foi da região Nordeste, caindo do índice 100 para 32,08. Para a região Sul, o declínio foi menos acentuado, do índice 100 para 70,19. Com relação ao valor dos contratos também a região Nordeste caiu proporcionalmente mais que as demais, para o índice 46,49. A região Norte teve queda menos acentuada, saindo do índice 100 para 79,25. Quanto à área financiada, a região Norte apresentou diminuição bastante significativa, de 100 para 45,90, enquanto na região Sudeste o índice variou de 100 para 80,83, no mesmo período de 1991 a 1993.

Constata-se assim, que os financiamentos continuaram sendo dirigidos àquelas regiões onde a agricultura é mais tecnológica e diversificada de um lado e de grande escala (característica da abertura de fronteiras agrícolas) de outro.

Examinando-se na sequência, os dados relativos aos financiamentos de custeio de algumas culturas selecionadas, constantes da Tabela 6 e seus respectivos índices na Tabela 8, bem como as áreas plantadas, Tabela 7 e seus respectivos índices na Tabela 9, pode-se acompanhar a evolução ocorrida para o período de 1991 a 1993.

Observa-se na Tabela 8, que o total de contratos para todas as culturas analisadas diminuiu substancialmente, sendo que do índice 100 em 1991, constata-se o índice 65,95 em 1992 e 56,76 em 1993. As culturas cujos números de contratos diminuíram mais significativamente foram o cacau e o café, seguidos da batata-inglesa, do algodão e do feijão. Os índices relativos às culturas de soja e trigo, mantiveram-se em 1993, respectivamente em 66,77 e 73,34.

Tabela 6. Financiamentos de custeio agrícola de algumas culturas selecionadas, por número de contratos, valores e áreas financiadas para o Brasil. Período 1991-1993.

PRINCIPAIS CULTURAS	VALOR - CR\$1000(*)			NÚMERO DE CONTRATOS			ÁREA (1.000 ha)		
	1991	1992	1993	1991	1992	1993	1991	1992	1993
Algodão	45.759.139	19.609.967	18.432.828	46.953	16.898	15.528	1.164	502	439
Amendoim**	1.448.725	1.305.724	1.003.045	1.583	861	783	135	107	50
Arroz	92.510.848	80.308.653	53.631.259	49.104	27.313	21.976	3.488	2.238	1.759
Batata	12.169.647	6.799.351	4.789.221	8.523	4.122	2.755	90	47	35
Cacau	503.472	351.121	62.731	1.142	1.172	111	69	80	18
Café (coco)	20.550.719	13.377.704	4.024.004	23.462	8.998	4.621	1.955	585	285
Feijão	19.927.355	12.873.758	9.730.941	77.124	37.834	29.244	1.318	809	704
Laranja	4.243.418	4.470.861	4.512.438	4.069	1.684	2.266	487	340	1.035
Mandioca	2.824.535	2.693.020	1.610.068	9.121	6.163	4.705	85	69	71
Milho	97.023.892	61.515.640	55.156.728	160.479	79.795	68.163	5.860	3.417	3.480
Soja	128.240.635	139.794.309	112.589.095	75.560	62.835	50.453	10.031	9.122	7.963
Trigo	9.682.799	14.135.368	5.500.658	25.121	24.741	18.423	2.774	1.650	1.167
Demais	92.481.946	87.878.300	62.079.392	228.100	196.083	184.154	6.526	3.934	5.672
Total	527.367.130	445.113.777	333.122.408	710.341	468.499	403.182	33.982	22.900	22.678

Fonte : BACEN : Anuários Estatísticos do Crédito Rural : 1991-1993.

(*) Valores constantes a preços de 1993 - Média IGP/DI - FGV.

(**) Inclui as duas épocas de plantio (das águas e da seca).

Tabela 7. Evolução brasileira da produção, área cultivada e rendimento de algumas culturas selecionadas. Período de 1991-1993.

PRINCIPAIS CULTURAS	PRODUÇÃO(1.000 toneladas)			ÁREA (1.000 ha)			RENDIMENTO (toneladas/ ha)		
	1991	1992	1993	1991	1992	1993	1991	1992	1993
Algodão	2.076	1.876	1.134	1.830	1.878	1.057	1,10	1,00	1,10
Amendoim*	139	171	150	88	100	85	1,60	1,70	1,80
Arroz	9.496	9.962	10.143	4.127	4.687	4.421	2,30	2,10	2,30
Batata	2.219	2.421	2.359	161	172	162	13,80	14,10	14,60
Cacau	320	328	340	667	731	733	0,50	0,40	0,50
Café (coco)	3.051	2.587	2.555	2.767	2.498	2.257	1,10	1,00	1,10
Feijão	2.749	2.795	2.432	5.443	5.142	3.808	0,50	0,50	0,60
Laranja	94.512	98.286	93.822	981	987	798	96,30	99,60	117,60
Mandioca	24.531	21.918	21.911	1.943	1.826	1.814	12,60	12,00	12,10
Milho	23.739	30.557	30.065	13.110	13.389	11.868	1,80	2,30	2,50
Soja	14.938	19.185	22.694	9.618	9.436	10.627	1,60	2,00	2,10
Trigo	2.921	2.796	2.201	1.995	1.958	1.509	1,50	1,40	1,50

Fonte : FIBGE, Levantamento sistemático da produção agrícola, apud IBRE/FGV-Agroanalysis, novembro 1994.

(*) Dados do plantio das águas.

Quanto ao valor dos contratos, em geral, as diminuições ocorridas ano a ano foram em menor proporção do que as observadas no número de contratos.

Observe-se que para a laranja chega a ocorrer elevação nos índices referentes a valores.

Em relação à área financiada, verificou-se aumento expressivo para a laranja, enquanto todas as demais culturas analisadas mostraram diminuição das áreas financiadas, comparando-se os anos de 1991 a 1993.

A diminuição verificada no número de contratos, no valor dos financiamentos e na área financiada não se refletiu na mesma proporção e da mesma forma no desempenho das culturas.

As áreas plantadas, cujos números estão na Tabela 7 e seus respectivos índices na Tabela 9, diminuíram de forma acentuada (mais que 18 %), para o algodão, café, feijão, laranja e trigo, no período de 1991 a 1993. Para o amendoim, mandioca e milho, a diminuição foi menor do que 10 %. A batata permaneceu praticamente no mesmo nível (aumento de 0,62 %), enquanto que arroz, cacau e soja tiveram suas áreas plantadas aumentadas, respectivamente, em 7,12 %, 9,90 % e 10,49 %, de 1991 a 1993.

Quanto aos volumes de produção, os dados mostram, no mesmo período de 1991 a 1993, que a produção de algodão decresceu 45,38 %, a do trigo 24,65 % e a do café, 16,26%. Em seguida aparecem o feijão com diminuição de 11,53 % e a mandioca com queda de 10,68 %. A laranja permaneceu no mesmo patamar (diminuição de 0,73 %) e as culturas de amendoim, arroz, batata e cacau mostraram acréscimos de produção que variaram de 6,25 % a 7,91 %. Foram verificados, também, aumentos expressivos de produção para as culturas de milho e soja, da ordem de 26,65 % e 51,92 %, respectivamente, nos anos analisados (1991 a 1993).

Com exceção da mandioca, que apresentou um ligeiro decréscimo de rendimento no período analisado, de 1991 a 1993, para a maioria das culturas o rendimento por hectare manteve-se constante ou aumentou.

Tabela 8. Índices de evolução dos financiamentos, por valor, número de contratos e áreas financiadas, de algumas culturas selecionadas. (Base : 1991=100)

PRINCIPAIS CULTURAS	FINANCIAMENTOS								
	VALOR			NÚMERO DE CONTRATOS			ÁREA FINANCIADA		
	1991	1992	1993	1991	1992	1993	1991	1992	1993
Algodão	100,00	42,85	40,28	100,00	35,99	33,07	100,00	43,13	37,71
Amendoim	100,00	90,13	69,24	100,00	54,39	49,46	100,00	79,26	37,04
Arroz	100,00	86,81	57,97	100,00	55,62	44,75	100,00	64,16	50,43
Batata	100,00	55,87	39,35	100,00	48,36	32,32	100,00	52,22	38,89
Cacau	100,00	69,74	12,46	100,00	102,63	9,72	100,00	115,94	26,09
Café (coco)	100,00	65,10	19,58	100,00	38,35	19,70	100,00	29,92	14,58
Feijão	100,00	64,60	48,83	100,00	49,06	37,92	100,00	61,38	53,41
Laranja	100,00	105,36	106,34	100,00	41,39	55,69	100,00	69,82	212,53
Mandioca	100,00	95,34	57,00	100,00	67,57	51,58	100,00	81,18	83,53
Milho	100,00	63,40	56,85	100,00	49,72	42,47	100,00	58,31	59,39
Soja	100,00	109,01	87,80	100,00	83,16	66,77	100,00	90,94	79,38
Trigo	100,00	145,98	56,81	100,00	98,49	73,34	100,00	59,48	42,07
Demais	100,00	95,02	67,13	100,00	85,96	80,73	100,00	60,28	86,91
Total	100,00	84,40	63,17	100,00	65,95	56,76	100,00	67,39	66,74

Fonte : Dados básicos : tabela 6.

Tabela 9. Índices de evolução das variáveis físicas de produção, área cultivada e rendimento de algumas culturas selecionadas. (Base : 1991= 100).

PRINCIPAIS CULTURAS	VARIÁVEIS FÍSICAS								
	PRODUÇÃO			ÁREA			RENDIMENTO		
	1991	1992	1993	1991	1992	1993	1991	1992	1993
Algodão	100,00	90,37	54,62	100,00	102,62	57,76	100,00	90,91	100,00
Amendoim	100,00	123,02	107,91	100,00	113,64	96,59	100,00	106,25	112,50
Arroz	100,00	104,91	106,81	100,00	113,57	107,12	100,00	91,30	100,00
Batata	100,00	109,10	106,31	100,00	106,83	100,62	100,00	102,17	105,80
Cacau	100,00	102,50	106,25	100,00	109,60	109,90	100,00	80,00	100,00
Café (coco)	100,00	84,79	83,74	100,00	90,28	81,57	100,00	90,91	100,00
Feijão	100,00	101,67	88,47	100,00	94,47	69,96	100,00	100,00	120,00
Laranja	100,00	103,99	99,27	100,00	100,61	81,35	100,00	103,43	122,12
Mandioca	100,00	89,35	89,32	100,00	93,98	93,36	100,00	95,24	96,03
Milho	100,00	128,72	126,65	100,00	102,13	90,53	100,00	127,78	138,89
Soja	100,00	128,43	151,92	100,00	98,11	110,49	100,00	125,00	131,25
Trigo	100,00	95,72	75,35	100,00	98,15	75,64	100,00	93,33	100,00

Fonte : Dados básicos : tabela 7.

O desempenho dessas culturas, apesar dos fatores restritivos da diminuição do número de contratos deferidos e da queda do volume de crédito rural, deixa evidente que os ganhos de produtividade foram decorrentes da melhoria da gestão das propriedades e do conseqüente aumento da eficiência da produção.

Análises da evolução da produtividade agrícola brasileira para o período de 1977 a 1984, podem ser observadas em MELO (1985). Para o período de 1980 a 1991, análises mostrando o aumento da produtividade agrícola com relação às principais culturas no Estado de São Paulo, podem ser constatadas em VICENTE e CASER (1991).

Para análises de períodos anteriores, principalmente quanto aos aspectos distributivos do crédito rural, vários autores fizeram ampla cobertura, dentre os quais pode-se citar MUNHOZ (1982), FAGUNDES (1987), ACCARINI (1987), CHABARIBERY, MELLO (1988), SILVA (1988), CARDOSO (1983, 1984, 1989), KAGEYAMA (1990), GATTI(1993), SOBOLL (1993). Com relação aos dados da produção agropecuária e seus indicadores no decorrer do tempo, diversas instituições fazem um acompanhamento sistemático de sua evolução, destacando-se, dentre elas, a Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz-FEALQ, o Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia-IBRE da Fundação Getúlio Vargas, o Instituto de Economia Agrícola-IEA da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, a Companhia Nacional do Abastecimento-CONAB do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-FIBGE.

5.1.2-A oferta de crédito rural e a evolução das compras da agropecuária

Os dados de vendas de fertilizantes, máquinas agrícolas (tratores) e sementes melhoradas, Tabela 10, permitiram calcular os índices apresentados na Tabela 11, mostrando que esses setores também sofreram os reflexos das mudanças da economia de uma forma

acentuada. Provavelmente, essa foi uma das áreas onde a diminuição dos financiamentos disponíveis e o aumento do custo do crédito rural levaram à racionalização na administração agrícola, com a diminuição do carregamento de estoques por longos períodos, por parte dos agricultores, e o início da prática das compras parceladas desses insumos, feitas de acordo com as necessidades das explorações agropecuárias.

Tabela 10. Brasil : vendas de fertilizantes, máquinas e sementes melhoradas.

ANO	FERTILIZANTES (mil toneladas)	MÁQUINAS (unidades)	SEMENTES (mil toneladas)
1986	9651	61700	1880
1987	9646	51200	2079
1988	9765	38600	2081
1989	8759	35007	2295
1990	8255	27442	1788
1991	8493	18200	1678
1992	9277	16200	1516
1993	10541	26600	1648

Fonte : Associação Brasileira dos Produtores de Sementes-ABRASEM, Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas-ANDA, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores-ANFAVEA.

Tabela 11. Índices de vendas de fertilizantes, máquinas e sementes (Base: 1986 = 100)

ANO	FERTILIZANTES	MÁQUINAS	SEMENTES
1986	100,00	100,00	100,00
1987	99,95	82,98	110,59
1988	101,18	62,56	110,69
1989	90,75	56,73	122,07
1990	85,53	44,48	95,11
1991	88,00	29,50	89,25
1992	96,12	26,26	80,64
1993	109,22	43,11	87,66

Fonte: Dados básicos da Tabela 10.

Verifica-se na tabela 11, que as vendas de fertilizantes passaram a diminuir a partir de 1988, chegando em seu nível mais baixo em 1990 e ao ponto mais elevado em 1993. Com relação às vendas de sementes, 1989 foi o ano de maior volume de vendas,

decrecendo 19,36 % em 1992, relativamente a 1986, para apresentar uma pequena retomada em 1993. Os números referentes às vendas de tratores são mais contundentes, mostrando uma queda persistente e bastante acentuada até 1992 (73,74 % menor que 1986), esboçando uma retomada em 1993, que remete os números aos constatados em 1990.

5.1.3- O crédito rural nas regiões em estudo

Em seguida será observada a evolução do crédito rural nas regiões em estudo (Tabelas 12 e 13; Figuras 3 e 4).

A partir de 1990, observa-se a queda contínua e acentuada não só do número de contratos como do volume total de recursos disponíveis. Em geral o número de contratos por ano, para todos os municípios envolvidos da Divisão Regional do Vale do Paranapanema-SP decresceu acentuadamente (Tabela 12). As diferenças verificadas quanto ao número de contratos entre os diversos municípios deve-se, principalmente ao tamanho dos municípios, em área e em número de propriedades agrícolas, bem como às características de solo, topografia e tipos de explorações agropecuárias.

Dessa forma, Assis, Cândido Mota, Palmital e Paraguaçu Paulista são municípios com mais de 900 propriedades rurais, onde as explorações principais são a soja, o milho, a cana-de-açúcar e o trigo. Os municípios de Cruzália, Ibirarema, Florínea, Maracá e Ourinhos, apesar das mesmas características de exploração do solo, são menores e têm menos propriedades agrícolas (de 200 a 600 propriedades). Os municípios de Campos Novos Paulista, Chavantes, Ipauçú, Lutécia, Platina, Quatá, Ribeirão do Sul, Salto Grande, Taguaí e Tejupá além de serem menores em área e em número de propriedades (de 240 a 600 propriedades), têm uma agricultura mais tradicional (diversificada em culturas de feijão, milho, mandioca, algodão, entre outras) e uma exploração pecuária mais intensa.

Tabela 12. Número de contratos de financiamentos de custeio agrícola concedidos a produtores e cooperativas, por município da Divisão Regional Agrícola do Vale do Paranapanema-SP. Período de 1990 a 1993.

MUNICÍPIO	ANO			
	1990	1991	1992	1993
Assis (a)	558	495	229	148
Borá	11	30	24	27
Campos Novos Paulista	245	194	82	91
Cândido Mota	1325	991	417	391
Chavantes	63	38	14	12
Cruzália (b)	480	434	166	90
Florínea	322	266	127	97
Ibirarema	400	230	91	80
Ipauçú	38	19	18	15
Lutécia	58	76	49	22
Maracaí	674	527	236	96
Ourinhos	159	101	47	37
Palmital	1186	967	412	507
Paraguaçu Paulista	223	332	153	81
Platina	230	248	102	79
Quatá	165	185	86	57
Ribeirão do Sul	213	168	64	44
Salto Grande	302	229	109	55
Sarutaiá	32	40	17	24
Taguaí	18	63	33	35
Tejupá	57	90	41	38
Timburí	38	26	16	20
TOTAL ANO	6797	5749	2533	2046
MÉDIA/ANO	309	261	115	93

a) Inclui Tatumã

(b) Inclui Pedrinhas Paulista.

Fonte: Banco Central do Brasil: Anuários Estatísticos do Crédito Rural, 1990-1993.

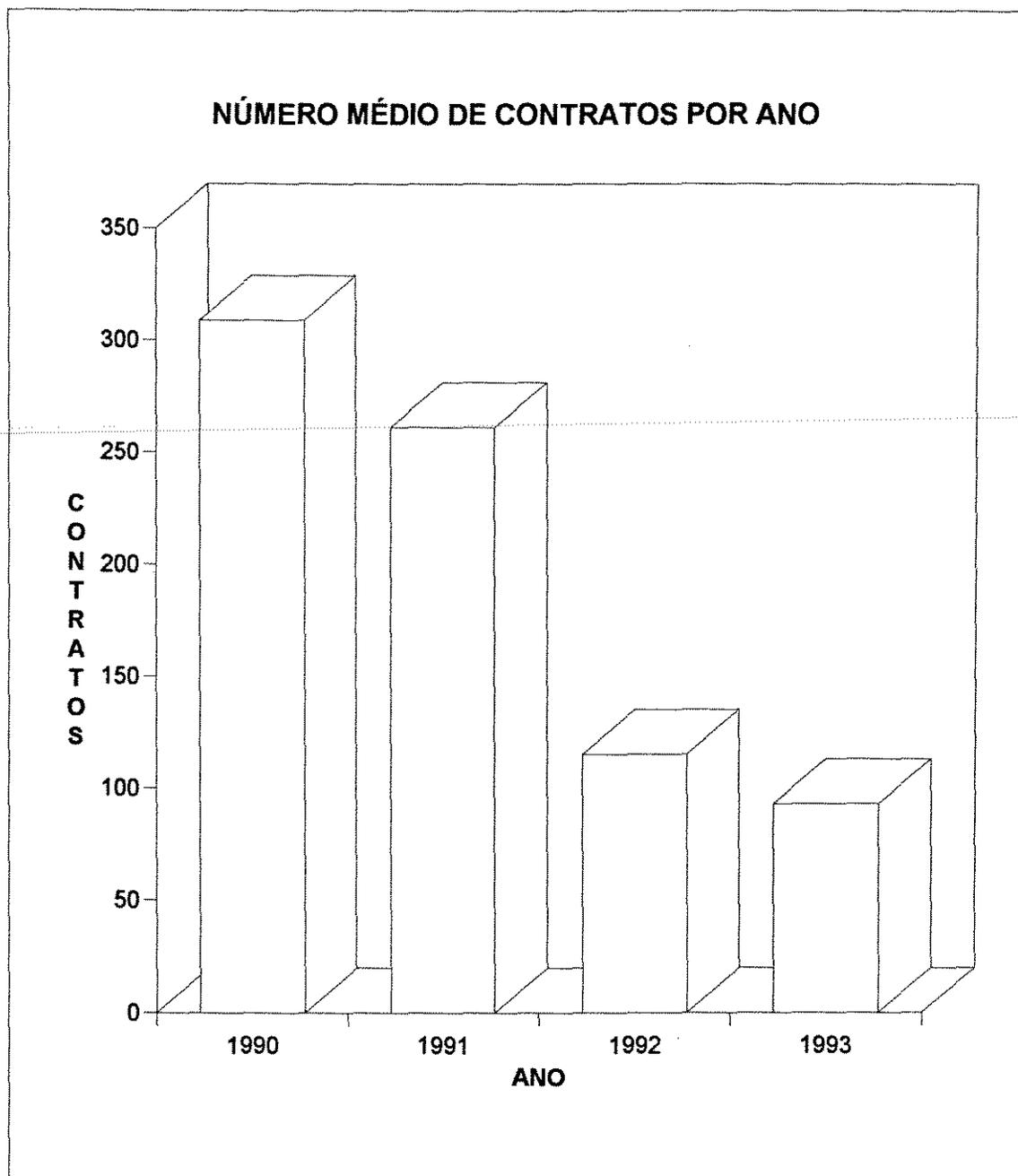


Figura 3. Número médio anual de contratos de custeio agrícola na Divisão Regional Agrícola do Vale do Paranapanema-SP. 1990-1993.

Tabela 13. Número de contratos de financiamentos de custeio agrícola concedidos a produtores e cooperativas, por município da Divisão Regional Agrícola de Marília-SP. Período de 1990 a 1993.

MUNICÍPIO	ANO			
	1990	1991	1992	1993
Álvaro de Carvalho	31	19	17	13
Alvinlândia	33	14	7	7
Bastos	47	38	30	17
Bernardino de Campos	123	115	56	46
Echaporã	68	57	27	17
Galia	109	106	64	53
Garça	267	251	125	90
Herculândia	111	67	49	41
Iacri	125	102	67	55
Lupércio	43	17	20	7
Manduri	53	44	19	37
Marília	197	136	58	48
Ocauçu	55	42	25	11
Óleo	40	38	18	14
Oriente	15	13	9	6
Oscar Bressane	11	40	22	6
Pirajú	168	239	108	83
Pompéia	83	98	48	53
Queiroz	18	36	19	17
Quintana	67	63	45	41
Santa Cruz do Rio Pardo	451	637	265	280
São Pedro do Turvo	142	175	52	58
Tupã	134	191	131	94
Vera Cruz	115	66	35	30
TOTAL ANO	2506	2604	1316	1124
MÉDIA /ANO	104	109	55	47

Fonte: Banco Central do Brasil: Anuários Estatísticos do Crédito Rural. 1990-1993.

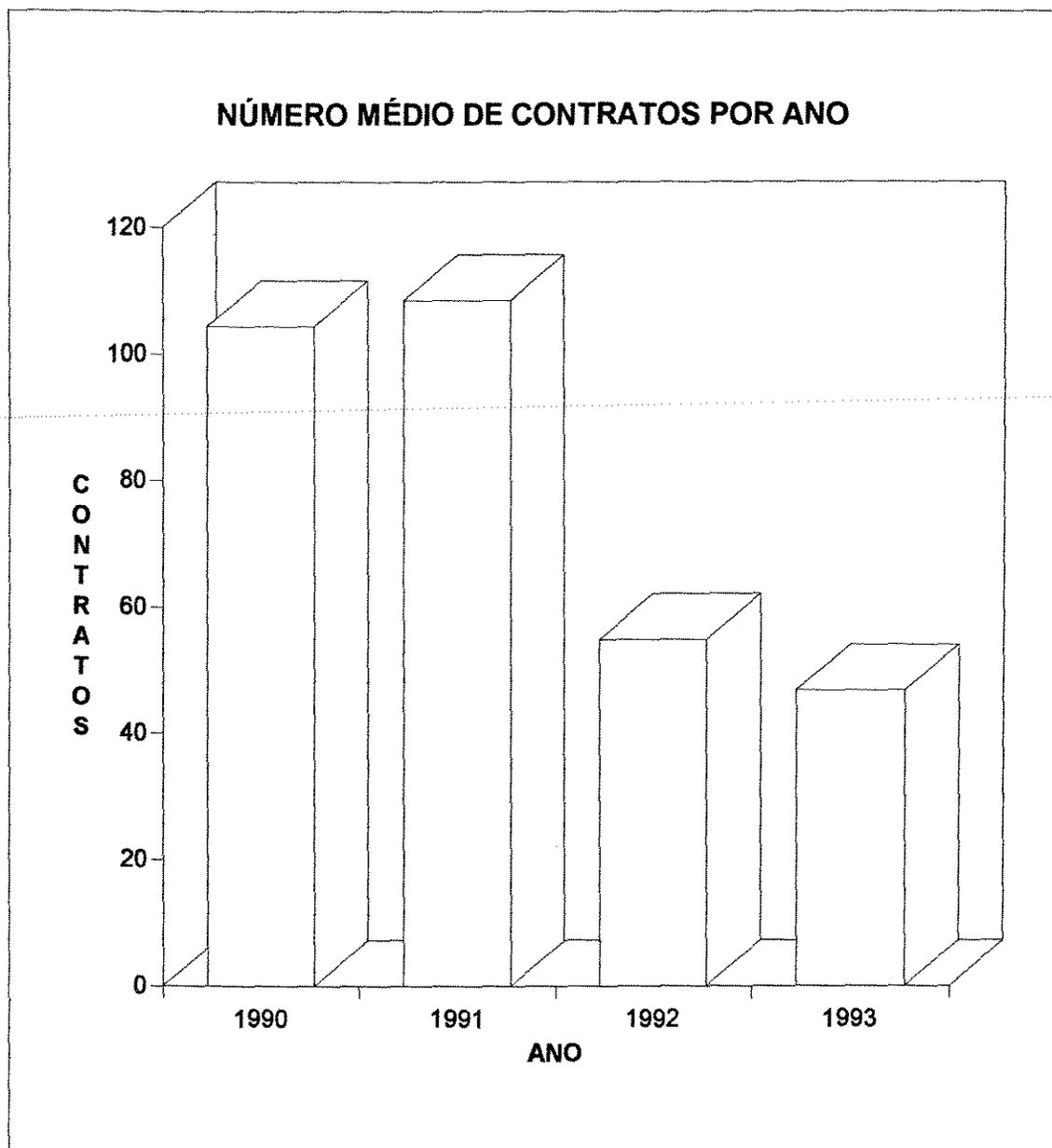


Figura 4. Número médio anual de contratos de custeio agrícola na Divisão Regional Agrícola de Marília-SP. 1990-1993.

Os municípios de Borá, Sarutaiá e Timburí são caracterizados por serem muito pequenos e com poucas propriedades (menos de 170 propriedades)

Os dados relativos à Divisão Regional Agrícola de Marília apresentam-se bastante irregulares. O pequeno aumento do número de contratos ocorrido em 1991, comparado a 1990, foi seguido por diminuições expressivas nos anos seguintes (Tabela 13).

A região caracteriza-se pela predominância da exploração da cultura de café e da pecuária, tanto de corte, como de leite. Os municípios de Garça, Marília, Pirajú, Santa Cruz do Rio Pardo e Tupã são municípios maiores em área e com mais de 550 propriedades.

Os municípios de Bastos, Bernardino de Campos, Echaporã, Gália, Herculândia, Iacri, Lupércio, Mandurí, Ocaúçu, Oscar Bressane, Óleo, Pompéia, Quintana e Vera Cruz são considerados médios, cujo número de propriedades varia de 125 a 550. Os municípios de Álvaro de Carvalho, Alvinlândia, Oriente e Queiróz são pequenos em área e em número de propriedades rurais (menos de 125)

Os aspectos mencionados, para ambas as regiões, podem ser verificados graficamente pela observação dos números médios dos contratos dos municípios de cada região, expressos nas figuras 3 e 4.

Ao se analisar os valores totais dos financiamentos, tanto a nível de municípios isoladamente, como pelas médias das regiões por ano, observa-se o mesmo comportamento descendente verificado anteriormente com relação ao número de contratos, tanto para a região do Vale do Paranapanema (Tabela 14) como para a região de Marília (Tabela 15).

Na região do Vale do Paranapanema, além das características de tamanho e de número de propriedades por município, as diferenças observadas nos valores entre os diversos municípios explicam-se pela utilização mais intensa do solo onde são realizadas duas safras no ano, com os plantios de verão (soja ou milho) e os plantios de inverno (milho safrinha ou trigo). Os municípios de Cândido Mota, Cruzália, Maracá, Ibirarema e Palmital são exemplos típicos dessa prática.

Tabela 14. Valores de financiamentos de custeio agrícola concedidos a produtores e suas cooperativas, por município. Divisão Regional Agrícola do Vale do Paranapanema-SP, de 1990 a 1993.

ANO	1990	1991	1992	1993
MUNICÍPIO	VALORES		CONSTANTES	
	CR\$ 1,00*	CR\$ 1,00*	CR\$ 1,00*	CR\$ 1,00*
Assis (a)	399.207.080	422.448.330	510.718.824	290.686.489
Borá	31.096.998	38.042.974	50.327.954	39.243.867
Campos Novos Pta	124.201.086	122.100.594	56.712.512	70.863.708
Cândido Mota	821.430.864	721.025.412	411.393.507	576.104.187
Chavantes	87.775.402	39.338.921	12.209.180	11.318.516
Cruzália (b)	320.478.684	364.837.499	149.833.740	206.270.926
Florínea	184.059.373	218.739.165	258.820.094	148.699.527
Ibirarema	164.471.346	187.433.960	155.945.325	46.172.692
Ipauçú	36.929.465	13.687.400	12.329.772	16.818.494
Lutécia	45.986.374	73.625.116	46.490.900	15.635.651
Maracáí	868.918.678	609.398.444	398.889.610	692.803.388
Ourinhos	246.379.624	115.447.474	60.599.111	47.805.757
Palmital	729.909.910	542.822.759	263.926.472	347.682.113
Paraguaçu Paulista	543.378.670	507.496.968	634.648.105	259.371.877
Platina	140.936.007	180.734.908	131.563.579	57.306.520
Quatá	397.846.748	246.305.388	111.662.095	120.617.622
Ribeirão do Sul	122.161.208	108.304.737	57.244.691	27.006.885
Salto Grande	177.526.317	152.877.705	93.631.862	40.779.605
Sarutaiá	49.822.285	43.325.839	14.086.643	17.484.390
Taguaí	3.574.738	12.315.943	13.310.724	10.643.972
Tejupá	114.927.564	93.034.979	55.020.982	29.253.197
Timburí	59.702.325	47.771.833	24.465.681	10.792.346
TOTAL ANO	5.670.720.747	4.861.116.347	3.523.831.363	3.083.361.729
MÉDIA/ANO/MUNIC	257.760.034	220.959.834	160.174.153	140.152.806

(*) A preços constantes de 1993 - Média IGP/DI-FGV

(a) Inclui Tatumã

(b) Inclui Pedrinhas Paulista

Fonte: Banco Central do Brasil: Anuários Estatísticos do Crédito Rural. 1990-1993.

Tabela 15. Valores de financiamentos de custeio agrícola concedidos a produtores e suas cooperativas, por município. Divisão Regional Agrícola de Marília-SP, de 1990 a 1993.

ANO	1990	1991	1992	1993
	VALORES		CONSTANTES	
MUNICÍPIO	CR\$ 1,00*	CR\$ 1,00*	CR\$ 1,00*	CR\$ 1,00*
Alvaro de Carvalho	38.002.629	60.078.878	70.345.888	49.304.252
Alvinlândia	28.094.120	16.469.513	49.220.109	8.067.602
Bastos	28.139.918	23.709.885	21.464.600	9.324.210
Bernardino Campos	36.149.657	55.154.809	37.783.851	51.661.064
Echaporã	115.199.878	105.292.244	128.686.218	209.841.007
Gália	203.534.761	295.599.940	326.092.620	280.139.352
Garça	563.195.688	586.004.550	588.353.315	308.872.573
Herculândia	48.223.061	39.783.809	33.021.957	29.108.517
Iacri	56.904.920	51.565.886	31.702.734	31.077.338
Lupércio	23.145.435	29.525.653	46.225.020	3.775.113
Manduri	56.669.740	33.104.236	12.676.481	13.630.061
Marília	704.141.597	375.481.384	157.865.901	57.613.520
Ocauçú	35.430.501	61.317.350	65.650.193	30.741.810
Óleo	15.172.830	16.012.842	7.909.475	4.703.233
Oriente	65.844.239	15.908.473	10.072.733	24.489.267
Oscar Bressane	3.350.698	20.767.131	15.453.626	2.357.954
Pirajú	173.586.432	311.471.860	192.655.192	66.334.179
Pompéia	51.118.251	49.262.328	25.620.692	25.574.827
Queiroz	11.079.458	23.587.481	13.527.521	6.064.580
Quintana	39.780.095	36.038.573	29.634.381	16.621.671
Sta Cruz Rio Pardo	325.375.382	431.827.050	242.934.790	197.131.806
São Pedro Turvo	68.458.452	78.773.312	54.487.592	42.338.420
Tupã	83.491.411	106.750.034	145.969.326	125.919.264
Vera cruz	67.590.761	87.073.479	85.971.987	51.430.282
TOTAL ANO	2.841.679.911	2.910.560.702	2.393.326.202	1.646.121.902
MÉDIA/ANO/MUNIC	118.403.330	121.273.363	99.721.925	68.588.413

(*) A preços constantes de 1993 - Média IGP/DI - FGV

Fonte: Banco Central do Brasil: Anuários Estatísticos do Crédito Rural, 1990-1993.

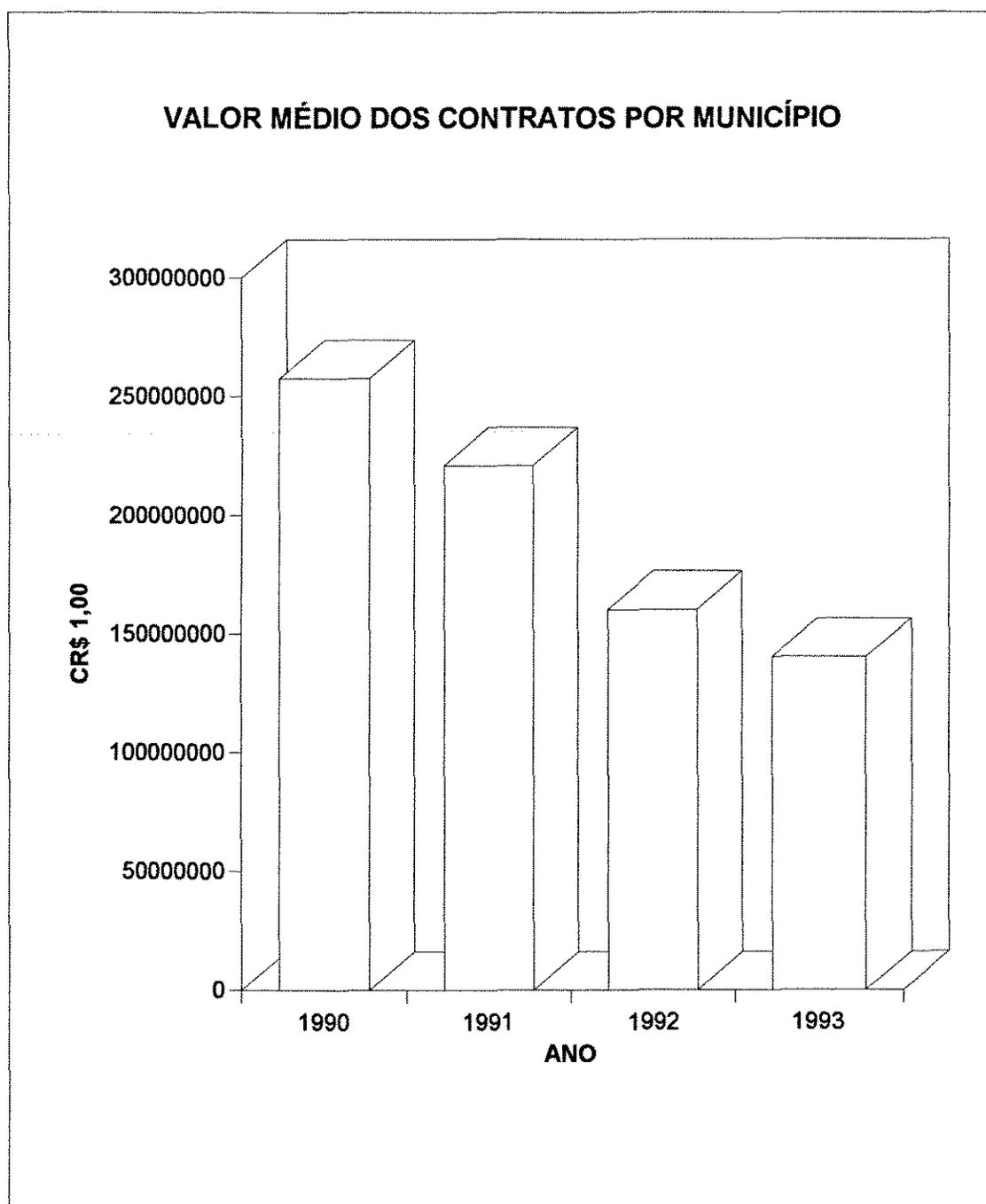


Figura 5. Valor médio dos contratos de custeio agrícola, a preços de 1993, por município da Divisão Regional Agrícola do Vale do Paranapanema-SP, 1990 a 1993.

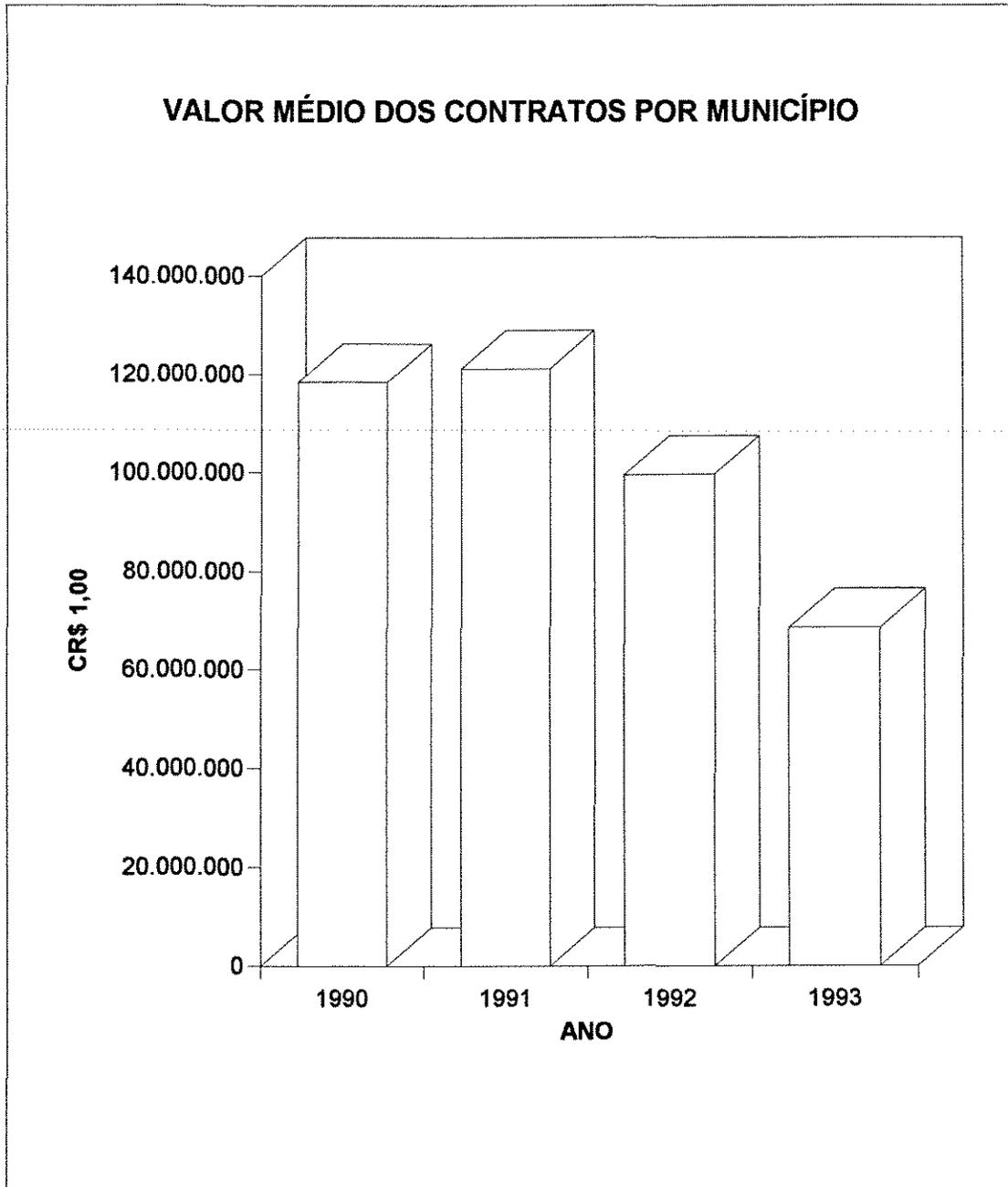


Figura 6. Valor médio dos contratos de custeio agrícola, a preços de 1993, por município da Divisão Regional Agrícola de Marília-SP, 1990 a 1993.

Na região de Marília, as diferenças são observadas principalmente nos municípios onde predomina a cultura do café, que é bastante exigente em capital, como é o caso de Garça, Marília e Pirajú.

As observações anteriormente mencionadas, também podem ser constatadas graficamente pela análise da evolução dos valores médios financiados por região, verificados nas Figuras 5 e 6. Informações adicionais sobre as características das regiões do Vale do Paranapanema e de Marília podem ser encontradas em MARTIN, MATSUNAGA, VEIGA et al (1991) e NEGRI NETO, COELHO e MOREIRA (1994).

5.2-O AGRIBUSINESS NO BRASIL

5.2.1-Characterização

Diversas são as interpretações e usos das noções de "agribusiness", agronegócios, cadeias agroalimentares, complexos agroindustriais e sistemas agroalimentares, na maioria das vezes usados de uma forma intercambiada.

Procurar-se-á, a seguir, fazer uma caracterização do conceito de complexo agroindustrial no Brasil, dentro da dinâmica do desenvolvimento da agricultura, de forma a uniformizar o uso de uma terminologia única no presente trabalho.

Até recentemente, estudava-se a agricultura como um dos setores da economia, de uma forma tradicional : setor agrícola (primário), industrial (secundário) e serviços (terciário).

Na realidade ocorre que a própria dinâmica do desenvolvimento brasileiro conduziu a um processo de conjugação, interação e interdependência do setor agrícola com os outros setores da economia, de forma que a agropecuária hoje em dia não pode mais ser considerada como um setor estanque, isto é, não atua mais sozinha, no sentido de economia de subsistência ou apenas do comércio da produção.

A agricultura necessita, de um lado, de bens e serviços provenientes de outros setores, principalmente de indústrias que se dedicam ao fornecimento de insumos e meios de produção, criando dessa forma uma relação de dependência (consequência do processo de modernização da agricultura).

De outro lado, a agricultura fornece produtos e matérias-primas para outras indústrias, principalmente de transformação e processamento, que passam, nesse caso, a depender da produção agropecuária para a manutenção e a regularidade do processo industrial (consequência, também, do processo de industrialização do país, centrado numa política de desenvolvimento urbano-industrial).

Essa situação caracteriza uma busca da economia agroindustrial, onde a produção ocorre para ser transformada e a grande maioria dos produtos consumidos passam antes pelo processo de transformação industrial.

Há, portanto uma interação socio-econômica muito estreita entre a agropecuária e a indústria.

Sobre esse enfoque tanto os conceitos de "agribusiness" (Goldberg, apud ABAG, 1993) como os conceitos de sistema agroalimentar (MALASSIS, 1979) formulados tendo por base o interrelacionamento de fluxos de troca entre setores, bem como também o conceito de complexos agroindustriais - CAIs (KAGEYAMA et al, 1990), baseado na evolução do complexo rural e do encadeamento de atividades interdependentes em torno de uma cadeia produtiva com vínculos específicos entre si, procuram caracterizar as mudanças nas interações entre o setor agrícola e o restante da economia no Brasil, que ficou conhecido como o processo de modernização da agricultura brasileira.

Nesse sentido, os termos agribusiness, complexo agroindustrial, sistema agroalimentar, representam o todo macroeconômico da agricultura industrializada (onde se inserem os diversos complexos agroindustriais-CAIs específicos - café, soja, frango de corte, entre outros), tendo a agricultura propriamente dita, as indústrias a montante (insumos e meios de produção) e a jusante (processadoras e transformadoras) interligadas num processo de interdependência, ou seja, não se pode mais separar claramente agricultura da indústria, estando os dois setores agrupados a partir das atividades interrelacionadas.

5.2.2-As relações do agribusiness com o setor agropecuário de produção

A relação de interdependência e interrelacionamento entre os setores agropecuário e agroindustrial (anteriores e posteriores à produção agrícola), pode ser melhor demonstrada através das Tabelas 16 e 17, cujos números mostram que, numa evolução histórica, tanto as indústrias a montante como a jusante da atividade agrícola têm na produção agropecuária a base de sustentação e crescimento.

As indústrias fornecedoras de insumos e fatores de produção para a agropecuária, que em 1950 representavam 35% do faturamento da agricultura propriamente dita, chegam a 50% na década de 1980.

A projeção sugere que a agricultura continuará sendo um mercado muito importante para esse setor industrial.

Tabela 16. Evolução e projeção do faturamento do "agribusiness" no mundo.
(em US\$ bilhões).

SETORES	ANO					
	1950	1960	1970	1980	2000	2028
Fornecedores de insumos e fatores de produção	44	69	113	375	500	700
Agricultura	125	175	255	750	1.115	1.465
Processamento e distribuição	250	380	600	2.000	4.000	8.000

Fonte : Ray A. Goldberg, apud PINAZZA (1993).

Tabela 17. Índices de faturamento do "agribusiness" no mundo
(Base : setor agrícola = 100)

SETORES	ANO					
	1950	1960	1970	1980	2000	2028
Fornecedores de insumos e fatores de produção	35	39	44	50	45	48
Agricultura	100	100	100	100	100	100
Processamento e distribuição	200	217	235	267	359	546

Fonte: Dados básicos da Tabela 16.

No caso das indústrias processadoras e de transformação de produtos agrícolas, verifica-se que o crescimento tem sido ascendente desde 1950. As projeções indicam a continuidade desse crescimento, mostrando uma diminuição relativa do valor da agricultura propriamente dita, no faturamento global do sistema como um todo. Ao mesmo tempo mostram o aumento crescente da agricultura, em importância, como "espinha dorsal" de um amplo processo onde fica evidente a dependência do segmento agroindustrial às oscilações da produção da agropecuária para o aumento e mesmo a manutenção dos níveis de produção e faturamento agroindustriais.

No Brasil essa situação também é bastante transparente, o que pode ser verificado nas Tabelas 18 e 19, elaboradas a partir dos dados das 100 maiores empresas do "agribusiness" brasileiro, da Fundação Getúlio Vargas (Agroanalysis, 1994).

Tabela 18. Agribusiness brasileiro: 100 maiores empresas. CR\$ milhões. 1993.

SETORES	PATRIMÔNIO CR\$ milhões	VENDAS CR\$ milhões
Fornecedores de insumos e fatores de produção	948.702,00	590.745,00
Agricultura	318.347,00	55.208,00
Processamento e distribuição	4.635.611,00	2.147.879,00

Fonte : Fundação Getúlio Vargas-Agroanalysis, 1994.

Tabela 19. Índices de patrimônio e vendas das 100 maiores empresas do agribusiness brasileiro. 1993 (Base: setor agrícola = 100)

SETORES	PATRIMÔNIO	VENDAS
Fornecedores de insumos e fatores de produção	298	1.070
Agricultura	100	100
Processamento e distribuição	1.456	3.890

Fonte: Dados básicos da Tabela 18.

Uma noção mais precisa dos diversos setores aos quais as indústrias vinculadas à produção agropecuária atuam no Brasil pode ser obtida nos números da Tabela 20.

Da classificação das 100 maiores agroindústrias, distribuídas em 12 diferentes atividades, destacam-se como maioria as empresas que utilizam-se de produtos agrícolas como fonte de matéria-prima.

Constata-se, portanto, que o termo "agribusiness" engloba:

a) todas as atividades anteriores e que são indispensáveis ao processo de produção agropecuário (à montante, ou antes da porteira), exemplificadas como processamento e distribuição de insumos e serviços;

Tabela 20. Setores de atividades : 100 maiores do "agribusiness", 1994.

ATIVIDADES	No. EMPRESAS
Bebidas	14
Celulose, papel, papelão	15
Comércio atacadista	1
Comércio varejista	4
Mecânica	4
Material de transporte	1
Produtos alimentares	17
Produtos farmacêuticos e veterinários	4
Química	17
Setor agrícola	8
Serviços auxiliares às atividades econômicas	2
Textil	13
TOTAL	100

Fonte: Fundação Getúlio Vargas-Agroanalysis, 1994.

b) a produção agropecuária propriamente dita (atividades centrais, ou dentro da porteira), caracterizadas pelas atividades próprias da prática agrícola; e

c) as atividades posteriores à produção agropecuária e que necessitam de seus produtos como matéria-prima (à jusante, ou depois da porteira), exemplificadas como agroindústrias processadoras de alimentos e distribuição de produtos agropecuários, alimentos e derivados.

5.3-FINANCIAMENTO DO SETOR RURAL NO ÂMBITO REGIONAL

O período de 1986/88 pode ser considerado como o ponto de inflexão na história do crédito rural no Brasil, quando o sistema tradicional de financiamento rural entrou em colapso. Em 1986, foi extinta a chamada "conta de movimento", que permitia as transferências de recursos do Tesouro Nacional. Em 1987, terminou o subsídio implícito nas taxas de juros do crédito rural. Em 1988, a Constituição unificou o orçamento da União e determinou a exigência de autorização legislativa para o aumento da dívida pública. (NOBREGA, 1991, 1994).

A partir desse período, os produtores rurais e as empresas dos setores a montante e a jusante da produção agropecuária foram induzidos a buscar novas formas de relacionamento, discutidas a seguir.

5.3.1-As indústrias fornecedoras de insumos e produtos para a agropecuária, os agentes financeiros e a Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Marília-SP (Coopemar)

Criada em 1961, em função da cultura do café, a Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Marília - COOPEMAR, representa um conjunto de mais de 3000 produtores rurais, distribuídos em seis filiais, com atuação bastante diversificada. Mantém uma ampla rede de serviços de apoio aos cooperados nas áreas de assistência técnica agrônômica e veterinária, fornecimento de insumos, máquinas e implementos, ferramentas e outros bens para uso no campo, transportes, venda de combustíveis e lubrificantes, artigos de uso pessoal e do lar, produção e fornecimento de mudas de café, frutíferas e essências florestais exóticas e nativas, entre outros.

As principais características da Coopemar, cuja atuação é analisada na presente pesquisa, estão discriminadas na Tabela 21.

Com a brusca redução no volume disponível de recursos financeiros de crédito para a agropecuária, já caracterizada na parte inicial deste trabalho, muitos agropecuaristas deixaram de ter acesso aos recursos necessários para produzir. Pelo mesmo motivo, os bancos passaram a ser mais seletivos na concessão dos créditos e mais exigentes com relação às garantias. Diante dessa situação, a Coopemar, cujos financiamentos recebidos eram normalmente de longo prazo e destinados a investimentos na sua estrutura física, passou a ser tomadora de recursos do crédito rural, adquirindo os insumos básicos para a produção e repassando-os aos cooperados, nas mesmas condições contratuais.

A análise da evolução dos valores dos financiamentos, comparada com a evolução do faturamento anual da cooperativa, pode ser feita, examinando-se os dados da Tabela 22 e da Figura 7. Observa-se que de 1984 a 1985 o nível de endividamento da cooperativa diminuiu de 30,40% para 19,06 % em relação aos respectivos faturamentos anuais. Em 1986 os valores que a cooperativa tomou de empréstimos continuaram a diminuir não ultrapassando 9,93% do faturamento.

Tabela 21: Características da Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Marília-Coopemar.

CARACTERÍSTICA	COOPEMAR
Matriz	Marília
Filiais	Assis, Echaporã, Ocauçú, Oscar Bressane, Paraguaçu Paulista, Pompéia
Terminais de calcáreo	Iacri, Vera Cruz
Empresas controladas, coligadas	Controladas: Corretora Coopemar : seguros de vida, veículos, imóveis Trancoopemar : serviços de transportes Coligadas: Credimar : crédito rural Cooperfertil : fertilizantes e corretivos
Serviços adicionais	Loja de insumos Loja de roupas e eletrodomésticos Posto de abastecimento: combustíveis e lubrificantes Serralheria : serviços em geral Telefonia rural : sistema de telefone por rádio Viveiro de mudas
Principal produto recebido	Café beneficiado: recebimento médio de 110.000 sacos de 60 kg (últimos 10 anos)
Quadro de associados e funcionários	3300 cooperados 340 funcionários
Faturamento	US\$ 21.077.957 em 1993

Fonte: Coopemar: Relatório da Diretoria de 1993.

A partir de 1987, o nível de endividamento da cooperativa nunca foi menor do que 21,71 %, atingindo seu ponto mais elevado em 1991 correspondendo a 63,07 % do faturamento anual.

Dessa forma, a cooperativa, ao assumir o ônus da garantia junto aos bancos e do recebimento dos débitos junto aos cooperados, viabilizou o financiamento da produção dos agropecuaristas.

Essa situação tornou-se cômoda para os agentes financeiros, uma vez que houve uma diminuição substancial no número de contratos, permitindo inclusive a adequação do quadro de funcionários. Portanto, houve queda dos custos administrativos.

Exemplos com dados mais abrangentes, referentes ao Estado de São Paulo, no que se refere ao custeio das culturas de café e soja e para aquisição de tratores, podem ser constatados na Tabela 23 para o período de 1987 a 1993.

O número de contratos de custeio de café diminuiu abruptamente de 39.382 contratos em 1987 para 3882 contratos em 1988 e posteriormente para 1228 contratos em 1993. Por outro lado, o valor médio dos contratos aumentou, sendo que a partir do índice 100 de 1987, atingiu o valor máximo em 1989 e o mínimo em 1990, chegando a 288 em 1993. Para a cultura da soja as diferenças mais significativas foram verificadas nos anos de 1989 quando o índice atingiu 160 e 1992 quando foi de 147. Os contratos de aquisição de tratores apresentaram bastante variação. Permanecendo praticamente estável nos anos de 1987 (índice 100), 1988 (índice 104) e 1990 (índice 98), diminuiu bastante nos anos 1989 e 1991 (índice 70), voltando a aumentar a partir de 1992, chegando ao índice 155 em 1993. No resumo observa-se que os contratos, em termos de valor, ficaram 2,23 vezes maiores em 1993, comparativamente a 1987. O número de contratos no entanto diminuiu drasticamente, de 52367 contratos em 1987 para 5870 contratos em 1993, o que reforça as afirmações anteriormente assinaladas.

Tabela 22. Financiamentos da Coopemar para aquisição de insumos para repasse aos cooperados e faturamentos anuais. 1984 a 1993.

ANO	FINANCIAMENTO Valor constante CR\$ 1,00 (*)	FATURAMENTO Valor constante CR\$ 1,00 (*)	PARTICIPAÇÃO (%)
1984	693.294.806	2.280.548.616	30,40
1985	355.058.036	1.862.821.848	19,06
1986	366.003.219	3.684.815.657	9,93
1987	674.280.075	3.106.223.491	21,71
1988	1.655.263.072	2.722.126.810	60,81
1989	1.081.694.052	2.578.243.690	41,95
1990	1.137.366.296	2.804.536.036	40,55
1991	1.899.852.362	3.012.173.066	63,07
1992	862.997.649	2.878.906.452	29,98
1993	1.223.481.487	2.728.814.000	44,84

Fonte: Coopemar : Relatórios da Diretoria : Balanços Gerais. 1984 a 1993.

(*) A preços constantes de 1993 - Média IGP/DI - FGV.

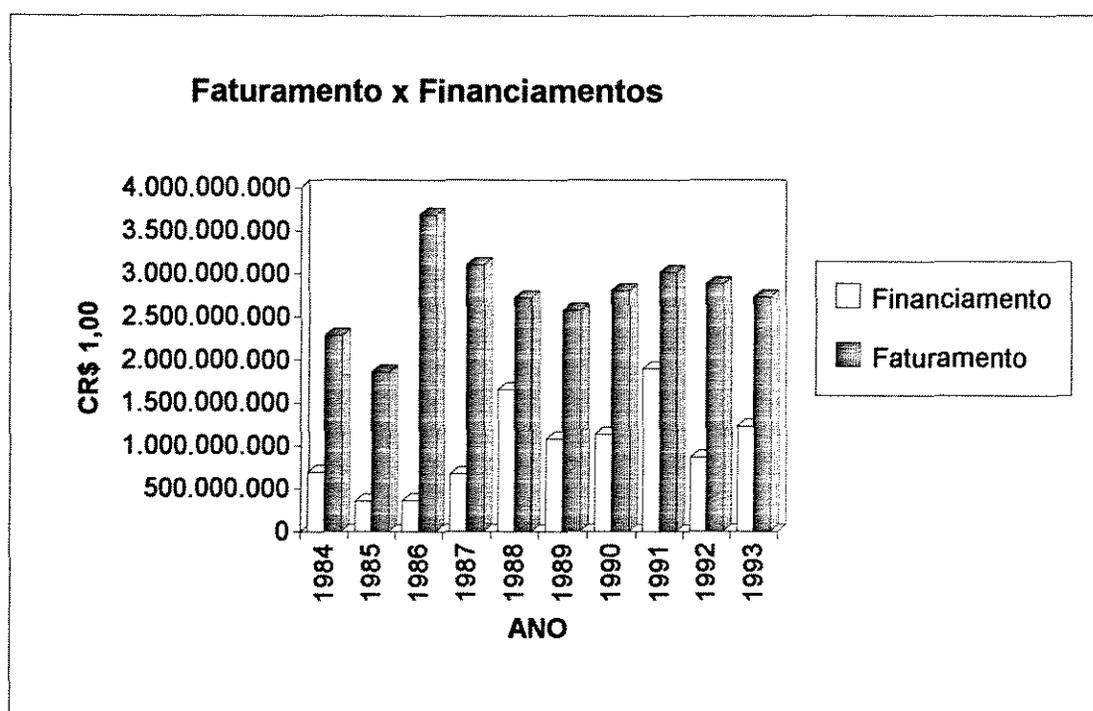


Figura 7. Comparativo dos faturamentos anuais e dos financiamentos para aquisição de insumos e repasse aos cooperados, a preços de 1993. Período de 1984 a 1993.

Tabela 23. Financiamentos concedidos a produtores e suas cooperativas para custeio de café e soja e investimento para trator, para o Estado de São Paulo. Período de 1987 a 1993.

ITENS	NÚMERO	VALOR CONSTANTE	VALOR MÉDIO	ÍNDICE
ANO	CONTRATOS	CR\$ 1,00*	CR\$ 1,00*	(1987=100)
CAFÉ				
1987	39382	23.617.640.063	599.706	100
1988	3882	9.664.863.160	2.489.661	415
1989	3115	8.526.713.016	2.737.308	456
1990	8806	6.478.910.786	735.738	123
1991	4987	6.426.993.782	1.288.750	215
1992	2114	5.185.900.015	2.453.122	409
1993	1228	2.118.646.188	1.725.282	288
SOJA				
1987	9322	13.549.817.692	1.453.531	100
1988	13109	21.878.062.270	1.668.934	115
1989	5959	13.829.627.101	2.320.797	160
1990	4061	7.925.364.726	1.951.580	134
1991	5775	8.735.595.219	1.512.657	104
1992	3942	8.413.820.429	2.134.404	147
1993	3097	5.077.780.183	1.639.580	113
TRATOR				
1987	3663	5.208.326.218	1.421.874	100
1988	2036	3.006.358.494	1.476.600	104
1989	1895	1.894.484.125	999.728	70
1990	2418	3.369.780.217	1.393.623	98
1991	1169	1.162.673.928	994.588	70
1992	596	1.070.290.458	1.795.789	126
1993	1545	3.412.351.460	2.208.642	155
RESUMO				
1987	52367	42.375.783.973	809.208	100
1988	19027	34.549.283.924	1.815.803	224
1989	10969	24.250.824.242	2.210.851	273
1990	15285	17.774.055.729	1.162.843	144
1991	11931	16.325.262.930	1.368.306	169
1992	6652	14.670.010.902	2.205.353	273
1993	5870	10.608.777.831	1.807.288	223

(*) A preços constantes de 1993 - Média IGP/DI - FGV.

Fonte: Banco Central do Brasil: Anuários Estatísticos do Crédito Rural, 1987-1993.

5.3.1.1- As condições dos financiamentos

Os dados disponíveis dos registros contábeis e financeiros da Coopemar permitiram compilar todos os financiamentos contratados com os bancos a partir de 1988, através do exame individual das cédulas rurais. Com exceção de um financiamento de investimento, para aquisição do sistema de informática da cooperativa em 1988, todos os financiamentos tiveram como objetivo a aquisição de insumos para repasse aos cooperados.

Os dados individuais de cada financiamento realizado constam das tabelas 32 a 37, em anexo, onde estão discriminadas todas as características dos contratos de crédito rural, no período de 1988 a 1993, de forma a identificar :

- a) As instituições financeiras oficiais e privadas que atenderam a cooperativa;
- b) Os volumes de recursos emprestados, tanto em valores correntes, como em valores constantes;
- c) A finalidade dos empréstimos e os produtos adquiridos e repassados aos cooperados;
- d) As indústrias e empresas fornecedoras dos produtos;
- e) As garantias exigidas para a contratação dos empréstimos e a liberação dos recursos.

As relações estabelecidas a partir da compilação e do exame desses dados explicam as condições nas quais os financiamentos foram tomados e elucidam o relacionamento entre as instituições (indústrias e bancos) que atuaram, antes do processo de produção agropecuário propriamente dito, junto à cooperativa e seus cooperados

Assim, o resumo dos créditos contratados pela Coopemar e a participação dos bancos oficiais, comparativamente aos bancos privados, nos empréstimos a partir de 1988, estão na Tabela 24, cujos dados mostram a evolução da participação de cada segmento no total dos empréstimos efetivados à cooperativa, no período de 1988 a 1993.

Tabela 24. Coopemar : financiamentos de custeio agropecuário. Período 1988 a 1993.

ANO	BANCOS (Valores em CR\$ 1000,00)*			RELAÇÕES	
	OFICIAIS (A)	PRIVADOS(B)	TOTAL (C)	A/C	B/C
1988	1.071.028,97	584.234,10	1.655.263,07	0,65	0,35
1989	356.911,37	724.782,68	1.081.694,05	0,33	0,67
1990	741.149,24	396217,05	1.137.366,29	0,65	0,35
1991	650.823,81	1.249.028,55	1.899.852,36	0,34	0,66
1992	134.733,13	728.264,51	862.997,64	0,16	0,84
1993	14.246,60	1.209.234,88	1.223.481,48	0,01	0,99

(*) Valores constantes a preços de 1993. Média IGP/DI - FGV.

Fonte : Dados básicos : Tabelas 32 a 37.

Observa-se, na Tabela 24, que com exceção do ano de 1989, nos anos de 1988 e 1990 as maiores proporções dos recursos foram originárias dos bancos oficiais, federais e estaduais, incluindo-se as Caixas Econômicas, cujos montantes giraram em torno de 65 % do total dos financiamentos. A partir de 1991 essa situação se inverteu, chegando em 1993 com a quase totalidade dos recursos sendo oriundos dos bancos privados, atingindo 99 % do total dos financiamentos.

As exigências cada vez maiores de garantias hipotecárias, pignoratícias e fidejussórias dos bancos oficiais, de um lado, e, de outro, o maior envolvimento das indústrias e empresas (que precisavam vender os seus produtos), com os bancos privados (que precisavam aplicar em crédito rural, para cumprir as exigências legais emanadas pelo Banco Central do Brasil), explicam essa tendência.

5.3.1.2-As garantias dos financiamentos

A tabela 25 resume as condições das garantias e permite acompanhar a mudança de atitude das indústrias produtoras de insumos para a agropecuária e dos próprios bancos.

Em função do declínio das vendas, as indústrias passaram a atuar mais próximas às cooperativas, relacionando as vendas de seus produtos com a oferta de garantias adicionais aos bancos para que estes liberassem os recursos, ou ainda, repassando recursos próprios, através dos mesmos agentes financeiros, como forma de direcionar e manter os níveis de vendas de suas mercadorias.

Os dados exemplificam as diferentes exigências de garantias nos empréstimos contratados pela Coopemar. A prática mais comum foi o aval da Diretoria, conjugado com o penhor dos bens adquiridos e a caução das notas promissórias rurais, ou seja, as notas promissórias rurais (títulos oriundos dos fornecimentos à prazo), são entregues ao banco na ocasião do repasse (venda) aos cooperados. Dessa forma, por endosso, transfere-se o direito do recebimento ao banco credor.

De uma maneira geral, as exigências de garantias reais (as hipotecas de bens imóveis), foram mais solicitadas por bancos oficiais do que pelos bancos privados.

As garantias adicionais prestadas pelas indústrias e empresas fornecedoras de insumos, a partir de 1991, passam a ser frequentes, constituindo-se de:

1) Garantia de recompra dos produtos financiados: as indústrias ou empresas garantem comprar de volta os produtos fornecidos, em caso de os produtos não serem repassados aos cooperados em sua totalidade.

2) Emissão de Carta de Fiança: as indústrias fornecedoras emitem, a favor do banco, documento onde garantem o pagamento do débito, caso a cooperativa não o faça.

3) Aval da Empresa: a empresa ou indústria fornecedora avaliza, solidariamente com a Coopemar, os contratos de crédito rural celebrados com os bancos.

Tabela 25. Coopemar : garantias oferecidas nos contratos de crédito.1988 a 1993.

GARANTIAS/ANO	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Aval do Conselho	1	5	-	-	-	-
Aval Conselho + Penhor + Caução	1	-	1	-	-	-
Aval da Diretoria	4	3	2	1	-	-
Aval Diretoria + Penhor + Caução	3	17	24	30	26	21
Aval Diretoria + Garantia de Recompra	3	-	-	8	9	5
Aval Diretoria + Carta de Fiança	2	4	-	11	8	4
Aval Diretoria + Penhor	-	-	-	-	-	5
Aval da Empresa Fornecedora	-	-	1	2	3	4
Contrato de mútuo	-	-	-	-	-	5
Contrato de "Vendor"	-	-	-	-	-	2
Hipoteca + Aval Conselho ou Diretoria	5	1	5	6	3	3

Fonte : Coopemar : registros contábeis e financeiros. 1988 a 1993.

A partir de 1993, dois outros tipos de contratos passam a ser utilizados:

a) contrato de mútuo : a empresa fornecedora contrata financiamento com o banco e repassa os recursos financeiros conseguidos à cooperativa, vinculando a operação à compra dos produtos fornecidos pela empresa, ou seja, é feito um contrato de abertura de crédito com confissão de dívida, com recursos da própria vendedora.

b) contrato de "vendedor" : o fornecedor faz um convênio com a instituição financeira, para manter uma linha de crédito, para atender outras empresas, vinculada à compra de seus produtos.

Esses contratos, apesar de não se enquadrarem como contratos de crédito rural, pois são contratos tipicamente comerciais, foram utilizados para compra e repasse de insumos aos cooperados.

5.3.1.3- O repasse dos produtos aos cooperados:

A partir de 1985 a Coopemar passou a publicar, junto aos Relatórios da Diretoria, os valores da participação porcentual dos diversos grupos de produtos comercializados no faturamento anual da cooperativa. Tais números (Tabela 26 e Figura 8), permitem avaliar a evolução e as mudanças ocorridas, no período de 1985 a 1993.

Os grupos de produtos com maior participação no faturamento global da Coopemar, em todos os anos considerados, foram os defensivos e os fertilizantes e corretivos. No entanto, no decorrer dos anos, os valores porcentuais de cada grupo inverteram-se. A maior participação dos fertilizantes ocorreu no ano de 1986, a partir do qual passou a ser descendente, estabilizando-se em torno de 16,29 % em 1993. Os agrotóxicos começaram a ter uma participação maior a partir de 1988, atingindo o máximo em 1991 com participação de 56,49 % no faturamento e caindo para 48,61 % no ano de 1993.

As participações dos produtos veterinários e dos combustíveis, apresentaram pequeno crescimento anual, atingindo em 1993, respectivamente 11,97 % e 6,46 % do faturamento anual. O grupo das confecções e calçados, após aumentar a participação de 4,79 % em 1985, para 7,30 % em 1986, manteve-se estável, variando de 6,48 % a 7,34 % sobre o faturamento, de 1987 a 1993.

Tabela 26. Participação percentual dos diversos grupos de produtos no faturamento da Coopemar, no período de 1985 a 1993.

GRUPOS DE PRODUTOS	ANO									
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	
Agrotóxicos	15,64	25,99	13,87	26,75	38,09	41,95	56,49	51,45	48,61	
Cimento	-	1,32	2,85	2,26	1,86	0,94	0,80	2,53	2,81	
Combustíveis	-	3,63	4,25	3,45	2,88	2,97	3,09	4,85	6,46	
Confecções e calçados	4,79	7,30	6,48	6,86	7,47	6,24	6,74	5,96	7,34	
Fertilizantes e Corretivos	28,21	40,88	34,59	34,46	31,21	29,57	16,96	16,40	16,29	
Máquinas e utensílios	5,47	9,00	9,87	7,36	6,83	5,35	4,43	3,68	3,23	
Produtos veterinários	6,26	9,68	20,77	14,13	10,41	10,60	7,76	11,40	11,97	
Sementes	0,63	0,78	1,46	2,66	0,92	1,90	1,75	1,68	1,23	
Outros	39,00	1,42	5,88	2,07	0,33	0,48	1,98	2,05	2,06	

Fonte: Coopemar : Relatórios da Diretoria : Balanços Gerais de 1985 a 1993.

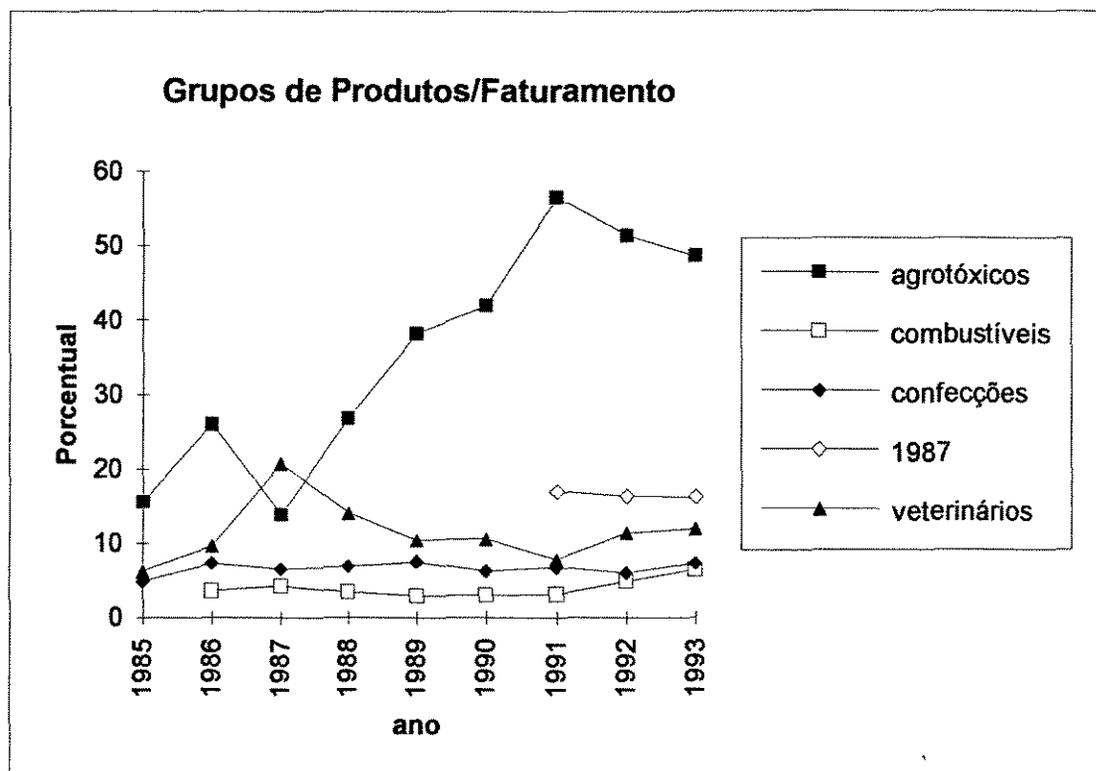


Figura 8. Participação percentual dos cinco grupos de produtos com maior parcela no faturamento anual da Coopemar, período de 1985 a 1993.

Os dados evidenciam que as empresas do setor industrial de defensivos agrícolas foram mais agressivas comercialmente ao assumir junto com a Coopemar o ônus das garantias de vários financiamentos e a sustentar a alavancagem das vendas com recursos próprios, utilizando-se da estrutura bancária para repassá-los à cooperativa

5.3.2-A agroindústria processadora de alimentos: Cargill Agrícola S.A

Os recursos disponíveis para financiar os produtores rurais, na safra 1988/1989, continuaram poucos e insuficientes para cobrir as despesas diretas com as explorações (BIANCO,1988).

Essa diminuição dos recursos financeiros disponíveis para o crédito rural oficial, já discutida anteriormente, provocou na agricultura a necessidade de buscar fontes alternativas de recursos junto a outros setores com interfaces na agricultura, consolidando práticas de aporte financeiro de empresas ligadas ao complexo agroindustrial brasileiro, que se utilizam dos produtos agrícolas como fonte de matéria-prima e se ressentiram da diminuição da produção.

Para essas empresas o financiamento ao produtor não era objetivo comercial, mas foi a saída encontrada para poder garantir o suprimento da matéria-prima e com isso evitar a descontinuidade do processo industrial de suas atividades.

Esse é o caso da Cargill Agrícola S.A., cuja atuação na região do Vale do Paranapanema no Estado de São Paulo é analisada.

Desde 1965, a Cargill Inc., uma das maiores e mais importantes empresas privadas mundiais, é representada no Brasil, pela Cargill Agrícola S.A, com sede em São Paulo, cujo perfil pode ser delineado por meio de seus mais de 60 produtos presentes na alimentação e na atuação no processamento, comercialização e transporte anual de mais de 30 milhões de

toneladas de produtos agrícolas para o mercado interno e externo. A atuação da empresa se verifica da seguinte forma:

- soja : exportadora de soja e farelo, processadora de óleo, farelo de soja para ração,
- laranja : suco concentrado, "pellets" de polpa cítrica,
- milho : sementes de milho híbrido, glicose, amido,
- cacau : licor, manteiga, pó-de- cacau,
- café : classificação, armazenagem, exportação
- alimentação animal : rações, concentrados, suplementos
- trading : comércio exterior.

Em 1993, a empresa atingiu um faturamento de 1 bilhão e 200 milhões de dólares, com um total de 4.500 funcionários (CARGILL BRASIL, 1993, OLEOS & GRÃOS, 1994).

5.3.2.1-A área de atuação da empresa na região

A Cargill Agrícola iniciou suas operações na região do Vale do Paranapanema, com a instalação de um escritório em Palmital-SP, em 1985, com o objetivo de comprar soja em grão.

A região é circunscrita à Divisão Regional Agrícola do Vale do Paranapanema-SP, composta de 23 municípios, com 741.006 hectares de terras, distribuídos em 9535 propriedades rurais. Os municípios que a compõem, bem como a área total e respectivas populações estão distribuídos por Delegacia Agrícola, especificados na Tabela 27. A região tem como característica a produção de soja, trigo, cana-de açúcar e do milho safrinha, cujas áreas e respectivas produções se encontram na Tabela 28.

Tabela 27. Municípios, somatória das áreas dos municípios, número de propriedades e população por Delegacia Agrícola, Dira do Vale do Paranapanema, 1990.

DELEGACIA AGRÍCOLA	MUNICÍPIOS	ÁREA(ha)	PROPRIE DADES	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL
Assis	Assis, Campos Novos, Cândido Mota, Florínea, Ibirama, Palmital, Platina, Tarumã	253.357	4.557	103.758	20.041
Paraguaçu Paulista	Paraguaçu Paulista, Borá, Cruzália, Lutécia, Maracaí, Pedrinhas, Quatá	294.249	2.831	35.985	14.853
Ourinhos	Ourinhos, Chavantes, Ipauçu, Ribeirão do Sul, Salto Grande, São Pedro do Turvo, Timburi	193.400	2.147	83.893	21.710
Total		741.006	9.535	223.636	56.604

Fonte: Divisão Regional Agrícola do Vale do Paranapanema (1992)

Tabela 28. Área e produção das principais culturas, Dira do Vale do Paranapanema, Ano Agrícola 93/94.

PRINCIPAIS CULTURAS	ÁREA (hectare)	PRODUÇÃO (mil sacos de 60 kg)
Café	18.960	127
Cana para indústria	120.800	10.230.000 (*)
Mandioca (indústria)	13.010	237.190 (*)
Milho	46.920	2.490
Milho (safrinha)	104.463	4.540
Soja	132.420	4.720
Trigo	48.202	1.217

Fonte : Instituto de Economia Agrícola, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, Divisão Regional Agrícola de Marília. (Levantamento Subjetivo de Safras, junho 1994)

(*) dados em toneladas.

A área plantada, o nível de especialização dos produtores, os níveis de produtividade atingidos, além de uma boa infraestrutura viária e de armazenagem, foram preponderantes na escolha da região para a instalação do escritório.

A Tabela 29 mostra a evolução das compras de soja efetuadas desde o início das atividades do escritório na região.

Tabela 29. Compras efetivadas pela Cargill Agrícola S.A, Palmital (SP).
Período de 1985 a 1994.

SAFRA	SOJA(toneladas)	ÍNDICE(85/86=100)
1985/86	33.400	100,00
1986/87	42.200	126,35
1987/88	50.400	150,90
1988/89	64.400	192,81
1989/90	47.000	140,72
1990/91	58.300	174,55
1991/92	43.900	131,44
1992/93	54.200	162,28
1993/94	47.000	140,72

Fonte: Cargill Agrícola S.A, Palmital-SP

A análise evidencia que a empresa manteve uma atuação crescente na compra de soja em grão na região até a safra de 1988/89, ano em que o volume de compras foi o maior (índice de 192,81), desde o início de suas atividades, comparativamente à safra de 1985/86.

No início das atividades, a empresa já havia sentido tendência de diminuição da área plantada de soja na região devido às dificuldades dos agricultores em conseguirem recursos do crédito rural oficial.

Dessa forma, na safra de 1989/90, a empresa, cujo volume de soja comprada foi 27,02 % menor, relativamente à safra 1988/89, deu os primeiros passos no sentido de viabilizar formas alternativas de financiar a produção para os agricultores e ao mesmo tempo garantir parte da necessidade de soja requerida. A empresa, então, iniciou o procedimento de "compras a futuro" da safra.

Esse procedimento de compra pode ser feito :

- 1) diretamente com o agricultor,
- 2) através de cerealistas, e
- 3) através de cooperativas.

Os dados referentes as compras efetivadas pela Cargill, através desse sistema, comparados com a produção de soja da região estão na Tabela 30.

Tabela 30. Produção regional e compras a futuro de soja pela Cargill Agrícola S.A Divisão Regional Agrícola do Vale do Paranapanema.(em toneladas)

ANO	PRODUÇÃO	COMPRAS A	(%)
	REGIONAL	FUTURO	
1989	358200	0	0
1990	317500	7500	2,36
1991	281000	23800	8,47
1992	192000	19900	10,36
1993	283200	41600	14,69
1994	286000	46600	16,29

Fonte: Levantamentos subjetivos de safra-Divisão Regional Agrícola do Vale do Paranapanema, Instituto de Economia Agrícola-SAA/SP; Cargill Agrícola S.A.

Constata-se que, no âmbito regional, a empresa financiou um volume expressivo da produção de soja, tornando-se importante fonte de recursos financeiros para agricultores e suas cooperativas, chegando em 1994 a representar 16,29% do volume da produção regional. Em apenas cinco safras seguidas, essa modalidade de relacionamento com os agricultores passou a ter importância fundamental para a empresa, chegando a representar praticamente todo o volume de seu comércio na região, atingindo 99,15 % em 1994 (Tabela 31).

Tabela 31. Cargill Agrícola S.A : compras de soja em grãos e compras a futuro.
(em toneladas).

ANO	COMPRAS TOTAIS	COMPRAS A FUTURO	(%)
1990	47.000	7.500	15,96
1991	58.300	23.800	40,82
1992	43.900	19.900	45,33
1993	54.200	41.600	76,75
1994	47.000	46.600	99,15

Fonte : Cargill Agrícola S.A.

Os dados evidenciam que a estratégia da empresa foi conduzida de forma a reduzir sua dependência às variações das safras, criando um vínculo com os produtores, cooperativas e cerealistas da região para regularizar o recebimento do produto.

A empresa optou por direcionar seu relacionamento mais voltado às cooperativas e cerealistas da região, devido a facilidades administrativas. Em 1990, iniciou as atividades de compra futura através de contrato com um cerealista e duas cooperativas. Em 1994, os contratos foram firmados com quatro cerealistas e quatro cooperativas, ficando por conta dessas instituições o contato e o contrato com os produtores interessados. Os contratos individuais com agricultores, apesar de existirem, continuam sendo feitos apenas com aqueles que participaram do começo das atividades, mantendo-se constante (em número de 15) de 1990 a 1994.

Tanto as cooperativas, como os cerealistas firmam contrato com a Cargill e subcontratam a compra futura com os produtores, de acordo com as normas da empresa quanto à padronização do produto a ser recebido (14 % de umidade e 1 % de impurezas).

O relacionamento com o produtor em relação às garantias e ao repasse dos recursos é de inteira responsabilidade das cooperativas e cerealistas.

5.3.2.2-As condições dos contratos

5.3.2.2.1- O repasse do numerário

Mediante um contrato simples, a Cargill repassa ao contratado determinada quantia em dinheiro de acordo com a quantidade de sacos negociados. No contrato é estabelecido o preço que será repassado por saco, estipulado em dolar e convertido em moeda corrente do país pela cotação do Banco Central do Brasil do dia anterior. Os preços são estabelecidos tendo por base os níveis obtidos na Bolsa de Chicago, USA. Consta também do contrato, a padronização mínima exigida no produto, anteriormente citada, bem como o local de entrega da mercadoria.

Usualmente o contrato estabelece que a quantidade de produto a ser comprada varia entre 30 a 50 % da produção esperada do produtor.

Como garantia para efetuar o repasse dos recursos aos contratados, a Cargill exige, em operações acima de 90.000 dolares americanos, hipoteca ou carta de fiança bancária com valor 100 % a maior. Cumprida a formalidade da garantia, o dinheiro é depositado em conta bancária do contratado. Esse procedimento é bastante rápido, não demorando mais do que dois dias entre a assinatura do contrato e o repasse dos recursos.

A rapidez e a desburocratização dessas operações têm sido identificadas como principais motivos do crescimento dessa prática.

Além disso, o receio da vinculação do financiamento a indexadores econômicos, numa economia instável, onde muitas vezes o aumento do preço do produto financiado é menor do que o aumento nos custos financeiros, fez com que boa parte dos produtores rurais passassem a evitar contratos em bancos.

5.3.2.2.2- O repasse dos insumos ("troca-troca")

Com as mesmas características descritas anteriormente, é comum o contrato onde não entra o dinheiro em espécie e a negociação é realizada através do fornecimento de um pacote de insumos necessários à produção.

Esse pacote de insumos é composto de sementes, herbicidas e fertilizantes, cujos valores são previamente determinados e obviamente mantêm correspondência com o preço do saco de soja.

Essa é uma prática esporádica da Cargill, sendo, no entanto, a mais praticada pelos cerealistas e pelas cooperativas.

O pacote de insumos é composto de : 500 quilos de fertilizantes, 250 quilos de sementes e 4 litros de trifluralina por hectare e representa na média um custo correspondente

entre 10,70 a 11,60 sacos de sessenta quilos de soja em grão por hectare, ou seja 30 a 35 % dos custos variáveis (despesas diretas) de produção, considerando-se uma produtividade média na região de 33-37 sacos de soja de 60 quilos por hectare.

5.3.2.2.3- Os limites dos contratos

Tanto a Cargill como as cooperativas e os cerealistas estipulam um limite nos contratos, de acordo com a capacidade empresarial e nível das garantias dos produtores.

Normalmente, procura-se não comprometer mais do que 50 % da produção na compra futura, de forma a evitar que quebras de safra devido a variações climáticas ou condições fitossanitárias das lavouras, comprometam o efetivo cumprimento do contrato. Por outro lado, deixam uma margem de manobra para os produtores possibilitando esperar preços melhores na comercialização.

Para o restante da produção existe um compromisso de entrega com preços a fixar, ou seja, o produtor entrega não só a quantidade inicialmente contratada e previamente paga, mas toda a produção colhida e define depois quando quer que a venda do restante, com preços a fixar, seja realmente efetivada na prática. O produto fica consignado em armazéns da empresa e os preços são os correntes do dia da efetivação da venda.

Na realidade, tal procedimento nada mais é que a volta a práticas comerciais das décadas de 50 e 60, ocasião em que era comum o adiantamento de recursos financeiros aos produtores por cerealistas ou maquinistas (de café, arroz, amendoim) como eram conhecidos na época, com o compromisso da entrega da produção no momento da colheita. Esses cerealistas e maquinistas adiantavam recursos para os produtores, forneciam sacaria para a colheita e providenciavam o transporte dos produtos mediante o compromisso da entrega da produção.

Finda a safra, a produção era depositada nos estabelecimentos dos maquinistas e cerealistas e os produtores a vendiam pelo preço do dia, acertavam os adiantamentos e recebiam a diferença. Outra prática comum era deixar o produto depositado, vendendo aos poucos, conforme os preços dos produtos melhorassem ou de acordo com a necessidade de recursos financeiros dos produtores.

6-CONCLUSÕES

Foram analisados, no presente trabalho, a evolução do crédito rural e sua problemática, desencadeada pelas mudanças ocorridas na política econômica brasileira e consequente escassez de recursos financeiros para continuar atendendo as necessidades da agropecuária.

As restrições impostas ao crédito rural, com a diminuição dos financiamentos e a elevação do seu custo, levaram o setor de produção agrícola, bem como as empresas integrantes do agribusiness brasileiro, a buscar fontes alternativas de recursos, de forma a diminuir a dependência do governo.

O setor bancário, caracterizadamente ágil no enfrentamento dos problemas e crises, foi suplantado pelas empresas do agribusiness na criação de mecanismos que compensassem as limitações ao crédito.

Assim, de acordo com os objetivos do trabalho, cujos resultados foram discutidos nos capítulos anteriores, foram analisados os ajustes estruturais que ocorreram e as mudanças no ambiente econômico que fizeram emergir instituições, serviços e produtos financeiros diferenciados como fontes alternativas ao aporte de capital requerido pela agricultura.

Ocorreram modificações na condução dos negócios agrícolas, trazendo como consequências:

a) a necessidade da racionalização do uso dos recursos disponíveis, pela busca de aumentos de produtividade como forma de recuperar a competitividade dos negócios agrícolas.

b) a procura de novas alternativas agrícolas economicamente mais rentáveis.

c) a conscientização da necessidade de pensar a agricultura empresarialmente, quer a nível individual, quer a nível associativo e cooperativo.

d) a busca de novas alternativas e mecanismos de financiamento e de aporte financeiro à atividade agropecuária, de forma a reduzir sua dependência do crédito rural institucional, tais como a compra a futuro da safra

Apesar das restrições políticas e econômicas, o setor agrícola, pelo seu baixo índice de capitalização, continua necessitando de recursos financeiros para investimento e custeio de suas atividades produtivas e o crédito rural continua a representar importante papel na economia agrícola brasileira.

Isto aumenta de importância os mecanismos alternativos de financiamento rural, principalmente por instituições não-financeiras, integrantes do chamado "agribusiness", à medida que o destino da produção passa a ser a agroindústria, antes de atingir o consumidor final. A transformação (e obviamente a agregação de valor) dos produtos agrícolas passa a atender não só as exigências da urbanização crescente, como as mudanças de hábitos de consumo. A industrialização aumenta a vida útil dos produtos agrícolas, possibilitando diminuir a concentração da oferta na época da colheita e a distribuição dos produtos já transformados de forma escalonada no tempo, de modo a atender as necessidades do consumidor final.

O exemplo da Cargill Agrícola S.A, que operacionalizou as compras a futuro da safra, mostra que essas empresas, principalmente aquelas à jusante da agropecuária, passaram a ter um papel preponderante no aporte de parte dos recursos financeiros à agricultura, como forma de sustentar e garantir a produção agropecuária e consequentemente garantir o próprio suprimento de matéria-prima para o processamento industrial.

A dinâmica de trabalho da Cargill mostrou claramente a dependência entre os setores agrícola e agroindustrial, a nível prático, ou seja, no seu relacionamento do dia a dia

Conclui-se que os setores chegaram a uma alternativa de financiamento da produção que independe do crédito rural institucional e que atende os dois setores (empresa e produtor rural) de forma a garantir:

1) os recursos necessários para os produtores continuarem a produzir em níveis satisfatórios, e

2) continuidade e regularidade de recebimento de matéria-prima por parte da agroindústria processadora de alimentos, em um relacionamento direto entre empresa e produtores, cerealistas e cooperativas, sem interferências governamentais.

De outro lado, a dinâmica de trabalho verificada na Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Marília-Coopemar, mostrou claramente a dependência entre o setor agrícola e outros dois segmentos importantes do agribusiness com atuação antes do processo de produção agropecuária, o setor bancário e as indústrias de insumos voltadas à agricultura, na operacionalização do repasse de recursos dessas indústrias para a cooperativa através das instituições bancárias.

Conclui-se que os agricultores cooperados puderam continuar a ter seus insumos financiados, às mesmas taxas do crédito rural, através dos financiamentos conseguidos pela cooperativa ou pelas indústrias fornecedoras que assumiram as garantias junto às instituições financeiras, conseguindo, dessa forma, recursos para comprar e repassar os produtos aos agropecuaristas. Com esse procedimento, garantiu-se :

1) para o agropecuaristas, os recursos necessários para a obtenção dos fatores produtivos indispensáveis para que continuassem a produzir em níveis de produtividade satisfatórios,

2) para as indústrias, a continuidade e regularidade das vendas de seus produtos, e

3) para os bancos, recursos e garantias adicionais, com menor risco de inadimplência por parte dos produtores

Ficou evidente que o financiamento à produção rural continua a ser importante (e sua falta é limitante) na economia agrícola brasileira. Reconhecidamente o setor agrícola continua necessitando de capital para investimento e custeio.

Finalmente, levando-se em conta a necessidade da reestruturação do crédito rural brasileiro, pode-se concluir pela oportunidade de novas pesquisas que abordem o tema em seu aspectos práticos e no desenvolvimento de novos mecanismos de financiamentos da agropecuária.

7-ANEXOS

Tabela 32. Coopemar : Financiamentos para aquisição de insumos para repasse aos cooperados. Ano 1988.

BANCOS (1)	DATA	VALOR CONSTANTE CR\$1,00 *	PRODUTO	QUANTI DADE	UNIDADE	EMPRESA VENDEDORA (1)	GARANTIAS EXIGIDAS
Oficiais							
Banespa	03/jan	172.988.168,78	arame	6.799	rolo	Belgo	Hipoteca imóvel - Aval Diretoria
Banespa	14/mar	6.922.948,91	computador	1	sistema		Finame-Aval Diretoria-Penhor
Banespa	03/out	3.963.132,16	arame	26.000	kg	Belgo	Hipoteca imóvel - Aval Diretoria
Banespa	20/out	23.334.949,84	prod. vet.	475	lt		Aval Diretoria
			agrotóxicos	11.200	kg		Hipoteca de imóvel
			vacinas	300.000	dose		
Banespa	29/dez	90.226.460,31	sal mineral	846.750	kg		Hipoteca imóvel - Aval Diretoria
Banespa	27/dez	304.842,74	café	5.760	saca		Aval Diretoria - Penhor
Brasil	08/nov	21.123.903,50	sal mineral	323.520	kg		Aval Conselho-Caução de NPR
Brasil	28/dez	752.164.563,16	fertilizantes	16.100	t	Femecap,Ferti- sul,Heringer,Co paz,Solorrico	Hipoteca Imóvel Aval do Conselho
Privados							
Bradesco	08/jul	23.348.477,28	agrotóxicos	4.760	kg		Aval da Diretoria
Bradesco	04/ago	21.686.080,64	agrotóxicos	12.000	lt		Aval da Diretoria
Bradesco	28/out	20.600.167,71	agrotóxicos	50.000	lt	Monsanto	Carta Fiança -Aval Diretoria
Bradesco	28/dez	196.858.716,92	agrotóxicos	85.248	lt	Bayer	Aval Diretoria - Garantia de recompra
Credimar	08/jul	1.059.017,53	arame	125	rolo		Aval Diretoria
Itaú	22/set	95.807.988,56	agrotóxicos	42.000	kg	Rhodia	Garantia de recompra
Mercantil	30/nov	132.895.624,88	agrotóxicos	33.036	kg	Du Pont	Carta de Fiança
Nacional	30/nov	66.758.544,06	agrotóxicos	100.000	kg	Bayer	Garantia de recompra-Aval Diretoria
Noroeste	22/nov	25.219.485,09	agrotóxicos	8.904	lt	Ciba-Geigy	Aval Diretoria-Penhor-Caução NPR
Resumo:							
Bancos:	Oficiais	1.071.028.969,39	Prod. veter.	864.745	kg	medicamentos, vacinas, sais minerais	
	Privados	584.234.102,68	Materiais	164.480	kg	arame liso, arame farpado,	
	Total	1.655.263.072,07	Agrotóxicos	190.996	kg	herbicidas, inseticidas, fungicidas	
Custeio :	Pecuário	312.695.632,12	Agrotóxicos	156.152	lt	herbicidas, inseticidas, fungicidas	
	Agrícola	1.335.339.648,30	Fertilizantes	16.100	t	elementos simples (N,P,K) e fórmulas	

Fonte : Coopemar : Registros contábeis dos financiamentos.1988.

(1) Os nomes completos dos Bancos e das Empresas fornecedoras encontram-se no apêndice.

(*) Valores constantes a preços de 1993 - Média do IGP/DI - FGV.

Tabela 33. Coopemar : Financiamentos para aquisição de insumos para repasse aos cooperados. Ano 1989.

(continua)

BANCOS (1)	DATA	VALOR CONSTANTE CR\$1,00 *	PRODUTO	QUANTI DADE	UNIDADE	EMPRESA VENDEDORA (1)	GARANTIAS EXIGIDAS
Oficiais							
Banespa	31/mar	13.780.496,38	agrotóxicos	46.200	lt	Elanco, Nortox	Aval do Conselho
Banespa	31/mar	37.790.902,06	fertilizantes	4.170	t	Heringer	Aval do Conselho
Banespa	31/jul	1.603.037,33	agrotóxicos	2.400	kg	Iharabras	Aval da Diretoria
Brasil	28/fev	57.663.432,47	agrotóxicos	122.701	lt	Dupont,Rhodia	Aval do Conselho
				55.634	kg	Iharabras,Mon- santo	
Brasil	21/ago	36.098.221,19	sal mineral				
Brasil	21/ago	34.208.570,63	fertilizantes	1.547	t	Copaz	Hipoteca Imóvel-Aval Conselho
Brasil	22/set	99.068.761,86	agrotóxicos	89.800	lt	Nortox,Rhodia	Aval do Conselho
						Defensa, Uni coop, Shell	
Brasil	22/set	76.697.954,02	fertilizantes	2.500	t	Manah,Ipiran- ga, Heringer	Aval do Conselho
Privados							
América	30/ago	13.273.219,43	agrotóxicos	20.000	lt	ICI	Aval Diretoria-Penhor
Bamerindus	29/set	26.430.921,75	agrotóxicos	4.900	lt	Bayer	Aval Diretoria-Penhor
				30.000	kg		
Bradesco	22/mar	2.056.528,16	agrotóxicos	1.500	lt	Rhodia	Aval Diretoria
Bradesco	30/jun	12.374.323,28	agrotóxicos	32.000	lt	Ciba-Geigy	Carta de Fiança-Aval Diretoria
Bradesco	03/jul	10.897.700,91	agrotóxicos	30.600	lt	Hoechst	Aval Diretoria
Bradesco	07/ago	4.183.083,74	agrotóxicos	6.000	lt	Rhodia	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	21/ago	4.626.309,50	agrotóxicos	5.000	kg	Rhodia	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	02/out	7.941.362,58	agrotóxicos	30.000	kg	Sandoz	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	02/out	37.222.210,50	agrotóxicos	10.000	lt	Du Pont	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
				10.300	kg		
Bradesco	30/nov	22.164.100,40	agrotóxicos	12.000	lts	Folha Verde	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	22/dez	168.781.937,71	agrotóxicos	11.444	lts	Folha Verde	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR

Fonte : Coopemar : Registros contábeis dos financiamentos.1989.

(1) Os nomes completos dos Bancos e das Empresas fornecedoras encontram-se no apêndice.

(*) Valores constantes a preços de 1993 - Média do IGP/DI - FGV.

Tabela 33. Coopemar : Financiamentos para aquisição de insumos para repasse aos cooperados. Ano 1989. (conclusão)

BANCOS (1)	DATA	VALOR CONSTANTE CR\$1,00 *	PRODUTO	QUANTI DADE	UNIDADE	EMPRESA VENDEDORA (1)	GARANTIAS EXIGIDAS
Privados (continuação)							
Chase	13/jul	6.679.322,22	agrotóxicos	10.000	lt	Nortox	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Geral	09/jun	1.230.401,46	agrotóxicos	15.000	lt	Ciba-Geigy	Carta de Fiança-Aval Diretoria
Itaú	07/jun	2.816.318,64	agrotóxicos	9.560	lt	Ciba-Geigy	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Itaú	31/jul	4.914.574,98	agrotóxicos	10.000	lt	Rhodia	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Itaú	06/out	35.426.703,23	agrotóxicos	27.000	kg	Rhodia	Carta Fiança-Recompra
Itaú	26/out	30.280.847,92	agrotóxicos	14.008	lt	Hoechst	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Itaú	28/out	13.351.613,58	agrotóxicos	20.000	kg	Sandoz	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Itaú	29/nov	43.519.299,73	agrotóxicos	135.000	kg		Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Itaú	26/dez	150.857.308,58	agrotóxicos	85.740	kg	Bayer	Carta de Fiança-Garantia de recompra
Nacional	26/dez	108.900.759,33	agrotóxicos	25.994	lt	Iharabras	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Safra	08/dez	7.256.696,90	agrotóxicos	2.100	lt	Ciba-Geigy	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
				14.400	kg		
Unibanco	21/ago	9.597.131,41	agrotóxicos	10.000	lt	Monsanto	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Resumo:							
Bancos:	Oficiais	356.911.375,94	Prod. veter.	0	kg	medicamentos, vacinas, sais minerais	
	Privados	724.782.675,95	Materiais	0	kg	arame liso, arame farpado,	
	Total	1.081.694.051,89	Agrotóxicos	479.714	kg	herbicidas, inseticidas, fungicidas	
Custeio :	Pecuarío	36.098.221,19	Agrotóxicos	483.807	lt	herbicidas, inseticidas, fungicidas	
	Agrícola	1.045.595.830,70	Fertilizantes	8.217	t	elementos simples (N,P,K) e fórmulas	

Fonte : Coopemar : Registros contábeis dos financiamentos.1989.

(1) Os nomes completos dos Bancos e das Empresas fornecedoras encontram-se no apêndice.

(*) Valores constantes a preços de 1993 - Média do IGP/DI - FGV.

Tabela 34. Coopemar : Financiamentos para aquisição de insumos para repasse aos cooperados. Ano 1990. (continua)

BANCOS (1)	DATA	VALOR CONSTANTE CR\$1,00 *	PRODUTO	QUANTI DADE	UNIDADE	EMPRESA VENDEDORA (1)	GARANTIAS EXIGIDAS
Oficiais							
Banespa	25/mai	86.535.033,42	Prod. vet. Grampo Arame Sal mineral	2.260 20.600 10.000 2.125	lt kg rolo t	Pfizer, Bayer Quimbrasil	Hipoteca de imóvel Aval da Diretoria Aval das Empresas
Banerj	23/out	27.092.102,01	Agrotóxicos	47.000	lt	Monsanto	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Caixa-Sp	15/jun	62.804.785,84	Prod. Vet. Vacina Sal mineral Formicida	26.240 7.000 6.030 30.000	lt dose t kg	Shell, Ciba, Pfizer, Bayer Hoechst, Cyanamid Sandoz, Utilfer- til, Quimbrasil	Hipoteca de imóvel Aval da Diretoria
Brasil	24/mai	34.205.248,82	Fertilizantes	2.190	t	Cooperfertil	Aval do Conselho-Hipoteca de imóvel
Brasil	09/jul	123.793.018,07	Agrotóxicos Fertilizantes	60.000 5.490	lt t	Copaz, Nortox Heringer, Iap	Aval do Conselho-Hipoteca de imóvel
Brasil	25/jul	388.150.102,75	Fertilizantes		t		Aval do Conselho-Hipoteca de imóvel
Brasil	08/ago	18.568.952,71	Café-giro	6.000	saca	Cooperativa	Aval do Conselho - Penhor café
Privados							
Bamerindus	31/jul	31.445.399,85	Agrotóxicos	1.592 33.000	kg lt	Bayer	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bamerindus	30/nov	37.640.653,63	Agrotóxicos	240 36.360	kg lt	Bayer	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	21/mai	14.805.644,96	Agrotóxicos	50.000	kg		Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	22/mai	25.965.585,54	Agrotóxicos	35.000	lt	Monsanto	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	24/mai	43.141.866,80	Fertilizantes	3.200	t	Utilfertil, Copas Manah	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	28/mai	2.366.338,20	Agrotóxicos	5.004	lt	Nortox	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	08/jun	17.052.139,14	Agrotóxicos	16.008	kg	Iharabras	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	08/jun	7.784.654,62	Agrotóxicos	23.013	lt		Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR

Fonte : Coopemar : Registros contábeis dos financiamentos.1990.

(1) Os nomes completos dos Bancos e das Empresas fornecedoras encontram-se no apêndice.

(*) Valores constantes a preços de 1993 - Média do IGP/DI - FGV.

Tabela 34. Coopemar : Financiamentos para aquisição de insumos para repasse aos cooperados. Ano 1990. (conclusão)

BANCOS (1)	DATA	VALOR CONSTANTE CR\$1,00 *	PRODUTO	QUANTI DADE	UNIDADE	EMPRESA VENDEDORA (1)	GARANTIAS EXIGIDAS
Privados (continuação)							
Econômico	29/jun	24.758.549,15	Agrotóxicos	33.888	lt	Ciba-Geigy	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Francês	11/jun	45.692.869,52	Agrotóxicos	97.000	lt	Iharabras	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Geral	04/out	27.560.038,38	Agrotóxicos	32.536	lt	Ciba-Geigy	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Geral	24/out	2.158.640,75	Agrotóxicos	2.500	lt	Ciba-Geigy	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Itaú	01/jun	17.038.427,83	Agrotóxicos	20.008	lt		Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Itaú	07/jun	9.280.242,63	Sementes	60.000	kg	Agrocerec	Aval Dir.-Penhor-Garantia de recompra
Itaú	13/jun	4.640.715,52	Agrotóxicos	5.244	lt	Shell	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Itaú	13/jun	5.462.228,27	Agrotóxicos	20.000	kg	Du Pont	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Itaú	19/jun	12.951.968,31	Agrotóxicos	10.000	kg	Du Pont	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Itaú	29/jun	28.060.163,41	Agrotóxicos	34.744	lt	Hoechst	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Itaú	10/jul	5.303.718,74	Agrotóxicos	9.504	lt	ICI	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Mercantil	15/fev	2.103.448,87	Agrotóxicos	12.525	kg	Du Pont	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Mercantil	16/fev	2.103.448,87	Agrotóxicos	12.525	kg	Du Pont	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Sogeral	20/dez	8.273.830,16	Agrotóxicos	1.400	lt	Rhodia	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Sudameris	19/out	20.626.479,33	Agrotóxicos	8.000	lt	Du Pont	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
				4.002	kg		

Resumo:

Bancos:	Oficiais	741.149.243,62	Prod. veter.	8.258	t	aramé, medicamentos, vacinas, sal mineral
	Privados	396.217.052,49	Sementes	60.000	kg	sementes de milho
	Total	1.137.366.296,11	Agrotóxicos	196.892	kg	herbicidas, inseticidas, fungicidas
Custeio :	Pecuarío	149.339.824,21	Agrotóxicos	484.201	lt	herbicidas, inseticidas, fungicidas
	Agrícola	988.026.471,90	Fertilizantes	10.880	t	elementos simples (N,P,K) e fórmulas

Fonte : Coopemar : Registros contábeis dos financiamentos.1990

(1) Os nomes completos dos Bancos e das Empresas fornecedoras encontram-se no apêndice.

(*) Valores constantes a preços de 1993 - Média do IGP/DI - FGV.

Tabela 35. Coopemar : Financiamentos para aquisição de insumos para repasse aos cooperados. Ano 1991. (continua)

BANCOS (1)	DATA	VALOR CONSTANTE CR\$1,00 *	PRODUTO	QUANTI DADE	UNIDADE	EMPRESA VENDEDORA (1)	GARANTIAS EXIGIDAS
Oficiais							
Banespa	27/dez	16.287.878,79	Agrotóxicos	7.000	lt	Monsanto	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Banorte	16/set	11.909.861,71	Agrotóxicos	19.200	lt	Shell	Aval Dir-Penhor-Garantia de recompra
Brasil	28/jan	48.100.048,10	Agrotóxicos	43.505	lt	Ciba	Aval do Conselho-Hipoteca de imóvel
Brasil	28/jan	48.100.048,10	Fertilizantes	75.004	kg	Herbitécnica	
				3.610	t	Heringer, Iap Solorrco	Aval do Conselho-Hipoteca de imóvel
Brasil	20/fev	28.051.948,05	Agrotóxicos	27.010	lt	Bayer, Rhodia	Aval do Conselho-Hipoteca de imóvel
Brasil	20/fev	20.923.520,92	Fertilizantes	14.000	kg	Ciba	
				1.720	t	Copas, Iap	Aval do Conselho-Hipoteca de imóvel
Brasil	23/abr	24.050.024,05	Arame	5.836	rolo	Serrana, Belgo	Aval do Conselho-Hipoteca de imóvel
Brasil	25/jun	20.442.520,44	Sal mineral	1.492	t	Agroane	
			Fertilizantes	1.423	t	Manah, Mitsui Heringer	Aval do Conselho-Hipoteca de imóvel
Caixa-Sp	12/jul	24.120.250,12	Agrotóxicos	10.000	lt	Du Pont	Aval Dir.- Penhor - Carta de Fiança
Caixa-Sp	06/nov	72.137.373,74	Agrotóxicos	16.000	kg		
				3.000	lt	Du Pont	Aval Dir.- Penhor - Carta de Fiança
Caixa-Sp	13/dez	137.356.194,08	Agrotóxicos	16.080	kg		
				45.500	lt	Du Pont	Aval Dir.- Penhor - Carta de Fiança
Caixa-Sp	13/dez	151.151.082,25	Agrotóxicos	13.002	kg		Garantia de recompra
Caixa-Sp	13/dez	48.193.060,37	Agrotóxicos	40.000	lt	Rhodia	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
				25.920	lt	Ciba-Geigy	Aval Dir.-Penhor-Fiança-Gar. recompra
Privados							
BCN	22/abr	5.682.756,13	Agrotóxicos	20.000	kg	Rohm & Hass	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco							
Bamerindus	30/set	15.071.984,61	Agrotóxicos	18.508	lt	Ciba-Geigy	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bamerindus	30/set	35.398.443,24	Agrotóxicos	60.704	lt	Ciba-Geigy	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bamerindus	31/out	29.653.679,65	Agrotóxicos	30.000	lt	Nortox	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR

Fonte : Coopemar : Registros contábeis dos financiamentos.1991.

(1) Os nomes completos dos Bancos e das Empresas fornecedoras encontram-se no apêndice.

(*) Valores constantes a preços de 1993 - Média do IGP/DI - FGV.

Tabela 35. Coopemar : Financiamentos para aquisição de insumos para repasse aos cooperados. Ano 1991. (continua)

BANCOS (1)	DATA	VALOR CONSTANTE CR\$1,00 *	PRODUTO	QUANTI DADE	UNIDADE	EMPRESA VENDEDORA (1)	GARANTIAS EXIGIDAS
Privados (continuação)							
Bradesco	21/mai	12.065.897,07	Agrotóxicos	10.000	kg	Du Pont	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	27/mai	11.383.929,29	Agrotóxicos	17.920	lt	Monsanto,ICI	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	04/jun	34.281.508,42	Agrotóxicos	11.420	lt	Du Pont	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
				20.646	kg		
Bradesco	04/jun	37.801.296,30	Agrotóxicos	49.100	lt	Bayer	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	05/jun	7.462.562,77	Agrotóxicos	6.020	lt	FMC	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	06/jun	2.083.947,81	Vacinas	300.000	dose	Pfizer	Aval Diretoria
Bradesco	07/jun	4.333.333,33	Agrotóxicos	9.000	lt	Du Pont	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	24/jun	30.759.546,66	Agrotóxicos	40.500	lt	Monsanto	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	05/jul	2.123.597,88	Agrotóxicos	1.760	kg	Du Pont	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	08/jul	12.739.760,94	Agrotóxicos	10.494	lt	ICI	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	10/set	8.610.945,89	Agrotóxicos	11.930	lt	ICI	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	28/out	72.150.071,91	Agrotóxicos	83.200	lt	Ciba-Geigy	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	31/out	23.588.263,59	Agrotóxicos	40.000	kg	Bayer	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	05/nov	72.159.162,58	Agrotóxicos	151.060	lt	Iharabras	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	07/nov	75.324.675,32	Agrotóxicos	80.000	kg	Bayer	Carta de Fiança-Aval Diretoria-Penhor
Bradesco	22/nov	74.635.942,76	Agrotóxicos	25.000	lt	Rhodia	Aval Dir.-Penhor-Garantia de recompra
				30.000	kg		
Bradesco	16/dez	72.156.233,77	Agrotóxicos	24.755	kg	Iharabras	Carta de Fiança-Aval Diretoria-Penhor
Chase	22/fev	2.805.387,21	Agrotóxicos	5.000	lt	Nortox	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Citibank	16/set	18.737.373,74	Agrotóxicos	30.000	lt	Nortox	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Econômico	11/jul	36.037.037,04	Agrotóxicos	55.600	lt	Iharabras	Carta de Fiança-Aval Diretoria-Penhor
Econômico	10/out	48.100.859,07	Agrotóxicos	108.740	lt	Iharabras	Carta de Fiança-Aval Diretoria-Penhor
Geral	27/jun	29.422.896,10	Agrotóxicos	56.400	lt	Hoechst	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Itaú	26/mar	21.985.669,07	Agrotóxicos	16.002	kg	Du Pont	Aval Diretoria-Aval da Du Pont
Itaú	01/jul	13.206.235,21	Agrotóxicos	7.380	lt	Rhodia	Aval Dir.-Penhor-Garantia de recompra
Itaú	20/set	9.538.239,54	Sementes	60.000	kg	Agrocere	Aval Dir.-Penhor-Garantia de recompra
Itaú	27/set	3.292.019,24	Agrotóxicos	202	kg	Du Pont	Aval Diretoria-Aval da Du Pont

Fonte : Coopemar : Registros contábeis dos financiamentos.1991.

(1) Os nomes completos dos Bancos e das Empresas fornecedoras encontram-se no apêndice.

(*) Valores constantes a preços de 1993 - Média do IGP/DI - FGV.

Tabela 35. Coopemar : Financiamentos para aquisição de insumos para repasse aos cooperados. Ano 1991. (Conclusão)

BANCOS (1)	DATA	VALOR CONSTANTE CR\$1,00 *	PRODUTO	QUANTI DADE	UNIDADE	EMPRESA VENDEDORA (1)	GARANTIAS EXIGIDAS
Privados (continuação)							
Itaú	13/dez	29.775.056,52	Fertilizantes	1.000	t	Cooperfertil	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Itaú	20/dez	35.550.004,81	Fertilizantes	1.088	t	Cooperfertil	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Itaú	20/dez	28.292.914,14	Agrotóxicos	6.600	lt	Iharabras	Carta de Fiança-Aval Diretoria-Penhor
				2.800	kg		
Mercantil	09/abr	4.587.532,23	Agrotóxicos	16.008	kg	Du Pont	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Mercantil	29/out	12.519.790,28	Agrotóxicos	14.500	lt	Ciba-Geigy	Aval Dir.-Caução-Garantia recompra
Mercantil	14/nov	60.116.498,32	Agrotóxicos	101.258	kg	Sandoz	Aval Dir.-Caução-Garantia recompra
Nacional	30/out	102.212.602,21	Agrotóxicos	100.000	lt	Ciba-Geigy	Aval Dir.-Caução-Garantia recompra
Nacional	03/dez	28.940.745,79	Agrotóxicos	18.504	lt	Ciba-Geigy	Aval Dir.-Caução-Garantia recompra
Noroeste	01/abr	13.149.831,65	Agrotóxicos	25.310	lt	Ciba-Geigy	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Noroeste	31/out	11.583.694,08	Agrotóxicos	13.000	lt	Herbitécnica	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Safra	13/dez	48.101.442,28	Agrotóxicos	29.324	lt	Iharabras	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Sudameris	24/jan	6.217.147,67	Agrotóxicos	10.375	lt	Monsanto	Carta de Fiança-Aval Diretoria-Penhor
Sudameris	25/abr	3.607.503,61	Sal mineral	150.000	kg	Serrana	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Unibanco	26/abr	5.699.855,70	Agrotóxicos	10.000	lt	ICI	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Unibanco	12/dez	36.080.676,53	Agrotóxicos	16.060	lt	Iharabras	Carta de Fiança-Aval Diretoria-Penhor

Resumo:

Bancos:	Oficiais	650.823.810,73	Prod. veter.	1.700	t	aramé, medicamentos, vacinas, sal mineral
	Privados	1.249.028.551,95	Sementes	60.000	kg	sementes de milho
	Total	1.899.852.362,67	Agrotóxicos	565.509	kg	herbicidas, inseticidas, fungicidas
Custeio :	Pecuário	29.741.476,67	Agrotóxicos	1.253	1000lt	herbicidas, inseticidas, fungicidas
	Agrícola	1.870.110.886,00	Fertilizantes	8.841	t	elementos simples (N,P,K) e fórmulas

Fonte : Coopemar : Registros contábeis dos financiamentos.1991.

(1) Os nomes completos dos Bancos e das Empresas fornecedoras encontram-se no apêndice.

(*) Valores constantes a preços de 1993 - Média do IGP/DI - FGV.

Tabela 36. Coopemar : Financiamentos para aquisição de insumos para repasse aos cooperados. Ano 1992. (continua)

BANCOS (1)	DATA	VALOR CONSTANTE CR\$1,00 *	PRODUTO	QUANTI DADE	UNIDADE	EMPRESA VENDEDORA (1)	GARANTIAS EXIGIDAS
Oficiais							
Banespa	29/mai	5.509.277,62	Agrotóxicos	9.200	kg	Monsanto	Carta de Fiança-Aval Diretoria-Penhor
Banespa	29/jun	10.245.503,55	Agrotóxicos	8.908	lt	Rhodia	Carta de Fiança-Aval Diretoria-Penhor
				700	kg		Garantia de recompra
Brasil	04/dez	59.969.390,45	Agrotóxicos	16.440	lt	Du Pont	Aval Cons.-Aval da Du Pont-Caução
Caixa-Sp	14/jan	4.407.422,10	Fertilizantes	6.630	t	Iharabras	Aval Cons.-Aval da Du Pont-Caução
Caixa-Sp	28/fev	54.601.540,26	Fertilizantes	7.582	t	Cooperfertil lap	Hipoteca de imóvel-Aval Conselho Fiança dos Diretores-Caução
Privados							
Bamerindus	01/abr	2.161.042,95	Agrotóxicos	8.004	lt	Nortox	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
BCN	20/jul	4.681.389,99	Agrotóxicos	2.292	kg	Iharabras	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
				8.821	lt		
Boston	06/abr	3.718.542,02	Agrotóxicos	14.750	kg	Du Pont	Aval Dir.-Caução-Garantia de recompra
Bradesco	13/mar	10.697.884,53	Agrotóxicos	23.040	lt	Bayer	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
				9.279	kg		
Bradesco	24/mar	3.212.411,59	Agrotóxicos	12.977	kg	Bayer	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	25/mar	8.213.759,97	Agrotóxicos	20.000	kg	Monsanto	Carta de Fiança-Aval Diretoria-Caução
Bradesco	06/abr	4.283.896,95	Agrotóxicos	3.460	lt	Bayer	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	30/abr	2.111.915,99	Agrotóxicos	6.508	lt	ICI	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	16/jul	721.321,15	Agrotóxicos	1.040	lt	Rhodia	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	20/jul	21.300.908,04	Agrotóxicos	4.224	kg	Iharabras	Aval Dir.-Caução-Garantia recompra
Bradesco	23/jul	24.368.636,78	Agrotóxicos	30.000	lt	Monsanto	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	30/jul	5.907.258,01	Agrotóxicos	11.000	lt	Rhodia	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	03/set	3.503.563,07	Sementes	30.000	kg	Dinamilho	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	16/nov	2.961.908,70	Agrotóxicos	588	kg	Bayer	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Bradesco	30/nov	136.918.550,53	Fertilizantes	3.197	t	lap	Carta Fiança-Hipoteca imóvel-Caução
Bradesco	01/dez	17.284.146,50	Fertilizantes	570	t	Cooperfertil	Hipoteca-Aval Diretoria-Caução
Bradesco	29/dez	10.511.984,66	Agrotóxicos	7.504	lt	ICI	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Citibank	30/mar	27.954.717,26	Agrotóxicos	400	lt	DowElanco	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR

Fonte : Coopemar : Registros contábeis dos financiamentos.1992.

(1) Os nomes completos dos Bancos e das Empresas fornecedoras encontram-se no apêndice.

(*) Valores constantes a preços de 1993 - Média do IGP/DI - FGV.

Tabela 36. Coopemar : Financiamentos para aquisição de insumos para repasse aos cooperados. Ano 1992. (conclusão)

BANCOS (1)	DATA	VALOR CONSTANTE CR\$1,00 *	PRODUTO	QUANTI DADE	UNIDADE	EMPRESA VENDEDORA (1)	GARANTIAS EXIGIDAS
Privados (continuação)							
Econômico	15/dez	14.447.357,73	Agrotóxicos	38.100	lt	Rhodia	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Itaú	25/jun	1.841.462,38	Agrotóxicos	500	lt	Merck	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Itaú	25/mai	3.813.147,78	Prod.veter.	504	lt	Merck	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Itaú	03/jul	5.907.258,01	Sementes	137.000	kg	Agrocere	Aval Dir.-Caução-Garantia recompra
Itaú	04/set	53.067.518,40	Agrotóxicos	47.972	lt	Hoechst	Aval Dir.-Caução-Garantia recompra
Itaú	25/set	113.690.860,35	Agrotóxicos	57.000	kg	Du Pont	Carta de Fiança-Aval Dir.-Caução
Itaú	22/out	98.549.620,50	Agrotóxicos	54.495	kg	Rhodia	Aval Dir.-Caução-Recompra
Mercantil	03/nov	11.020.472,48	Fertilizantes	436	t	Cooperfertil	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Mercantil	14/dez	10.919.278,06	Fertilizantes	315	t	Cooperfertil	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Nacional	12/fev	915.271,72	Agrotóxicos	5.004	lt	Nortox	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Nacional	26/mar	6.942.561,73	Agrotóxicos	19.808	lt	Ciba-Geigy	Aval Dir.-Caução-Garantia recompra
Nacional	30/nov	4.108.282,80	Agrotóxicos	5.010	lt	Iharabras	Aval Dir.-Aval Iharabras-Caução
Noroeste	14/dez	3.782.121,29	Agrotóxicos	2.610	lt	Iharabras	Aval Dir.-Aval Iharabras-Caução
Real	24/abr	8.037.036,45	Agrotóxicos	19.000	lt	Monsanto	Carta de Fiança-Aval Dir.-Penhor
Sudameris	27/jan	1.350.323,95	Agrotóxicos	5.000	lt	Monsanto	Carta de Fiança-Aval Dir.-Penhor
Sudameris	15/mai	4.462.835,52	Sal mineral	246.825	kg	Serrana	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Sudameris	14/dez	8.345.860,99	Agrotóxicos	102	kg	Du Pont	Carta Fiança-Penhor-Gar. recompra
Unibanco	29/jul	17.164.423,29	Agrotóxicos	35.000	lt	Nortox	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Unibanco	31/ago	11.431.726,10	Agrotóxicos	7.797	lt	Iharabras	Aval Dir.-Caução-Garantia recompra
Unibanco	11/set	44.545.074,24	Agrotóxicos	85.940	kg	Bayer	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Unibanco	14/out	9.882.950,24	Agrotóxicos	5.016	lt	ICI	Aval Dir.-Caução-Garantia recompra
Unibanco	13/nov	3.525.232,05	Agrotóxicos	4.500	lt	Monsanto	Aval Diretoria-Penhor-Caução de NPR
Resumo:							
Bancos:	Oficiais	134.733.133,99	Prod. veter.	247.329	kg	arame, medicamentos, vacinas, sal mineral	
	Privados	728.264.514,76	Sementes	167.000	kg	sementes de milho	
	Total	862.997.648,75	Agrotóxicos	300.547	kg	herbicidas, inseticidas, fungicidas	
Custeio :	Pecúário	8.275.983,30	Agrotóxicos	368.934	lt	herbicidas, inseticidas, fungicidas	
	Agrícola	854.721.665,45	Fertilizantes	18.730	t	elementos simples (N,P,K) e fórmulas	

Fonte : Coopemar : Registros contábeis dos financiamentos.1992.

(1) Os nomes completos dos Bancos e das Empresas fornecedoras encontram-se no apêndice.

(*) Valores constantes a preços de 1993 - Média do IGP/DI - FGV.

Tabela 37. Coopemar : Financiamentos para aquisição de insumos para repasse aos cooperados. Ano 1993. (continua)

BANCOS (1)	DATA	VALOR CONSTANTE CR\$1,00 *	PRODUTO	QUANTI DADE	UNIDADE	EMPRESA VENDEDORA (1)	GARANTIAS EXIGIDAS
Oficiais							
Brasil	08/mar	5.332.618,00	Agrotóxicos	23.000	kg	Du Pont	Aval Conselho-Aval da Du Pont
				4.000	lt		Hipoteca de imóvel-Penhor
Brasil	14/abr	2.197.782,00	Agrotóxicos	8.000	kg	Du Pont	Aval Cons.- Du Pont-Hipoteca-Penhor
Brasil	14/abr	6.716.206,00	Agrotóxicos	15.000	kg	Du Pont	Aval Cons.- Du Pont-Hipoteca-Penhor
Privados							
América	31/mar	1.294.295,00	Agrotóxicos	6.000	lt	ICI	Aval Diretoria-Penhor-Caução
América	11/mai	1.401.988,00	Agrotóxicos	6.000	lt	Ciba-Geigy	Aval Diretoria-Penhor-Caução
BCN	26/mar	671.597,00	Agrotóxicos	5.004	lt	Nortox	Aval Diretoria-Penhor-Caução
BCN	12/ago	1.238.834,00	Agrotóxicos	4.746	lt	Iharabras	Aval Diretoria-Penhor-Caução
BCN	25/ago	44.708.000,00	Agrotóxicos	100.000	kg	Bayer	Aval Diretoria-Penhor-Caução
Bradesco	28/jan	322.055,00	Agrotóxicos	9.500	kg	Sandoz	Aval Diretoria-Penhor-Caução
Bradesco	12/mar	3.253.340,00	Agrotóxicos	18.800	lt	Monsanto	Aval Diretoria-Penhor-Caução
Bradesco	15/jul	16.488.962,00	Agrotóxicos	47.940	lt	Rhodia	Aval Diretoria-Penhor-Caução
Bradesco	27/set	6.151.792,00	Agrotóxicos	5.370	kg	Iharabras	Aval Diretoria-Penhor-Caução
Bradesco	07/out	32.852.296,00	Agrotóxicos	50.803	kg	Sandoz	Aval Diretoria - Aval Sandoz-Penhor
Bradesco	06/out	166.963.600,00	Fertilizantes	6.600	t	Cooperfertil	Aval Diretoria-Penhor-Caução
Bradesco	15/out	62.896.320,00	Agrotóxicos	22.960	kg	Du Pont	Aval Diretoria-Penhor-Caução
Bradesco	29/out	6.221.962,00	Agrotóxicos	16.620	lt	Iharabras	Aval Diretoria-Penhor-Caução
Bradesco	03/nov	30.753.800,00	Fertilizantes	916	t	Cooperfertil	Aval Diretoria-Penhor-Caução
Bradesco	05/nov	300.037.787,00	Agrotóxicos	36.668	kg	Iharabras	Penhor-Contrato de Mútuo
Bradesco	12/nov	10.165.520,00	Agrotóxicos	1.966	lt	ICI	Aval Diretoria-Penhor-Caução
Bradesco	17/nov	51.000.558,00	Agrotóxicos	30.525	kg	Rhodia	Aval Diretoria-Penhor-Caução
Bradesco	24/nov	12.222.600,00	Agrotóxicos	10.000	kg	Sandoz	Aval Diretoria - Aval Sandoz-Penhor
Bradesco	08/dez	11.667.500,00	Agrotóxicos	25.000	kg	Sandoz	Aval Diretoria - Aval Sandoz-Penhor
Bradesco	29/dez	17.157.549,00	Agrotóxicos	2.708	kg	Sandoz	Aval Diretoria - Aval Sandoz-Penhor
Econômico	20/jan	17.645.603,00	Agrotóxicos	82.960	lt	Rhodia	Aval Dir.-Penhor-Garantia de recompra
Econômico	03/mar	7.574.477,00	Agrotóxicos	33.260	lt	Rhodia	Aval Dir.-Penhor-Garantia de recompra
Econômico	18/mai	6.755.666,00	Agrotóxicos	16.340	lt	Rhodia	Aval Dir.-Penhor-Garantia de recompra

Fonte : Coopemar : Registros contábeis dos financiamentos.1993.

(1) Os nomes completos dos Bancos e das Empresas fornecedoras encontram-se no apêndice.

(*) Valores constantes a preços de 1993 - Média do IGP/DI - FGV.

Tabela 37. Coopemar : Financiamentos para aquisição de insumos para repasse aos cooperados. Ano 1993. (conclusão)

BANCOS (1)	DATA	VALOR CONSTANTE CR\$1,00 *	PRODUTO	QUANTI DADE	UNIDADE	EMPRESA VENDEDORA (1)	GARANTIAS EXIGIDAS
Privados (continuação)							
Econômico	29/jun	2.306.873,00	Agrotóxicos	3.600	lt	Rhodia	Aval Dir.-Penhor-Garantia de recompra
Econômico	11/jul	149.842.000,00	Agrotóxicos	130.000	lt	Iharabras	Penhor-Contrato de Mútuo
Itamarati	22/set	4.989.357,00	Agrotóxicos	8.100	lt	Agro Maringá	Aval Diretoria-Penhor-Caução
Itaú	07/jan	554.696,00	Agrotóxicos	7.780	lt	Rhodia	Aval Diretoria-Penhor-Caução
Itaú	10/mar	8.080.704,00	Agrotóxicos	96.200	kg	Sandoz	Carta de Fiança-Aval Diretoria-Caução
Itaú	27/mai	982.843,00	Agrotóxicos	1.500	lt	ICI	Aval Diretoria-Penhor-Caução
Itaú	23/jul	3.583.278,00	Agrotóxicos	5.104	lt	Bayer	Aval Diretoria-Penhor
Itaú	28/jun	56.400.000,00	Agrotóxicos	60.000	kg	Du Pont	Carta de Fiança-Aval Diretoria-Caução
Nacional	01/mar	3.473.171,00	Agrotóxicos	21.000	lt	Monsanto	Carta de Fiança-Aval Diretoria-Caução
Nacional	23/set	2.689.848,00	Agrotóxicos	7.103	lt	Rhodia	Aval Diretoria-Penhor
Nacional	29/out	35.705.000,00	Agrotóxicos	50.000	kg	Bayer	Aval Diretoria-Penhor
Noroeste	25/out	8.787.000,00	Agrotóxicos	10.000	lt	Agro Maringá	Aval Diretoria-Penhor
Noroeste	21/dez	28.000.000,00	Café-custeio	1.650	saca	Coopemar	Aval Diretoria-Penhor
Real	19/fev	260.780,00	Agrotóxicos	2.000	lt	Agripec	Carta de Fiança-Aval Dir.- "Vendor"
Real	31/mar	226.019,00	Agrotóxicos	1.600	lt	Agripec	Carta de Fiança-Aval Dir.- "Vendor"
Real	17/set	914.736,00	Agrotóxicos	2.000	lt	Agripec	Carta de Fiança-Aval Dir.- "Vendor"
Sudameris	01/jun	4.998.437,00	Fertilizantes	669	t	Iap	Aval Dir.-Penhor-Garantia de recompra
Sudameris	28/out	29.322.000,00	Agrotóxicos	20.000	lt	Monsanto	Aval Diretoria-Aval Monsanto-Penhor
Unibanco	12/fev	356.634,00	Agrotóxicos	120.600	kg	Bayer	Aval Diretoria-Penhor-Caução
Unibanco	30/abr	714.399,00	Agrotóxicos	4.008	lt	Ciba-Geigy	Aval Diretoria-Penhor-"Vendor"
Unibanco	27/mai	44.230.992,00	Agrotóxicos	68.440	kg	Du Pont	Carta de Fiança-Aval Diretoria-Penhor
Unibanco	09/jul	13.370.013,00	Agrotóxicos	33.000	lt	Monsanto	Aval Diretoria-Aval Monsanto-Penhor
Resumo:							
Bancos:	Oficiais	14.246.606,00	Prod. veter.	0	kg	aramé, medicamentos, vacinas, sal mineral	
	Privados	1.209.234.881,00	Sementes	0	kg	sementes de milho	
	Total	1.223.481.487,00	Agrotóxicos	734.774	kg	herbicidas, inseticidas, fungicidas	
Custeio :	Pecuário	0,00	Agrotóxicos	500.431	lt	herbicidas, inseticidas, fungicidas	
	Agrícola	1.223.481.487,00	Fertilizantes	8.185	t	elementos simples (N,P,K) e fórmulas	

Fonte : Coopemar : Registros contábeis dos financiamentos.1993.

(1) Os nomes completos dos Bancos e das Empresas fornecedoras encontram-se no apêndice.

(*) Valores constantes a preços de 1993 - Média do IGP/DI - FGV.

8-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCARINI, José H. Economia rural e desenvolvimento : reflexões sobre o caso brasileiro. Petrópolis : Vozes, 1987. 224 p.

ANFAVEA-Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. Carta da Anfavea. São Paulo, n. 104, jan. 1995.

ABRASEM-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE SEMENTES. Anuário Abrasem : Produtores de sementes do Brasil-1993. São Paulo, 1993.

ARAÚJO, Paulo F. C., MEYER, Richard L. Política de crédito agrícola no Brasil : objetivos e resultados. In : VEIGA Alberto (coord.). Ensaio sobre política agrícola brasileira. São Paulo : Secretaria da Agricultura, 1979. 294 p. p. 137-162.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS. Segurança alimentar : uma abordagem de agribusiness. São Paulo : ABAG, 1993. 162 p.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA DIFUSÃO DE ADUBOS E CORRETIVOS AGRÍCOLAS. Anuário Estatístico do Setor de Fertilizantes. ANDA. São Paulo, 1986-1993. ISSN 0103-4790.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Anuário estatístico do crédito rural. Brasília, Banco Central do Brasil, DERUR, 1987-1993.

_____. Boletim do Banco Central do Brasil. Brasília. Mensal, v. 30, n. 10, p. 1-169, out. 1994. ISSN 0104-3307.

_____. Boletim do Banco Central do Brasil. Brasília. Mensal, v. 31, n. 3, p. 1-179, mar. 1995. ISSN 0104-3307.

BIANCO, Jader. Agricultura : essencial para retomar o crescimento. Correio de Marília. Marília : Correio de Marília. abr. 1983. Suplemento Agrícola, p. 4.

_____. Custos de produção na agricultura-ano agrícola 88/89 : cálculos e interpretações. Ourinhos : Sindicato Rural, 1988. 46 p.

- CARDOSO, João L. Crédito rural no contexto do desenvolvimento. Perspectivas, São Paulo, v. 6, p. 109-114, 1983.
- CARDOSO, João L. Relação entre financiamento e estrutura produtiva no espaço rural brasileiro : análise da distribuição no sub-setor de culturas. Revista de Economia Rural, Brasília, v. 22, n. 4, p. 383-396, out/dez. 1984.
- _____. Política de crédito rural no Brasil : uma análise dos dados estatísticos de 1983 a 1985. in : XIII ENCONTRO DOS GRUPOS TEMÁTICOS DO PROJETO DE INTERCÂMBIO DE PESQUISA SOCIAL EM AGRICULTURA, 1988, Rio de Janeiro. Anais ... Botucatu : UNESP, FCA/Departamento de Economia Rural, 1989. 1049 p. p. 773-801.
- _____. Relações entre o crédito e as características da agropecuária nas unidades da federação. Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília, v. 32, n. 1, p. 59-74, jan./mar. 1994.
- CARGILL BRASIL. Cargill Agrícola S.A e subsidiárias. Departamento de Assuntos Corporativos, São Paulo, 1993.
- CHABARIBERY, Denyse., MELLO, Nilda T.C. Aspectos da política de crédito de custeio agrícola no Estado de São Paulo : valores, liberações e encargos financeiros, 1979 a 1987. São Paulo : Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1988. 31 p. (IEA, Relatório de Pesquisa 06/88). ISSN 0101-5109.
- CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro : Instituto Brasileiro de Economia-IBRE, Fundação Getúlio Vargas. Mensal. v. 48, n. 7, jul. 1994. ISSN 0010-5945.
- COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DA REGIÃO DE MARÍLIA. Relatório da Diretoria-Balanco Geral. Conselho de Administração. Marília. 1984-1993
- DIVISÃO REGIONAL AGRÍCOLA DE MARÍLIA. Levantamento subjetivo de safra. Marília. 1987-1994.
- DIVISÃO REGIONAL AGRÍCOLA DO VALE DO PARANAPANEMA. Levantamento subjetivo de safra. Assis. 1992-1994.
- FAGUNDES, Maria H. Comentários sobre crédito rural e sua evolução recente. Brasília : Companhia de Financiamento da Produção, 1987. 180 p. (Coleção de Estudos Especiais, 21).
- FUNDAÇÃO DE ESTUDOS AGRÁRIOS LUIZ DE QUEIROZ. Revista Preços Agrícolas Piracicaba : Centro de Pesquisa em Economia Agrícola-CEPEA. Mensal. ano 7, n. 73, nov. 1992. ISSN 0103-4677.

- FUNDAÇÃO DE ESTUDOS AGRÁRIOS LUIZ DE QUEIROZ. Revista Preços Agrícolas Piracicaba : Centro de Pesquisa em Economia Agrícola-CEPEA. Mensal. ano 7, n. 75, jan. 1993. ISSN 0103-4677.
- _____. Revista Preços Agrícolas. Piracicaba : Centro de Pesquisa em Economia Agrícola-CEPEA. Mensal. ano 8, n. 93, jul. 1994. ISSN 0103-4677.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro. 1985-1993. ISSN 0100-1299.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Agroanalysis. Rio de Janeiro : Instituto Brasileiro de Economia, Centro de Estudos Agrícolas-CEA/FGV. Mensal. v. 14, n. 4, dez. 1994.
- GATTI, Elcio U., VIEIRA, José L.T.M., SILVA, Valquíria. Análise do perfil distributivo do crédito rural no Brasil, 1969-90. Agricultura em São Paulo, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 65-99, 1993.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Complexos agroindustriais e outros complexos. Reforma Agrária. Campinas, v. 21, n. 3, p. 5-34, set./dez. 1991.
- HOFFMAN, Rodolfo. Estatística para economistas. São Paulo : Pioneira, 1980. 379 p.
- IDRC-International Development Research Center. The global cash crunch :an examination of debt and development. Ottawa, Ont., IDRC, 1992. 46 p. (Searching series 5).
- KAGEYAMA, Angela., BUAINAIN, Antonio M., REYDON, Bastiaan P. et al. O novo padrão agrícola brasileiro : do complexo rural aos complexos agroindustriais. In : DELGADO, C. G. (coord.). Agricultura e Políticas Públicas. Brasília, IPEA, 1990. p. 113-223.
- MALASSIS, L. Économie agro-alimentaire I : économie de la consommation et de la production agro-alimentaire. Paris : Cujas, 1979. 437 p.
- MARTIN, Nelson B., MATSUNAGA, Minoru, VEIGA, Alceu A. F. et al. Economia agrícola paulista : características e potencialidades. Informações Econômicas. São Paulo, v. 21, MARTIN, Nelson B. (coord.), Suplemento 01/91. p. 1-201. ISSN 0100-4409.
- MEDHORA, Rohinton. Understanding the debt crisis. IDRC-Repots, International Development Research Center, Ottawa-Canadá, v. 20, n. 3, p. 4-6, out. 1992.
- MELO, Fernando Homem de. Prioridade agrícola : sucesso ou fracasso ? São Paulo : Pioneira, 1985. 200 p.
- MUNHOZ, Dércio G. Economia agrícola : agricultura, uma defesa dos subsídios. Petrópolis : Vozes, 1982. 107 p.

- NEGRI NETO, Afonso, COELHO, Paulo J., MOREIRA, Irene R.O. Análise gráfica e taxa de crescimento. Informações Econômicas. São Paulo, v. 23, n. 10, p. 99-108, out. 1993. ISSN 0100-4409.
- _____. Produção agrícola e agroindústria nas Divisões Regionais Agrícolas de Marília e Vale do Paranapanema, Estado de São Paulo. Agricultura em São Paulo. São Paulo, v. 41, n. 2, p. 159- 210, 1994. ISSN 0044-6793.
- NOBREGA, Mailson F. A agricultura em perigo. Folha de São Paulo, São Paulo, dez. 1991. Tendências/Debates, p 1-3.
- _____. Novas formas de financiar a agricultura. Agroanalysis, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 2-5, nov. 1994.
-
- OLEOS e GRÃOS. São Caetano do Sul : ADEN Editora e Comunicações, bimestral ano IV, n. 18, mai/jun. 1994.
- PINAZZA, Luiz A., ARAÚJO, Ney B. Agricultura na virada do século XX : visão de agribusiness. São Paulo : Globo, 1993. 166 p.
- SILVA, Valquíria da. O caráter distributivo do crédito rural de custeio agrícola no Estado de São Paulo. São Paulo : Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1988. 18 p. (IEA, Relatório de pesquisa 20/88). ISSN 0101-5109.
- SIMON, Elias José. A modernização da agricultura brasileira e o papel do crédito agrícola. São Paulo : USP 1992. 166 p. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 1992.
- SOBOLL, Walter. Novos Caminhos para o financiamento da produção agropecuária. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 7, n. 3, p. 85-93. jul./set. 1993
- TAVARES, Maria C., BELLUZZO, Luiz G. Notas sobre a processo de industrialização recente no Brasil. Reunião sobre industrialização Latino-Americana, CEPAL, Santiago do Chile, out. 1978. 28 p.
- VICENTE, José R., CASER, Denise V. Produção e Produtividade em anos de crise : a agricultura paulista no período 1980-91. Informações Econômicas, São Paulo, v. 21, n. 11, p. 9-22, nov. 1991. ISSN 0100-4409.

ABSTRACT

The purposes of this research were to evaluate the changes in the regional agricultural production due to alterations in the official rural credit, as well as to examine the effects on Brazilian agribusiness and also, identify alternative forms and sources in order to financing the agricultural sector.

Growth tax and index determination and time series graphic analysis allowed to characterize financial rural alternatives achieved by farmers and cooperatives, banking institutions and agribusiness sector

Analysis of agriculture raw-material processing industries showed dependence between such sector and agriculture sector, but through future buy contracts (pre-financing by buyers) it is possible provide financial resources for farmers and also, maintain agribusiness enterprises activities, with no government interferences.

Interaction among cooperative and agriculture suppliers industries, together with financial institutions assured resources for the farmers, maintenance of suppliers sales, and new sources of resources with less risk for bankers.

Finally the conclusion is that financing agriculture continue to have strong importance to the development of agricultural economy and Brazilian agribusiness.

APÊNDICE

RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

América	=	Banco América do Sul S.A
Bamerindus	=	Banco Bamerindus do Brasil S.A
Banerj	=	Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A
Banespa	=	Banco do Estado de São Paulo S.A
Banorte	=	Banco do Nordeste do Brasil S.A
BCN	=	Banco BCN S.A
Boston	=	The First National Bank of Boston
Brasil	=	Banco do Brasil S.A
Bradesco	=	Banco Brasileiro de Descontos S.A
Caixa-SP	=	Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A
Chase	=	Banco Chase Manhattan do Brasil S.A
Citibank	=	Citibank N.A
Credimar	=	Cooperativa de Crédito Rural de Marília
Econômico	=	Banco Econômico S.A
Francês	=	Banco Francês e Brasileiro S.A
Geral	=	Banco Geral do Comércio S.A
Itamarati	=	Banco Itamarati S.A
Itaú	=	Banco Itaú S.A
Mercantil	=	Banco Mercantil de São Paulo S.A
Nacional	=	Banco Nacional S.A
Noroeste	=	Banco Noroeste S.A
Real	=	Banco Real S.A
Safra	=	Banco Safra S.A
Sogeral	=	Banco Sogeral S.A
Sudameris	=	Banco Sudameris do Brasil S.A
Unibanco	=	União de Bancos Brasileiros S.A

RELAÇÃO DAS EMPRESAS

Agripec	=	Agripec Química e Farmacêutica S.A
Agrocerec	=	Sementes Agrocerec S.A
Agroan	=	Agroane-Agropecuária Ltda
Agro Maringa	=	Agro Química Maringá S.A
Bayer	=	Bayer do Brasil S.A
Belgo	=	Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira
Ciba-Geigy	=	Ciba-Geigy Química S.A
Copaz	=	Companhia Paulista de Fertilizantes
Cooperfertil	=	Cooperativa Central de Fertilizantes
Cyanamid	=	Cyanamid Química do Brasil Ltda
Defensa	=	Indústria de Defensivos Agrícolas S.A
Dinamilho	=	Dinamilho Carol Produtos Agrícolas Ltda
DowElanco	=	DowElanco Industrial Ltda
Du Pont	=	Du Pont do Brasil S.A
Elanco	=	Elanco Química Ltda
Femecap	=	Federação Meridional de Cooperativas Agropecuárias Ltda
Fertisul	=	Fertisul S.A
FMC	=	FMC do Brasil Indústria Comércio Ltda
Folha Verde	=	Folha Verde Adubos Ltda
Herbitécnica	=	Herbitécnica Defensivos Agrícolas S.A
Heringer	=	Fertilizantes Heringer Ltda
Hoechst	=	Hoechst do Brasil S.A
IAP	=	Iap S.A-Indústria de Fertilizantes
ICI	=	ICI Brasil S.A
Iharabras	=	Iharabras S.A-Indústrias Químicas
Ipiranga	=	Ipiranga Serrana Fertilizantes S.A
Manah	=	Manah S.A
Merck	=	Merck Sharp e Dohme Farmacêutica e Veterinária Ltda
Mitsui	=	Fertilizantes Mitsui S.A
Monsanto	=	Monsanto do Brasil S.A
Nortox	=	Nortox Agroquímica S.A
Pfizer	=	Laboratórios Pfizer Ltda
Quimbrasil	=	Química Industrial Brasileira S.A
Rhodia	=	Rhodia Agro S.A
Rohm & Hass	=	Rohm and Hass Brasil Ltda
Sandoz	=	Sandoz S.A
Serrana	=	Serrana S.A de Mineração
Shell	=	Shell Brasil S.A(Petróleo)
Solorrico	=	Solorrico S.A
Unicoop	=	União das Cooperativas do Sul
Utilfertil	=	Utilfertil-Indústria e Comércio de Fertilizantes Ltda